

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**POLITIZANDO O COTIDIANO: REPRESSÃO AOS  
ALEMÃES EM CURITIBA DURANTE A SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL**

Maringá

2010

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**POLITIZANDO O COTIDIANO: REPRESSÃO AOS ALEMÃES EM  
CURITIBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Maringá

2010

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA

**POLITIZANDO O COTIDIANO: REPRESSÃO AOS ALEMÃES EM  
CURITIBA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Roseli Boschilia  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. João Fábio Bertonha  
Universidade Estadual de Maringá

Maringá, 23 de Fevereiro de 2010

Dedico este trabalho

À minha esposa Ana Paula, pelo carinho  
e companheirismo de todos os dias e aos meus pais,  
que no pouco, tudo me deram, principalmente amor.

## AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta dissertação de mestrado resta-me registrar os sinceros agradecimentos para aqueles que de várias formas contribuíram para que a mesma se tornasse uma realidade.

A Deus, pelo dom da vida, pelo discernimento e proteção constante.

Ao meu orientador, Dr. João Fábio Bertonha, pelos comentários sempre pertinentes, pela oportunidade de diálogo, boas histórias e pelo incentivo.

À minha esposa, Ana Paula, pelo apoio incondicional, pelo carinho e compreensão nos dias que a atividade de “fazer história” fizeram-me ausente física e mentalmente de casa. Sem sua ajuda, talvez, isso ainda fosse um projeto.

Aos meus pais, Nilza e José, pelo amor de todos os dias, pelo exemplo de honestidade e por nunca deixar de apoiar meus sonhos. Junto a eles, os agradecimentos às pessoas queridas que fazem parte de uma estrutura preciosa chamada família: meus irmãos Junior e Andressa, meus avós Santa e Helio (*in memoriam*), Geraldo e Rosa (*in memoriam*), meus primos Link, Felipe e Nice pela recepção generosa em São Paulo, também, aqueles que tornaram-se minha família, meus “pais” Jair e Luzia, minhas “irmãs” e amigas Denise e Kelly, que me acolheram na família Rigoldi e me apoiaram sempre.

Aos professores que compuseram a banca, especiais agradecimentos a Prof. Dr. Roseli Boschilia - UFPR, que ajudou a enriquecer o texto apresentando-me novas abordagens, ao Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento - UEM, que com sua leitura atenta apontou os erros e indicou as saídas, também ao Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias, pela leitura criteriosa do texto e pelas contribuições a escrita da redação final.

Aos amigos, irmãos, “camaradas d’água” que entre cafés, almoços e cervejas no final da tarde, fizeram essa caminhada muito mais prazerosa, Rafael Athaides, pela amizade de longa data, pelas críticas necessárias e acolhida sem igual na capital paranaense; Paulo José Soares Filho, pela irmandade, compromisso e por singular preocupação em ter seus amigos sempre perto e felizes; David Antonio de Castro Neto, pelo caráter íntegro de sua amizade, pelas palavras de apoio e pelas inúmeras discussões sem fundamento entre “O rei da sapiência” x “O senhor da razão”; Micael Alvino da Silva, pela sua capacidade de cativar as pessoas, pela dedicação em fazer história e pela acolhida ímpar na sua casa em Foz do Iguaçu; Fabiana Nogueira, pela

amizade antiga, que mesmo distante não esmorece, pelas dicas ao projeto e acolhida carinhosa nas visitas a São Paulo.

Aos amigos de curso, de caminhada e do cotidiano, Thalisson, Andrei, Giani, Hortência, Aninha Salles, Jaqueline, Karla, Patrícia, Glória, André, Murilo, Giceli, Fernanda, Rosângela Kimura, Renata, Lucielen, Jorge, Dione, Anderson, Rogério, Cláudia, Hellen, Roberval, Janaína, Rita, Evandro, Alexandre, Mara, Monique, Paula, Amanda, entre muitos outros que fazem parte do meu viver.

Aos professores. Dr. Ângelo A. Priori, coordenador do PPH, pela paciência e prestatividade em atender nossas solicitações; Dr. Rivail Carvalho Rolim, pela leitura do texto e contribuições; Dr. Célio Juvenal Costa, pelo diálogo franco e apoio costumeiro; Dr. Sezinando Luis Menezes, por nos acolher sempre bem e tirar nossas dúvidas; Dr. Jaime Estevão dos Reis, pelo exemplo de perseverança desde os tempos de graduação, Dr. Sidnei José Munhoz, pelos debates e conversas no grupo de pesquisa, e tantos outros que se puseram a disposição de nos ensinar História.

A algumas pessoas especiais, Giselle Moraes, secretária do PPH, pela amizade, sorriso aberto e por nunca abandonar-nos nas constantes dúvidas durante o mestrado; Maria Conceição e Hugo Tavares, do Arquivo Público Municipal de Curitiba, Roseli Pereira Lima, pelo auxílio inestimável no Arquivo Público do Estado do Paraná; aos diversos estagiários da Biblioteca Pública do Paraná, que mesmo não tendo lembrado seus nomes, foram admiráveis ao me auxiliarem com os periódicos.

A Fundação Araucária, pelo fomento financeiro a essa pesquisa, afinal fazer história com compromisso e responsabilidade nesse país não é uma atividade simples, porém, a bolsa de estudos, tornou-a muito mais fácil.

Antes que seja necessária a confecção de um índice para esses agradecimentos, peço a todos aqueles que não foram citados, que sintam-se a vontade para escrever seus nomes nessas páginas, pois, de maneira direta ou indireta fizeram parte desse projeto.

*"A história é êmula do tempo,  
repositório dos fatos, testemunha do  
passado, exemplo do presente,  
advertência do futuro."*

*Miguel de Cervantes*

PEREIRA, Márcio José. Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá

## RESUMO

O renascer dos estudos cotidianos está amplamente vinculado as estruturas do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado, através da politização do dia-a-dia. Os objetivos da presente pesquisa é analisar como a Segunda Guerra Mundial influenciou o cotidiano de Curitiba durante seu decorrer, dando ênfase as ações governamentais praticadas contra os cidadãos de ascendência alemã e analisar a atuação da população civil curitibana nesse processo. Para dar conta das propostas supracitadas foram utilizadas as seguintes fontes: documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, através dos dossiês temáticos e pastas individuais provenientes do Arquivo Público do Paraná e recortes dos jornais diários que circulavam na capital paranaense, sendo estes: o Diário da Tarde, o Correio do Paraná e a Gazeta do Povo, disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

Palavras-chave: Curitiba, cotidiano, alemães e Segunda Guerra Mundial



PEREIRA, Márcio José. Politicizing the quotidian: repression to the Germans in Curitiba during the Second World War. 2010. Dissertation (Master Degree in History) – State University of Maringa

#### ABSTRACT

The quotidian studies rebirth is widely linked to the politics structures, concerning the displacement of power from public and State institutions to the private sphere, through the politicizing of the quotidian. This research aims at analyzing how the Second World War influenced the quotidian of Curitiba during its occurrence, emphasizing the government's actions practiced against the citizens of German origin and at analyzing the performance of the civil population from Curitiba in that process. To accomplish the mentioned proposals the following sources were used: documents from the extinct Police Station of Political and Social Order of the State of Paraná, through thematic dossiers and individual folders originated from the Public File of Paraná, and cuttings from the daily newspapers which circulated in Curitiba, such as: "O Diário da Tarde", "O Correio do Paraná" and "A Gazeta do Povo", available in the Public Library of Paraná.

Keywords: Curitiba, Quotidian, Germans, Second World War.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Curitiba em 1855	42
Figura 2	Mapa de Curitiba em 1915	88
Figura 3	Propaganda Gasogênio - General Motors	105
Figura 4	Cartaz Cine Curitiba de 04 de maio de 1943	109
Figura 5	Cartaz Cine Imperial de 05 de maio de 1943	109
Figura 6	Cartaz de orientação para a população em caso de ataques aéreos	124
Figura 7	Exemplar da Gazeta do Povo recolhido na Pensão Kreutz – Curitiba	162
Figura 8	Dirigível alemão Hindenburg sobrevoando a capital paranaense. (1936)	166
Figura 9	Sala de espera do Foto Progresso – Curitiba	170

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Periódicos consultados na Biblioteca Pública do Paraná	20
Tabela 2	Entrada de imigrantes teutos no Brasil (1820-1939)	34
Tabela 3	Distribuição de imigrantes no Paraná até 1945	48
Tabela 4	Regulamentação de preços de produtos pela CPMC – 1943	97

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5ª RM – Quinta Região Militar

AIB – Ação Integralista Brasileira

AO – Auslandsorganization der nazi Partei (Organização do Partido Nazista para o Exterior)

APP – Arquivo Público do Paraná

CAEP – Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná

CDP – Comissão de Defesa Passiva

CEP – Comissão Estadual de Preços

CIP – Comissão de Imprensa e Propaganda

CME – Comissão de Mobilização Econômica

CMP – Comissão Municipal de Preços

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

DAF (*Deutsche Aberteisfront*) – Frente Alemã do Trabalho

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DOPS/PR – Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

HITLERJUNGED - Juventude Hitlerista

LBA - Liga Brasileira de Assistência

LDN – Liga de Defesa Nacional

NSDAP – Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

NSDAP/PR – Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Kreis Paraná (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – Círculo Paranaense)

NS-Fraunchaft (Sindicato de Mulheres Nacionalistas)

PRB2 – Rádio Clube Paranaense de Ponta Grossa

SDP – Serviço de Divulgação e Propaganda

SDPA – Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1 ALEMÃES: A POLÍTICA NO BRASIL, NO PARANÁ E EM CURITIBA</b>	<b>27</b>
1.1 Colonização teuta no Brasil: breves considerações	28
1.2 Presença de imigrantes teutos no Paraná (1829-1940)	37
1.3 Os reveses da aculturação: dilemas, problemas e possibilidades	49
1.4 Nazismo no Paraná – Relação dos alemães com a política	58
1.5 A relação com o Estado: alemães e as medidas restritivas do Projeto de Nacionalização anteriores a 1942	61
1.6 A política pendular de Vargas e o rompimento com o Eixo	73
<b>2 CURITIBA: COTIDIANO DE GUERRA E CRIAÇÃO DE UM FRONT INTERNO</b>	<b>78</b>
2.1 A criação do "outro subversivo"	78
2.2 A Curitiba hospitaleira, os alemães e as relações sociais e econômicas na capital paranaense	85
2.3 A mobilização para a guerra: Escassez de produtos <i>versus</i> mobilização econômica	93
2.3.1 A guerra dos combustíveis	103
2.3.2 O cinema contra o "barbarismo" do Eixo	107
2.3.3 Repressão nas ondas do rádio	112
2.3.4 Arte, cultura e entretenimento em tempos de guerra	114
2.3.5 O mercado negro	115
2.4 A mobilização econômica e os órgãos de controle do estado paranaense	116
2.4.1 Liga de Defesa Nacional	118
2.4.2 Comitê de Defesa Passiva Anti-Aérea	120
2.4.3 Cruz Vermelha – Filial do Paraná	125
2.4.4 Liga Brasileira de Assistência	126
2.4.5 Exercito de Salvação e Liga dos Jovens Patriotas	129
2.5 Notícias de Guerra: o nacionalismo exaltado pela imprensa	130

<b>3</b>	<b>REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA ALEMÃES EM CURITIBA</b>	<b>139</b>
3.1	Mudanças legais contra imigrantes <i>eixistas pós-1942</i>	140
3.2	A rede de denúncias em Curitiba, a ação da DOPS e o silêncio como forma de oposição	152
3.3	A população civil vai às ruas: protestos, quebra-quebras e violência contra “eixistas” em Curitiba e região durante a Segunda Guerra Mundial	164
3.4	Fim da guerra, fim da repressão, tudo novo de novo?	181
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>183</b>
	<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

*"A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade."*

René Rémond

Curitiba cresceu juntamente com uma sorte variada de famílias imigrantes: portugueses, italianos, alemães, poloneses, ucranianos, espanhóis, japoneses, entre outros, auxiliaram na composição multifacetada da capital paranaense. Esses imigrantes contribuíram na consolidação de novas técnicas de trabalho – tanto no meio rural quanto no meio urbano, pela expansão do comércio e pela chegada de novos investimentos financeiros ao Paraná.

Suas comunidades originalmente fechadas não deram espaço suficiente para uma interação social entre brasileiros e imigrantes. A demasiada insistência na manutenção dos costumes de origem, atrelada à falta de investimento por parte do governo nacional, permite-nos afirmar que houve aculturação, mas que a desejada assimilação não ocorreu da maneira “ensaiada” pelos intelectuais brasileiros do século XIX.

Dentre esses imigrantes, alguns obtiveram sucesso individual em suas relações sociais, conquistaram seus espaços e fizeram presença no cotidiano da cidade. Participaram da vida social, do meio cultural e também procuraram fazer-se ouvir na política.

Inseridos ou não na cotidianidade, os grupos de imigração teuta, alemães principalmente, constituem, nesta pesquisa, o foco principal; sua presença, ação e desenvolvimento na capital Curitiba significam a constituição deste trabalho. É na disputa dos espaços sociais e na manutenção do poder local que trabalharemos esses

indivíduos teutos, procurando entender como se deram as relações entre os grupos étnicos alemães e brasileiros.

Não é nosso intuito destacar o cotidiano desses grupos, mas sim realçar as interações que estes mantiveram com os que eram considerados nacionais, bem como informar que essas relações foram estabelecidas inicialmente e solapadas bruscamente pelo aparecimento de um Estado de exceção (Estado Novo de Vargas) e por um agravante política mundial (Segunda Guerra Mundial).

A presença da política no cotidiano e os desdobramentos de sua ação têm lugar reservado na História, dada a ênfase que a política tem no processo de emancipação do homem e de seus interesses. Consideramos as perspectivas da Nova História Política e da História do Cotidiano adequadas a cingir os objetivos da presente pesquisa, que tem por intuito principal **analisar como a Segunda Guerra Mundial influenciou o cotidiano de Curitiba durante seu decorrer, dando ênfase às ações governamentais praticadas contra os cidadãos de origem alemã bem como analisar a atuação da população civil curitibana nesse processo.**

Essas questões, a nosso ver, circulam entre o político e o cotidiano, tornando-os completamente agregados. A utilização de novas abordagens às experiências antigas trouxe novas possibilidades de interpretação a temas que julgávamos esgotados, permitindo-nos lançar luz sobre um leque variado de documentação, desde a legislação repressiva, as fontes policiais, as ocorrências, os processos-crime, as ações jurídicas, os diários pessoais, os jornais, as correspondências, os cartazes, os panfletos, etc. Dessa forma, utilizamos as ferramentas fornecidas por essa renovação da História Política para dar conta do dia a dia curitibano naquilo que concerne à etnia germânica e sua perseguição durante a Segunda Guerra Mundial.

Não buscamos, aqui, repetir os inúmeros trabalhos já realizados sobre a repressão aos imigrantes durante a guerra, mas sim estabelecer conexões entre o



cotidiano e o político, almejando entender de que modo suas interferências diretas ou indiretas contribuíram para uma transformação profunda na vivência dos alemães e brasileiros durante esse período. A emergência de um fator perturbante – como uma guerra – exalta as relações entre a história e o cotidiano, que pode ser definido como aquilo que é imediato, que se faz ou sucede todos os dias. Michel de Certeau identifica o cotidiano como:

Aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente”. [...] “O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”. [...] “É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada”. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta ‘não história’, como o diz ainda A. Dupont. “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...” (CERTEAU, 1996, p. 31).

Certeau (1996) pensa o cotidiano como o lugar da invenção; em sua visão, as pessoas comuns, em seu anonimato, em sua invisibilidade, possuem imensa criatividade para elaborar práticas cotidianas que as fazem interpretar o mundo a seu modo e forjar micro-resistências e microliberdades que se opõem às estruturas de dominação dos poderes e das instituições. O cotidiano deve ser pensado como um lugar preñado de interpretações, de desvios que transformam os sentidos reais em sentidos figurados. Neste sentido, as pessoas comuns podem, no cotidiano, subverter a racionalidade do poder, agindo de forma tácita e engenhosa, como, por exemplo, encontrar brechas para driblar a opressão através de táticas sutis e do que o autor trata como formas criativas de sobrevivência.

Essas observações do cotidiano elaboradas por Certeau nos auxiliam a entender as relações ocorridas durante o período de escassez em Curitiba e no decorrer das relações sociais entre a população nacional contra os “elementos eixistas” duante a Segunda Guerra Mundial em Curitiba. Pensar o que muda no cotidiano e na

vida privada é pensar as relações entre os múltiplos deslocamentos e as formas públicas em que se afirma a ruptura das relações de dominação (PRIORE, 1997, p. 273).

A renovação da própria história política contribuiu para a expansão dos estudos do cotidiano na história; a descoberta do político no âmbito do cotidiano despertou questionamentos relativos às transformações da sociedade, ao funcionamento da família, ao papel da disciplina social e sobre o significado dos gestos e fatos cotidianos.

Remond (1996) enuncia que é necessário observar que o político ora se dilata, ora se contrai, de forma a incluir toda e qualquer realidade ou absorver aquilo que pertence à esfera do privado. Desse modo, essas variações do político obedecem a necessidades externas, refletindo também as flutuações do espírito público, como foi possível evidenciar nos protestos coletivos em Curitiba no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Para o historiador francês, “Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra o que não é político? O moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação” (REMOND, 1996, p. 443).

O renascer de estudos cotidianos está amplamente vinculado a essa reestruturação do político frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado, **com uma politização do dia-a-dia** (MATOS, 2002, p. 22). Afinal, como entender a adesão da sociedade civil curitibana ao processo de repressão aos imigrantes sem considerarmos a influência que a política exercia dentro da cotidianidade da capital paranaense?

Esse novo olhar ante o indivíduo e sua ação na história é fruto do crescente interesse pela História do Cotidiano; curiosamente, o cotidiano aparece quase como o perfeito oposto da história, como o campo das estruturas permanentes, inconscientes,

alienantes, quase naturais, sobre as quais as ações humanas são apenas banais, corriqueiras e sem efeito transformador (GUARINELLO, 2004, p. 21).

De acordo com Deusdedith Junior,

Identificar o cotidiano compondo-o de traços que nos permitisse apontá-lo em situações da vida humana ensejaria aqui a possibilidade do seu emprego na interpretação histórica. O cotidiano não se configuraria noção específica da história – a reflexão sobre a vida humana não o é -, mas a sua percepção no percurso histórico traria a esta um recorte especial: uma história de onde tudo parte, desde o fato mais original até o ordinário (2003, p. 1).

A visão que procuramos apresentar de cotidiano é derivada do senso comum, mas reproduzem, em grande medida, as reflexões a esse respeito nas ciências humanas. Em termos gerais, os estudos relativos ao cotidiano tendem a valorizar, como foco de atenção, as ações individuais frente às circunstâncias da vida, sobretudo no plano da intersubjetividade. Buscamos entender as relações estabelecidas frente às alterações de comportamento do cidadão curitibano em relação ao discurso nacionalista divulgado nos meios de comunicação.

Essas tensões urbanas, entre imigrantes e brasileiros, surgem como representação de um espaço múltiplo e convergente; a cidade permeia um cenário de múltiplas experiências pessoais e coletivas. De um lado, o imigrante e seus descendentes que passaram de solução a perigo, e do outro o brasileiro, que justificava através de atos violentos a necessidade de uma limpeza étnica para a manutenção de uma raça indubitavelmente brasileira.

\*\*\*

As fontes documentais que embasam esta pesquisa constituem-se, em sua maioria, de documentos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná e

de matérias publicadas em jornais da época. A documentação disponível para pesquisa no Arquivo Público do Paraná (APP) está subdividida em Dossiês Temáticos e Dossiês Pessoais – conforme lista disponível no final do texto. Foram analisadas as pastas disponíveis sobre os diversos temas relacionados à pesquisa, sendo selecionados os documentos com relevância para a pesquisa e digitalizados para análise posterior.

Os jornais utilizados – Gazeta do Povo, Diário da Tarde e Correio do Paraná – foram obtidos através da Biblioteca Pública do Paraná. O recorte temporal desses documentos foi definido entre 1942 a 1945, porém utilizamos alguns documentos para compor o contexto histórico anterior a esse período.

Os jornais consultados na Biblioteca Pública do Paraná configuravam-se como publicações diárias e foram analisados observando-se a importância de cada notícia veiculada para a constituição da pesquisa, levando em consideração o tipo de material pesquisado, o tempo de utilização diária dos microfimes na biblioteca e a quantidade de material disponível. Elencamos – não de forma aleatória, mas com base em fatos importantes ressaltados em bibliografias anteriores – alguns períodos-chave para a realização das consultas, sendo assim distribuídos, conforme ilustra a Tabela 1.

**TABELA 1 – Periódicos consultados na Biblioteca Pública do Paraná**

<b>Periódico</b>	<b>Período</b>	<b>Ano de Publicação</b>
<b>Gazeta do Povo</b>	Janeiro a Julho	1942
	Outubro a Dezembro	1942
	Maio a Julho	1943
	Fevereiro a Junho	1945
<b>Diário da Tarde</b>	Janeiro a Outubro	1942
	Janeiro a Março	1943
	Fevereiro a Agosto	1944
	Janeiro a Julho	1945
<b>Correio do Paraná</b>	Julho a Dezembro	1942
	Agosto	1944

A motivação para esta pesquisa partiu da leitura de dois textos que tratam do período da Segunda Guerra Mundial no Paraná, sendo o primeiro um artigo do sociólogo Octavio Zucon, de 1997, intitulado "Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra." A leitura desse artigo levou-nos à leitura de um boletim da Casa Romário Martins – "O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial" – escrito por Roseli Boschilia. Ambos os textos conduziram-nos a procurar mais sobre o período em si, e descobrimos que havia pouca bibliografia referente a esse tema.

Encontramos trabalhos que tinham muita proximidade com o tema desta pesquisa, desenvolvidos em São Paulo e Santa Catarina, respectivamente os livros: "Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial", de Roney Cytrynowicz, e "Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e Medo durante Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina", de Marlene de Fáveri. Esses trabalhos contribuíram na construção do texto a seguir, auxiliando na formação das ideias e em pequenas comparações com outros estados.

Concordamos com a visão de D'Alessio & Janotti (1996, p. 148) quando conceituam o político como a dimensão da história que abriga as relações diretas e ideais do viver coletivo, conscientes ou inconscientes. Estes autores também estabelecem que a esfera do político, além de ser referência datável mais concreta, organiza e situa o discurso no tempo e no espaço. Relacionar o político ao poder talvez seja a forma mais comum de defini-lo; geralmente a política deve estar associada às questões de conquista do poder. O que almejamos extrair desse contexto político é o que Pierre Rosanvallon (1995) define como o lugar onde se articula o social e a sua representação, a matriz que simbolicamente enraíza a experiência coletiva e por sua vez a reflete.

Neste sentido, esperamos apresentar possibilidades de compreensão histórica para o período no Paraná, procurando ajudar a preencher algumas lacunas da história do Estado com informações que permitam compreender o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da capital paranaense Curitiba. Outrossim, ressaltamos os jogos políticos durante o período, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito regional, salientando a figura do interventor estadual Manoel Ribas e sua ação política nos círculos sociais dominantes do Estado.

\*\*\*

Ao tomarmos os imigrantes e descendente alemães como sujeitos históricos que foram inseridos em uma coletividade que não era a sua, buscamos demonstrar como o processo imigratório e subsequentemente o projeto de aculturação passaram por dificuldades no Estado do Paraná, evidenciando que a aproximação social desses grupos foi fruto dos esforços individuais e ou da própria necessidade de subsistência.

Logo, faz-se necessária uma pequena reflexão sobre a questão da identidade étnica e como esta influenciava as relações de poder entre brasileiros (estabelecidos) e imigrantes e descendentes de alemães (outsiders).

Poutignat & Streiff-Fenart, após a releitura de Barth, apresentam a seguinte conceituação:

A identidade étnica (a crença na vida em comum étnica) constroi-se a partir da diferença. A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Esta idéia explica que não é o isolamento que cria a consciencia de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os individuos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 40).

Barth (1998, p. 190) assinala que a correta definição de um grupo étnico designa uma população que: a) perpetua-se biologicamente de modo amplo; b) compartilha valores culturais fundamentais; c) constitui um campo de comunicação e interação; e d) possui um membro de grupos que se identificam entre si e são identificados por outros grupos.

Essa definição induz à aceitação que a manutenção das fronteiras não é problemática e decorre do isolamento da diferença racial, diferença cultural, separação social e barreiras linguísticas, hostilidade espontânea ou organizada. Nas palavras do autor, “Essa história produziu um mundo de povos separados, cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que podemos legitimamente isolar para descrevê-la como se fosse uma ilha” (BARTH, 1998, p. 190).

Ao definir o que é um imigrante<sup>1</sup>, Sayad (1998, p. 54-55) aponta seu caráter provisório:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54-55).

Ao pensarmos o caso da imigração para o Brasil, deslocamos a ideia pura da busca pelo trabalho e a consequente substituição da mão-de-obra escrava pela europeia, levando em consideração que havia ainda a necessidade de clareamento étnico da população brasileira. Sayad exacerba a importância do trabalho para a própria existência de um ser imigrante, exaltando que o trabalho o faz nascer e morrer;

---

<sup>1</sup> O conceito elaborado por Sayad é válido para uma definição geral, porém destacamos que o autor trabalha com a questão dos argelinos que emigraram pra a França.

acrescenta também que seria preferível que fossem “máquinas”, para que não precisassem se preocupar com os problemas sociais que eles poderiam causar.

A situação do imigrante se presta a uma dupla interpretação; por um lado, seu caráter eminentemente provisório; por outro lado, a possibilidade de se instalarem de maneira mais duradoura, mesmo na condição de imigrantes.

Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo (SAYAD, 1998, p. 46-47).

Esse caráter provisório dá-se enquanto condição da expansão econômica, já que é grande consumidora de mão-de-obra; logo, a sociedade de imigração os tem como trabalhadores estrangeiros, negando-lhes o direito de uma permanência reconhecida. Concordamos com Sayad que em um primeiro momento a presença dos imigrantes foi efetivada pela assertiva de que era “um mal necessário”.

Nessas condições, a existência de fronteiras étnicas e divergências entre identidades culturais diferenciadas são comuns. Para Barth (1998), as fronteiras étnicas canalizam a vida social; a identificação de outra pessoa como pertencente a outro grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento.

Ainda citando Fredrik Barth, as relações interétnicas estáveis pressupõem uma estruturação da interação com esta: um conjunto de prescrições dirigindo as situações de contato e que permitam a articulação em determinados setores ou campos de atividade, e um conjunto de eliminações sobre as situações sociais que impeçam a interação.

Cuche (2002) informa que essas relações culturais não são simétricas, mas a reciprocidade que está presente nesses contatos permite a interpenetração ou o



entrecruzamento dessas culturas. Para o autor, a construção da identidade constitui-se no interior de contextos sociais que serão determinantes para o posicionamento dos sujeitos e para a orientação de suas escolhas e representações.

Barth (1998) postula que a identidade nada mais é que um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas, levando em consideração que uma cultura particular não constrói por si só uma identidade diferenciada, porque essa identidade resulta unicamente da interação entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que estes utilizam em suas relações.

Pierre Ansart registra que:

[...] toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas, como as sociedades sem escritas, produzem esses imaginários sociais, esses sistemas de representação, através dos quais eles se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores (ANSART, 1978, p. 21-22).

Denys Cuche contribui para entendermos o comportamento da população curitibana em relação aos alemães e seus descendentes no período de guerra ao propalar que:

O sentimento de uma injustiça coletivamente sofrida provoca nos membros do grupo vítima uma discriminação um forte sentimento de vinculação à coletividade. Quanto maior for a necessidade da solidariedade de todos na luta pelo reconhecimento, maior será a identificação com a coletividade (CUCHE, 2002, p. 191).

Essas relações sociais que ocorrerão em Curitiba no decorrer do Plano de Nacionalização do Estado Novo e o desenrolar da Segunda Guerra Mundial estão envoltos em problemas relacionados às questões de identidade e do imaginário social.

O texto foi dividido em três capítulos, sendo distribuídos de modo que pudéssemos pensar a pesquisa avançando do macro para o micro. Nesse âmbito, discutimos, na primeira parte, a relação dos imigrantes teutos com o Estado Nacional, enfatizando seu processo de imigração para o Brasil, sua instalação no Paraná e sua participação na economia e política do Estado, bem como ressaltamos as atuações políticas de Vargas e do Estado Novo no período de 1937 a 1942.

Na segunda parte, procuramos demonstrar como foi constituído em Curitiba um "*front interno*" após o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, buscando estabelecer relações entre o discurso nacionalista do Estado Novo e a adesão da sociedade civil em instituições beneficentes e de auxílio às questões da guerra. Nossa intenção é perceber como fatores menores foram constituindo um cenário histórico dinâmico, no qual a população – longe dos campos de batalha – vivenciou o medo e sentiu a proximidade do caos, já que era vítima da mobilização econômica, da escassez de alimentos, dos exercícios de blecaute, da constituição de um inimigo comum – no caso os imigrantes e descendentes de países do Eixo – das denúncias entre vizinhos, da ação da polícia política e das medidas restritivas impostas a brasileiros e a imigrantes. Salientamos também o papel crucial da imprensa escrita na perpetuação dessas medidas restritivas e na criação de uma consciência nacional contra os imigrantes considerados eixistas.

Na parte final, procuraremos mostrar como se desdobrou a repressão e a ação da polícia política em relação aos imigrantes alemães; objetivamos mostrar também as ações populares contra os "súditos do Eixo". Temos ainda como finalidade apresentar as mudanças legais que inferiorizavam essas comunidades imigrantes e prejudicavam ainda mais o relacionamento social, buscando, através desses fatos, levantar possibilidades de compreensão para a repressão excessiva que ocorreu em Curitiba contra os alemães a partir de 1942 até o término do conflito mundial.

## 1. ALEMÃES: A POLÍTICA NO BRASIL, NO PARANÁ E EM CURITIBA

Quem passa por Curitiba hoje e vê uma cidade dinâmica com seus quase dois milhões de habitantes provavelmente não poderia imaginar que para constituir esse cenário urbano tão arrojado a cidade tenha suplantado, em épocas anteriores, muitas adversidades.

Aquele que observa a quantidade de bairros e de ruas que remetem à influência de imigrantes estrangeiros, juntamente com seus habitantes de diversas ascendências, não poderia conceber que muitos foram perseguidos, julgados e condenados por serem considerados entraves para o desenvolvimento da cidade e da nação brasileira.

Enfrentar o desconhecido, constituir vínculo com a terra e prosperar parecem ser objetivos simples, mas o processo de adaptação não foi nada simples e esses imigrantes – sendo o foco desta pesquisa os alemães – tiveram que submeter-se a situações contraditórias às promessas obtidas antes de sua vinda.

A diversidade de cultivo, de interiorizar o idioma, a falta de investimento do governo aliadas aos laços que prendiam os imigrantes à antiga pátria resultaram em uma aculturação lenta e duvidosa, que seria ainda mais intrincada a partir do Projeto de Nacionalização proposto pela política do Estado Novo de Vargas e a “caça às suásticas” fomentada durante o período de envolvimento brasileiro no conflito mundial.

Curitiba está repleta de contribuições desses imigrantes, seja na arquitetura dos prédios, ainda existentes nos bairros São Francisco, Hauer, Pilarzinho, Lamenha Pequena e Vista Alegre – vários prédios foram construídos por alemães –, seja nos clubes recreativos como Concórdia, Rio Branco, Duque de Caxias e Clube Thalia, seja ainda nos bares e restaurantes típicos, em nomes de ruas e praças, mas

principalmente presente no cotidiano desses descendentes que continuam a contribuir com a história dessa cidade a que seus pais e avós chamaram de lar.

Procuraremos dar ênfase à relação entre os imigrantes teutos e o Estado. A fim de explicar melhor o quadro acima descrito, apresentaremos alguns pontos importantes acerca da chegada do imigrante alemão no Paraná, seu estabelecimento na capital Curitiba, as questões relativas à assimilação e como as decisões políticas e diplomáticas do governo Vargas no período de 1937 a 1942 foram significativas para a eclosão de situações cotidianas adversas na capital paranaense pós-adesão à Segunda Guerra Mundial contra as potências do Eixo.

### **1.1 Colonização teuta no Brasil: breves considerações**

O processo de imigração destinado à colonização de espaços territoriais ociosos mediante a doação de sesmarias remonta ao período do Reino Unido, antes mesmo do processo de Independência, tendo como um dos grandes entusiastas o Visconde de Cairu. Para este, a imigração representava não apenas um importante fator de desenvolvimento para o Brasil, como também um momento de ruptura do país com a política colonial mercantilista. Sua vinda da corte para o Brasil em 1808 abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro, já que estes possuíam conhecimentos que auxiliariam no desenvolvimento da então Colônia.

O processo de imigração proposto pelos intelectuais brasileiros – alguns vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – em meados do século XIX teoricamente apresentava fatores positivos para ambos os lados, pois diminuiria a massa excedente de trabalhadores na Europa – o número de desempregados – e conseqüentemente reduziria o número de crimes e tumultos

formados por esse exército de mão-de-obra excedente. Já o Brasil teria vantagem em absorver mão-de-obra com maior formação profissional, que viria especialmente para ajudar no desenvolvimento e crescimento do país.

No Brasil, a imigração passou a exercer um papel central nas políticas públicas nacionais, principalmente a partir de 1850, quando se tornou evidente que a escravidão não perduraria por muito tempo. De acordo com Lesser (2001, p. 25), essas elites intelectuais brasileiras – em sua maioria –, mesmo diante da situação que se desdobrava não tentaram substituir a mão-de-obra escrava fazendo uso de imigrantes, mas concebiam nessa empreitada uma grande possibilidade de transformação social.

O caminho percorrido pela política imigratória brasileira nos chama a atenção pelo seu desenvolvimento. O que inicialmente era tratado como uma política de preenchimento dos vazios demográficos<sup>2</sup> do país a partir do grande excedente de mão-de-obra existente na Europa que a industrialização não tinha como absorver juntou-se com uma tentativa de clareamento da população brasileira por meio da miscigenação e por fim foi tratado como resolução para os problemas de mão-de-obra no campo e na cidade.

Ao trabalhar com as políticas de imigração europeia para o Brasil, Cacilda Estevão dos Reis (2004, p. 164-167) destaca as recomendações do Visconde de Abrantes<sup>3</sup> para o sucesso da imigração europeia no Brasil. Importante parlamentar brasileiro, fazia questão de ressaltar as vantagens da imigração teuta em relação aos outros povos, argumentando que todos os Estados da Confederação Germânica estavam aptos a fornecer agricultores e artífices de primeira qualidade e que mereciam

---

<sup>2</sup> A ideia de "vazio demográfico" é largamente utilizada ao tratar dos espaços a serem ocupados pela colonização pioneira; essa terminologia é divulgada por vários tipos de profissionais, incluindo historiadores, geógrafos, sociólogos, representantes da burocracia estatal e por dirigentes de órgãos colonizadores, amplamente difundida pelos livros didáticos – sendo esses poderosos instrumentos de normatização de ideias (MOTA, 2005, p. 75). Embora seja uma abordagem comum em muitos trabalhos, desconsidera-se a presença da população indígena em todo o território nacional.

<sup>3</sup> ABRANTES, Visconde de. Memórias sobre os meios de promover a colonização. Berlin: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

maior notoriedade os imigrantes oriundos de portos europeus em que o Brasil possuía maior fluxo comercial, como Hamburgo, Bremen e Antuérpia.

Seyferth (1996, p. 44) também salienta o discurso de Abrantes proferido em 1846 em Berlim, quando este recomenda que o Brasil preferencialmente atraísse imigrantes de nacionalidade germânica, pois estes, segundo ele, tinham boa índole e capacidade nata como agricultores e artífices. Seu discurso era apoiado por outros intelectuais, como Augusto de Carvalho<sup>4</sup>, Tavares Bastos<sup>5</sup> e J. C. Menezes e Souza<sup>6</sup>, que em seus discursos abordavam a imigração europeia como instrumento de civilização, desconsiderando completamente a grande população negra, julgando-os incapazes de agir por iniciativa própria, creditando aos negros a certeza de fracassarem como pequenos proprietários.

Desta forma a política de colonização se voltou para a Europa em busca de colonos. [...] Nos autores citados há uma clara preferência pelos alemães, explicitamente manifestada ou indiretamente sugerida a partir das investidas contra a posição da Igreja Católica e seu poder temporal (SEYFERTH, 1996, p. 46).

Ao reproduzir os discursos proferidos por Abrantes, Reis (2004) permite-nos entender a defesa realizada em prol da imigração europeia bem como as decisões que deveriam ser tomadas pelo Governo Imperial para que esse processo fosse positivo. Abrantes frisava a capacidade que os regulamentos policiais dos Estados Germânicos tinham para auxiliar na verificação do caráter de possível casa imigrante, já que cada cidadão deveria possuir uma espécie de documento rubricado e validado pelos comissários de polícia para poder embarcar. Nesse livreto constavam a ocupação, o

---

<sup>4</sup> CARVALHO, Augusto. Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil. Porto: Typographia do Comércio, 1874.

<sup>5</sup> TAVARES BASTOS, A. C. Os males do presente e as esperanças do futuro – Estudos Brasileiros. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

<sup>6</sup> MENEZES E SOUZA, J. C. Theses sobre a colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

último emprego, dados pessoais, ocorrências policiais, etc. A preocupação do Visconde se pautava na ideia de não-proliferação de “gente perdida de costumes”, aumentando ainda mais o percentual brasileiro.

Lacerda (1996) alega que o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de certo tempo – aproximadamente três gerações – produziria uma população de fenótipo branco. “*Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, **submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação***” (grifo nosso) (1911, p. 29 *apud* SEYFERTH, 1996, p. 52).

A ideia de Lacerda<sup>7</sup> era corroborada com outros intelectuais, porém faltava uma estrutura adequada para que a teoria virasse prática. A criação de uma estrutura de acolhida desses imigrantes é ponto importante defendido pelo Visconde em 1846, para que o Brasil pudesse aproveitar de forma adequada a presença dos europeus. Para Abrantes,

[...] he realmente difficil o ganhar a vida pelo seo trabalho. Falta-lhes uma Província, onde a cultura seja exclusivamente feita por trabalhadores livres, [...] e onde possam encontrar administradores, feitores, e mesmo colonos veteranos, que lhes entenderão a língua. [sic] (ABRANTES, 1846, p. 33 *apud* REIS, 2004, p. 169).

As práticas apontadas pelo Visconde postulam uma absorção adequada dos imigrantes na sociedade brasileira; todavia, como destacaremos nas discussões posteriores, o acolhimento dos imigrantes não se processou de modo afável e muitos foram os entraves para a sua manutenção em terras brasileiras.

É importante realçar que, dentre os imigrantes, os alemães foram protagonistas do primeiro fluxo imigratório sistemático que se dirigiu ao Brasil; os primeiros chegaram

---

<sup>7</sup> Discutidas em: LACERDA, J. B. Sur les métiens au Brésil. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

em 1818 e se instalaram no sul da Bahia; em 1819, chegaram também ao Rio de Janeiro, porém não constituíram colônias exitosas, e “o assentamento de imigrantes [...] no Rio Grande do Sul, em 1824, é dado como fato inaugural da colonização alemã no Brasil – exatamente por ser considerado o primeiro empreendimento bem sucedido desta natureza” (SEYFERTH, 2000, p. 276).

Os estados da região sul detinham os maiores índices de imigração registrados na época; os teutos constituíam as maiores comunidades, nas quais contribuíram para a diversificação do comércio, da indústria e das profissões. Seyferth (2000, p. 277) sugere que as quatro colônias estabelecidas em 1824 e 1829 nas três províncias do Sul são representativas de um sistema de imigração e colonização dirigido e controlado pelo Estado. Obtiveram êxito, embora o investimento destinado a esse processo fosse mínimo e mal organizado pelo governo.

Ao direcionar os imigrantes principalmente para assentamentos em terras no sul do país, o governo imperial acabou promovendo – voluntariamente ou não – o estabelecimento de colônias inicialmente homogêneas, com maiores incidências de elementos germânicos e italianos, existindo uma presença mínima de elementos nacionais.

Gertz (1987, p. 21) propõe que o estabelecimento de imigrantes em regiões não povoadas tinha um motivo comercial importante, porque essas regiões estratégicas possuíam rotas de comércio que ligavam o país aos grandes pecuaristas, os quais escoavam suas mercadorias para o norte via terrestre; logo, serviram para atender a um propósito maior, tornar seguros os caminhos comerciais e as vias de comunicação entre os pecuaristas e seus respectivos consumidores nos estados mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e São Paulo.



Os imigrantes teutos foram alocados em posição estratégica, visto que afugentavam os índios<sup>8</sup> para as matas fechadas e auxiliavam na proteção das tropas de passagem pela região, diminuindo gradativamente as perdas comerciais ocasionadas por ataques indígenas.

Como não houve um registro sistemático das autoridades brasileiras, havendo apenas estimativas do número dos imigrantes teutos que vieram para o Brasil, estes variam de 235 a 280 mil no período de 1824 a 1940. Até meados do século XIX, a maioria dos imigrantes era procedente do sudoeste da Alemanha.

Comparando dados fornecidos por autores que trabalharam com questões relativas à imigração, Gertz (1987) e Lesser (2001), chegamos aproximadamente aos números acima descritos, enfatizando que em alguns decênios os dados fornecidos são exatamente idênticos, apesar de as fontes citadas para a construção das tabelas diferirem entre si<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Na ocupação dos territórios indígenas paranaenses destacamos a presença de algumas etnias com maior representatividade no sul do país como os Xoklengs, Guaranis, Xetás e Kaiagangs. Sobre as populações indígenas históricas, ver MOTA, 2005, p. 14.

<sup>9</sup> Gertz, para construir uma estimativa dos grupos de imigrantes no Brasil, utiliza-se da lista elaborada por Neiva & Carneiro na obra "Imigração e colonização no Brasil" de 1950. Já Lesser utiliza-se de uma variada fonte de dados que compreendem desde os quadros estatísticos econômicos e financeiros do Tesouro Nacional à Revista de Imigração e Colonização.

TABELA 2 – Entrada de imigrantes teutos no Brasil (1820-1939)

Período	Quantidade de teutos - Lesser	Quantidade de teutos - Gertz
1820 – 1829	-	2.326
1830 – 1839	-	207
1840 – 1849	-	4.450
1850 – 1859	-	15.815
1860 – 1869	-	16.514
1870 – 1879	-	14.627
1880 – 1889	18.901	19.201
1890 – 1899	17.084	17.034
1900 – 1909	13.848	13.848
1910 – 1919	25.902	25.902
1920 – 1929	75.801	75.839
1930 – 1939	27.497	27.629
<b>Totais</b>	<b>179.033</b>	<b>233.392</b>

Fonte: LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. Gertz, Rene. O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Cacilda dos Reis (2004, p. 175) expõe que o projeto brasileiro de imigração europeia “visava ao progresso cultural, social, político e econômico do país. Entretanto, fazia-se necessário “resolver“ o “problema“ da escravidão negra e subordinar a população nacional ao trabalho disciplinado.“ Entretanto, convém salientar que entre tudo o que foi teorizado por esses intelectuais do IHGB muito pouco foi realizado.

A partir de 1880, um grande fluxo de imigrantes entra no país, as colônias começam a aumentar gradualmente não só em tamanho, mas também em influência. Foi no início da década de 1920 que os intelectuais da República perceberam o grande problema que as colônias ditas homogêneas do sul do país representavam para a construção da nacionalidade brasileira. Esse é o momento que salientamos como de

grande paradoxo do processo de imigração europeia para o Brasil, em que a raça branca superiora idealizada pelos intelectuais do Império torna-se o grande problema para a formação do indivíduo brasileiro idealizado pelos intelectuais da República.

Marion Brepohl<sup>10</sup> (1993, p. 68) alerta que, para Romero, a concentração de alemães nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul apresenta um duplo perigo, referindo-se o primeiro ao crescimento desequilibrado entre esta e as outras regiões, dadas as características intrínsecas desse povo; e o segundo ao risco de se perder a unidade linguística, uma vez que o idioma alemão era costumeiramente utilizado entre aquelas populações.

Assim, o autor realiza uma série de protestos em seus discursos, denunciando a perda do sul para os alemães e argumentando o que, para ele, seria uma nova ideia de formação da raça brasileira, sendo esta constituída da mistura do português (luso-brasileiro) com o índio e o negro. Para Romero, essa mistura era conveniente para a formação de uma base racial brasileira, como postula Seyferth:

O papel do imigrante, portanto, está bem definido: concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional (que paradoxalmente, vê comprometida, pela “desarmonia das indoles” decorrentes da mestiçagem). Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos. (SEYFERTH, 1996, p. 51).

Jair de Souza Ramos (1996, p. 79-80) postula que o aumento de sangue branco, predominando sobre o negro em quantidade e qualidade, passou a ter um caráter

---

<sup>10</sup> Em sua tese de doutorado defendida em 1993, especialmente no capítulo segundo – “O imigrante alemão pela intelectualidade brasileira” – Brepohl faz uma análise das imagens construídas acerca do imigrante alemão na literatura e nas obras de cientistas sociais brasileiros, procurando – como enfatiza – “desvendar aspectos da identidade coletiva tanto dos segmentos designados como luso-brasileiros, quanto daqueles designados como teuto-brasileiros, identidades construídas no momento em que diversas disputas por significações deram conta de confirmar alteridades e convicções de ordem cultural e política” (1993, p. 59). Chama-nos a atenção sua preocupação em entender como o alemão e seus descendentes, antes portadores de um *ethos* destinado ao progresso, passaram a ser revalorados pela intelectualidade literária e política brasileira.

diferenciado pós-1880, pois somou-se a esse ideal de caldeamento a preocupação de que os imigrantes brancos se dispusessem à miscigenação e à assimilação cultural. O que o país precisava era da concessão da genética superior, porque já havia aqui uma definição de cultura e língua brasileira.

A ideia equivocada de reunir em um único indivíduo as melhores qualidades de cada cultura é rebatida por Cucho:

Como toda cultura é uma unidade organizada e estruturada, na qual todos os elementos são interdependentes, é ilusório pretender selecionar os aspectos supostamente “positivos” de uma cultura para combina-los com os aspectos “positivos” de uma outra com o objetivo de chegar assim a um sistema cultural “melhor” (CUCHE, 2002, 120).

Intelectuais como Sílvio Romero criticaram as posturas de manutenção étnico-cultural dos alemães no sul do país, apontando para as formações de quistos étnicos embasados na ideia que os alemães eram bons para colonizar, mas que naquele momento passaram a constituir uma ameaça para a nacionalidade.

Silva Rocha (1918, p. 313 *apud* SEYFERTH, 1996, p. 54)<sup>11</sup> atribui ao governo imperial o enquistamento das colônias do sul, pois em sua visão os indivíduos estrangeiros civilizados não deveriam ficar isolados, mas conviver no meio de indivíduos “sem civilização” para que pudessem aprender com os europeus ao mesmo tempo em que estes pudessem absorver a cultura nacional.

A partir desse momento, o modelo de hierarquização proposto em meados de 1850, pautado na capacidade de branqueamento e produção, é substituído pela hierarquização através da maior capacidade de assimilar-se à “cultura brasileira”. Ramos (1996, p. 81) aventa que os mecanismos de seleção dos imigrantes tiveram um papel de reforço e reprodução da hierarquia entre populações, característico da

---

<sup>11</sup> Obra citada por SEYFERTH: SILVA ROCHA, J. História da Colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

sociedade brasileira. Esses mecanismos de seleção, que propiciavam o aumento da população branca, objetivavam reduzir os riscos de um questionamento da ordem racial vigente por meio da violência dos não brancos. Não obstante, para que esse resultado pudesse ser alcançado era necessário que os imigrantes brancos não representassem, eles mesmos, uma ameaça à “ordem constituída”.

Apresentados esses dados iniciais, partiremos a uma explanação do processo imigratório ao Estado do Paraná.

## **1.2 Presença de imigrantes teutos no Paraná (1829-1940)**

A colônia de Rio Negro – hoje emancipada município e localizada na divisa entre Paraná e Santa Catarina – foi a primeira tentativa concreta de estabelecer imigrantes europeus – não portugueses – em território paranaense. O responsável por essa feita foi o latifundiário e futuro Barão de Antonina João da Silva Machado, que conseguiu autorização da Corte para que se instalassem naquela região duzentos e trinta e oito alemães. Posteriormente, no ano de 1833, uma nova leva de cem imigrantes alemães juntou-se aos primeiros. A colonização nesse núcleo contava com 350 imigrantes, homens que vieram do Volga – região russa que concentrava indivíduos de origem teuta.

Saint´Hilaire vislumbrou no Paraná uma região propícia para a imigração europeia; durante suas viagens pela comarca de Curitiba, observou que não existiam no país outras terras nas quais uma colônia de agricultores europeus poderia se estabelecer e obter melhores resultados, pois ali encontrariam clima temperado, ar puro, frutas de origem europeia e terras a que poderiam "entregar-se, sem grandes esforços, a todos os gêneros de cultura a que estão acostumados" (1964, p. 32).

Após muitas dificuldades, a emancipação da Província do Paraná ocorreu em 29 de agosto de 1853, e Steca & Flores (2002, p. 8) pontuam que essas dificuldades enfrentadas pelos curitibanos ocorreram em razão dos governantes e do sistema judicial ficarem muito distantes dos povoados. A população fez inúmeras reivindicações junto ao Império para que fosse realizada a elevação de Província. Conforme Oswaldo Pillotto (1986, p. 30-31), o projeto de emancipação do Paraná foi definido em 20 de agosto de 1853 nos seguintes termos:

Art. 1º - A comarca de Curitiba, na Província de S. Paulo, fica elevada à categoria de província com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2º - A nova província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º - A Província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará de 20 membros.

Art 4º - O Governo fica autorizado a criar na mesma província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para a definitiva aprovação.

Art 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.<sup>12</sup>

Esse projeto desagradava os governantes paulistas, já que a região era considerada rica em recursos florestais e possuía solos férteis. A emancipação só ocorreu com a ajuda de pressões exercidas por outras províncias, como Minas Gerais e Bahia, que tinham interesse na diminuição do território da Província de São Paulo e conseqüentemente de seu poder político no quadro nacional.

Diante das dificuldades e deficiências que a agricultura paranaense se encontrava em 1850, ocasionada principalmente pela falta de mão-de-obra, os dirigentes das províncias passaram a estudar meios de resolvê-la. Na visão de Balhana Pinheiro, e Westphalen:

---

<sup>12</sup> O projeto apresentado em 20 de agosto de 1853 foi efetivado como Lei nº 704 sancionada pelo Governo Imperial em 29 de agosto de 1853, tendo como seu primeiro presidente o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos.

O agravamento das condições de abastecimento e alta dos preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levariam à adoção do Decreto N° 1.318, de 30 de janeiro de 1854 que favorecia a imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independente de nacionalidade, e concedendo auxílios em favor da imigração, o Decreto facilitava o processo imigratório delegando as províncias fazê-lo de acordo com suas particularidades e com ajuda do governo imperial (1967, p. 358).

Nesse âmbito, a política de imigração para os teutos procurou estabelecer metas que buscassem favorecer o desenvolvimento da Província que acabara de ser instalada. Entretanto, a legalização dessa abertura para a imigração só ocorreu no Paraná através da Lei n° 29, de 21 de março de 1855, decorridos vinte e seis anos após a instalação da primeira colônia. Em consonância com a lei supracitada, o Estado desempenharia papel importante no financiamento desse processo:

[...] Art. 2° - Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despende anualmente até a quantia de 10:000\$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos imigrantes, segundo contratos que realizar. [...] (MARTINS, 1999, p.78).

Com a facilitação da adesão à terra, a Província conseguiu atrair imigrantes para o trabalho no campo. Stela & Flores (2002) condiciona o imigrante europeu como aquele que recuperou a dignidade social do trabalho braçal, tanto no campo como na região urbana, devido ao fato de que os nacionais não estavam dispostos a tais atividades.

Não podemos deixar de destacar – mesmo que brevemente e sem grandes aprofundamentos – a importância da erva-mate para o Estado do Paraná, bem como o emprego de mão-de-obra alemã em seu cultivo e beneficiamento. Dennison de Oliveira (2001, p. 26) afirma que o efeito decisivo da introdução das atividades econômicas relacionadas ao mate foi a generalização das relações capitalistas de

produção, que como consequência auxiliou na difusão do trabalho assalariado, na adoção de novas técnicas produtivas de caráter industrial e no impulso que as atividades de suporte propiciaram à urbanização das cidades.

Wachowicz (1995, p. 127) atribui a Francisco de Alzagaray a expansão da erva-mate no Paraná, quando, em 1820, este percebeu a deficiência e a falta de conhecimento dos agricultores do estado acerca da planta, ensinando-lhes a fabricação, o beneficiamento e a maneira de acondicionamento para o transporte da erva, difundindo o consumo do mate com água quente, já que só se conhecia o consumo do mate com água fria, herança dos índios.

A expansão da erva-mate aconteceu com o fechamento do mercado de exportação do mate paraguaio em 1813, quando Francia, em busca de isolamento do Paraguai frente à comunidade sul-americana, tratou de proibir a exportação para os grandes mercados consumidores de Montevideu e Buenos Aires. Wachowicz propugna que “os comerciantes argentinos, desesperados para conseguir esta matéria-prima, apelaram para outras regiões capazes de abastecê-los. Vieram então representantes desse comércio platino até Paranaguá” (1995, p. 127-128).

A partir de Alzagaray, a erva-mate transformou-se no esteio da economia paranaense, sobretudo no período provincial. Alcançou seu auge na década de 1870, quando a mate paraguaia tornou-se ainda mais escassa, dada a situação que o país se encontrava após o término da Guerra do Paraguai. Alcançou mercados de grande consumo, como Buenos Aires, Montevideu, Valparaíso, etc., obtendo status de principal produto paranaense, com mais de noventa engenhos de beneficiamento espalhados pelo estado.

No princípio da exportação, ainda eram utilizados escravos para o beneficiamento, porém ao principiar a modernização do processo industrial de beneficiamento do mate, percebeu-se a necessidade de mão-de-obra alfabetizada e



com conhecimentos técnicos, e foi nesse momento que os alemães adentraram nas fábricas de beneficiamento da erva. Muitos deles possuíam formação técnica e puderam contribuir não só pra o crescimento da produção, mas também na modernização das máquinas e em sua manutenção.

A indústria do mate muito contribuiu para o crescimento econômico do Estado. Sua decadência ocorreu em meados de 1930, primeiramente pela baixa qualidade do mate produzido naquele momento, já que os mercados consumidores creditavam ao mate paranaense uma série de fraudes, entre elas a de misturar folhas diversas à torrefação para aumentar a quantidade produzida; e em segundo lugar pela franca expansão do mercado cafeeiro (STECA & FLORES, 2002, 184).

Altiava Balhana registra que na década de 1870 o programa de colonização foi dinamizado, e acrescenta: “A intensiva atividade colonizadora atingiu sobretudo os terrenos dos arredores de Curitiba e, de modo geral, o planalto curitibano, com o estabelecimento de numerosos núcleos coloniais” (BALHANA, 1996, p. 46). Os resultados positivos obtidos na colonização das cercanias de Curitiba estimularam novas iniciativas colonizadoras, estendendo os empreendimentos para os Campos Gerais e o litoral. Balhana (1996, p. 48) expõe que o incentivo oficial perdurou até a década de 1880, consistindo no subsídio para o custeio da passagem a partir do país de origem, transporte para o local da colônia, lote e auxílio para manutenção nos primeiros meses.

**FIGURA 1 – Curitiba em 1855**



Curitiba em 1855.

**R**eprodução em cartão postal de litografia do topógrafo americano John Elliot representando uma vista geral de Curitiba em 1855. Original impresso pela Litografia do Comércio, postal editado por Cezar Schulz.

Acervo Casa da Memória Reprodução Marcos Campos

**Fonte: Acervo Casa da Memória**

Em nenhum momento o projeto de imigração levou em consideração a dificuldade que o estrangeiro possuía para se adaptar ao país, ao clima, às pessoas e principalmente às normas e leis empregadas. Muitos imigrantes tiveram dificuldades de adaptação não apenas porque não eram agricultores e nada entendiam do cultivo de terras, mas também aqueles que possuíam relativo conhecimento na lida do campo foram obrigados a alterar completamente o sistema de preparo do solo, uma vez que era diferente daquele empregado na Europa, bem como havia disparidade dos produtos cultivados.

Essa política de imigração, desenvolvida por vários governos do Paraná, sofreu reveses e passou por problemas variados que iam desde a falta de planejamento até as diferenças culturais entre populações nacionais e estrangeiras, dificultando as relações entre os migrantes e os nacionais. Dessa forma, era necessária a existência de agentes que contribuíssem para a adaptação do imigrante, bem como uma infraestrutura mínima, estradas e mercados para absorver sua produção. Outro entrave eram os próprios terrenos escolhidos para os imigrantes, haja vista que nem sempre apresentavam condições de uso para a lavoura.

Destacamos dois processos – em períodos distintos – que servem de exemplo de tentativa mal sucedida de imigração no Paraná:

- a) O primeiro exemplo trata da Colônia de Assungui, em 1859, que mesmo localizada a cento e nove quilômetros ao norte de Curitiba, afastada das estradas e dos caminhos de tropas, possuía terrenos férteis e no primeiro plantio obteve como resultado uma excelente quantidade de grãos. No entanto, como não havia estrutura adequada e inexistiam rotas de escoamento da produção, ocorreu o deterioramento dos cereais estocados. Por fim, a maioria dos imigrantes retornou a seus respectivos países ou

deslocou-se para outras províncias do Império em busca de empregos assalariados.

- b) O segundo fluxo imigratório que nos servirá de exemplo negativo ocorreu por volta de 1877, quando cerca de três mil e oitocentos imigrantes russo-alemães, oriundos da região do Volga, se instalaram na Lapa, Palmeira e Ponta Grossa. Wachowicz (1995, 147-148) propala que durante o período que antecedeu a chegada desses imigrantes foi enviada ao Paraná uma comissão para avaliar as condições de plantio e cultivo e a localização dos terrenos, e após minuciosa vistoria os teutos ficaram satisfeitos e deram seqüência ao processo. Contudo, os políticos e proprietários de terras nas regiões supracitadas passaram ao Estado apenas as piores terras que possuíam, imprestáveis para a agricultura. Após as primeiras tentativas, mais da metade dos imigrantes abandonou as terras e o país. Dos vinte mil previstos para emigrarem ao Paraná, cerca de mil e oitocentos permaneceram no Estado dedicando-se ao transporte, pois dominavam a tecnologia do carroção eslavo<sup>13</sup>, transportavam a erva-mate do interior até a capital ou para os portos de Antonina e Paranaguá e ainda traziam as mercadorias que chegavam aos portos para Curitiba e outras cidades, até Guarapuava. Salvo a adaptação ao sistema de transporte, a imigração russo-alemã configurou-se como mais um fracasso na política imigratória paranaense.

Ambas as tentativas buscavam sedimentar a posse e a manutenção das terras paranaenses, porém a não-obtenção de resultados positivos ocasionou

---

<sup>13</sup> Espécie de carroça de madeira puxada por três parselhas de cavalos, muito utilizada pelas populações eslavas. É um veículo misto destinado principalmente no transporte de produtos agrícolas (WACHOWICZ, 1995, p. 148).

questionamentos pertinentes sobre a viabilidade da imigração e desconfianças relativas à continuidade do processo. Todavia, mesmo com algumas investidas sem sucesso, o processo de colonização não parou. Altiva Balhana e Cecília Westphalen (1991, p. 15) asseveram que as colônias alemãs foram localizadas além do Rio Negro, do Superagui e do Assungui, e a presença de colonos alemães se deu em diversas colônias, que em geral eram de formação mista, com alemães, italianos, poloneses, ucranianos, franceses e outros grupos minoritários. De acordo com as historiadoras, os alemães estiveram presentes nas seguintes colônias no Paraná:

Argelina (1869), Pilarzinho (1870), São Venâncio (1871), Abranches (1873), Lamenha (1876), Rivière (1877), Virmond (1879), Maria Luiza (1879); Brasília Machado (1885) com os núcleos de Santa Leopoldina e Santa Clara, João Alfredo (1887), São Lourenço (1887), Santa Bárbara (1891), Lucena (1891), Augusta Vitória (1891), Prudentópolis (1896), Ivaí (1907), Irati (1908), Ipiranga (1908), Afonso Pena (1908) e Cruz Machado (1910) (BALHANA & WESTPHALEN, 1991, p. 15).

O governo esperava que com a imigração e a colonização desses espaços “vazios” acabassem os problemas relativos ao fornecimento de produtos primários para a população; entretanto, como informam Lucinéia Steca & Mariléia Flores (2002, p. 33), os critérios para as escolhas de imigrantes na Europa eram cheios de falhas – ao contrário do que fora proposto pelo Visconde de Abrantes no item 1.1. –, pois permitiam o embarque de imigrantes sem disposição para o trabalho no campo e que não tinham um mínimo de conhecimento sobre agricultura. Assim sendo, quando aqui chegavam, os imigrantes percebiam que o “paraíso imaginado” descrito pelos agenciadores de imigrantes não era real, e sim muito distante daquilo que fora acordado.

Diante do descaso governamental, o imigrante organizou-se como pôde, criando formas alternativas de subsistência. Nas palavras de Wachowicz:

Essa política, de deixar as colônias e seus imigrantes entregues a si mesmos, fez com que a Província negligenciasse até a cobrança da dívida colonial, que era a importância correspondente ao lote, casa provisória, ferramentas e qualquer auxílio. Essa cobrança só foi efetivada no período Republicano (WACHOWICZ, 1977, p. 16 apud STECA & FLORES, 2002, p. 34).

Vale ressaltar que, no primeiro momento, a imigração teuta não se enquadra na grande política de imigração em massa da Europa e caracteriza-se por pequenos fluxos familiares de origem camponesa. Os primeiros colonos alemães dedicaram-se principalmente às lavouras, porque essa atividade era o principal meio de subsistência.

Já o grande fluxo dos imigrantes teutos considerados profissionalmente aptos só ocorre após a década de 1870, momento de franca expansão da indústria na Alemanha já unificada, onde o analfabetismo havia pouco fora erradicado na Alemanha. Antes de 1870, a Alemanha tinha contraído empréstimos no mercado internacional, mas depois disso sua riqueza nacional aumentou a tal ponto que tornou-se capaz de investir grandes somas em empresas de plantação, ferroviárias, mineiras e fabris em muitas partes do mundo.

Altair Pimpão credita à maioria desses imigrantes teutos uma formação técnica, mas não podemos avaliar essa informação porque contrasta com os idealizadores da política imigratória, que recomendavam a vinda de camponeses e lavradores. Como o crescimento da indústria alemã no final do século XIX se deu justamente pela industrialização pesada, ou seja, de fabricação de máquinas para os outros ramos da produção, podemos aceitar sua assertiva de que “o imigrante alemão popularizou as máquinas alemãs e com isso facilitou os investimentos e a implantação de indústrias alemãs no Brasil” (PIMPÃO, 1974, p. 34).

A política migratória paranaense apresentou nova dinâmica entre os anos de 1890 a 1900, após as mudanças ocorridas na legislação imigratória e na

regulamentação das colônias. Com essas novas medidas, buscava-se impossibilitar a criação de colônias homogêneas – do ponto de vista étnico – e evitar a formação do que era tido como "enquistamentos étnicos" das colônias através da diversificação de etnias em um mesmo núcleo colonial e da inserção de brasileiros natos nessas comunidades.

A partir de 1900, o fluxo imigratório vindo da Europa se dirige, em sua maioria, para o Paraná (SEYFERTH, 1990, p. 15), que além de receber imigrantes de várias nacionalidades, ainda tem as fileiras engrossadas por famílias egressas de outras áreas coloniais mais antigas, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Cabe frisar que, ainda no século XIX, Curitiba recebeu grande volume de imigrantes germânicos oriundos de Santa Catarina, sendo a re-imigração um fenômeno que não é exclusivo desse momento da história paranaense.

Podemos asseverar que, motivados pelo esgotamento das áreas produtivas e pelas possibilidades de ascensão social – paralelamente à entrada de novos imigrantes – muitos colonos de comunidades mais antigas começaram a abandonar as áreas coloniais à procura de locais urbanizados como a capital Curitiba. "Na medida em que diminuiu a entrada de novos imigrantes no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Paraná se transforma no principal promotor da colonização com europeus no Sul do Brasil" (SEYFERTH, 1990, p. 16).

O fluxo de imigrantes teutos intensificou-se entre os anos de 1909/1913 e 1919/1925, expressivamente nos anos que precederam e sucederam o conflito mundial, entre 1914/1918. Lembramos que a migração interna de indivíduos de colônias antigas foi muito mais proeminente entre 1920 e 1930, atraídos pela aceleração industrial e pelo desenvolvimento urbano de algumas cidades, como Porto Alegre e Curitiba.

O quadro de contingentes populacionais imigrados ao Paraná até o ano de 1948 estava distribuído de maneira bastante diversificada; os poloneses compunham a maioria dos imigrantes, seguidos pelos ucranianos. Já os alemães, que iniciaram o processo de imigração, aparecem com pouco mais de 15% do total de imigrantes no estado, seguidos de grupos menores como franceses, austríacos, ingleses, russos, holandeses, etc.

Wachowicz (1995, p. 152) distribui as principais populações imigrantes no Paraná da seguinte maneira, conforme ilustramos na Tabela 3.

**TABELA 3 – Distribuição de imigrantes no Paraná até 1945**

<b>Nacionalidade</b>	<b>Quantidade de imigrantes</b>	<b>% por nacionalidade</b>
Poloneses	57.000	44,53%
Ucranianos	22.000	17,18%
Alemães	20.000	15,62%
Japoneses	15.000	11,74%
Italianos	14.000	10,93%
Total	128.000	100,00%

Fonte: WACHOWICZ, Rui Chhristovan. História do Paraná. 7ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1995.

A questão relativa à quantidade correta de imigrantes germânicos no Paraná é bastante controversa; embora não seja possível precisarmos a quantidade exata de alemães imigrados para o Paraná, Aulich (1953, p. 12) pontua que é possível uma estimativa. Em 1908, havia cerca de 12.000 indivíduos de origem germânica para um total de de 450.000 habitantes; em 1928, a população germânica dobrou de 30.000 para 800.000 em todo o Estado; já no final do período imigratório, próximo de 1940, o Paraná contava com cerca de 120.000 teutos, para uma média de 245.000 estrangeiros e um total de habitantes que ultrapassava 1.200.000 em todo o Estado.



Os dados estatísticos fornecidos por Wachowicz – clássico historiador do Paraná – apresentam uma quantidade muito diminuta frente ao estudo de Aulich em 1953. Essas variáveis estatísticas referentes à imigração teuta têm origem na dificuldade em estabelecer a nacionalidade germânica. No quadro acima, aparentemente Wachowicz trabalha com alemães natos (*Reichsdeustch*); em contrapartida, Aulich apresenta números que conciliam dados relativos às origens geográficas (teutos oriundos de outros países como Rússia e Suíça), alemães natos e descendentes. Essas controvérsias serão ainda muito discutidas, devido à falta de fontes e de dados exatos que possam permear essa discussão.

Ao escrever um estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos, Aulich aponta que a procedência geográfica tão variada “faz da imigração alemã um quadro colorido, vívido e impressionante” (1953, p. 15), que ajuda a compor um cenário ainda maior que surge das variações e dos antagonismos sociológicos provenientes do processo de imigração. Compreender essas particularidades trazidas pelo imigrante auxilia a “desassociar a história da imigração germânica ao Paraná da contemplação unilateral e evitada de preconceitos, sejam eles favoráveis ou depreciativos” (AULICH, 1953, p. 17).

Dado esse quadro primário da imigração teuta no Brasil e no Paraná, discutiremos o papel do imigrante na sociedade, o processo de assimilação e os reveses desse método na construção do convívio e no cotidiano.

### **1.3 Os reveses da aculturação: dilemas, problemas e possibilidades**

Aceitar outra cultura nem sempre é tarefa simples, sobretudo quando há uma disparidade muito grande entre esta e a cultura de origem. A assimilação da cultura

brasileira pelos alemães passou por vários reveses, particularmente os relacionados ao idioma, ao clima, à tradição agrícola e à educação. Em todas as perspectivas abertas pelo processo de imigração, positivas ou negativas, a questão que mais se destaca é a da assimilação desses indivíduos na sociedade. Assim sendo, nos incumbiremos, neste primeiro momento, em conceituar o termo *assimilação/aculturação*.

Denys Cuche conceitua aculturação como um termo elaborado em 1936 por um comitê estadunidense de Ciências Sociais<sup>14</sup>: “A aculturação é o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou dos dois grupos (REDFIELD, LINTON, HERSLOVITS, 1966 *apud* CUCHE, 2002, p. 115).

Cuche alerta também que não podemos confundir aculturação e assimilação, pois a segunda deve ser compreendida como a última fase da aculturação, “fase, aliás, raramente atingida, ela implica o desaparecimento total da cultura de origem de um grupo e na interiorização completa da cultura do grupo dominante” (2002, p. 116).

A definição usual da palavra compreende o processo pelo qual um grupo social minoritário perde suas características culturais distintivas, sendo absorvido pelo grupo maior. Balhana (1995) apresenta uma simplificação eficaz para a compreensão do termo.

A noção de assimilação apresenta diversos aspectos, conforme se observa de um ponto de vista político, econômico, social, cultural ou psicológico. Analisada simplesmente trata-se apenas de saber em que prazo e até que limite pode um contingente de imigrantes amalgamar-se a uma população nacional, e quais as formas que assume este processo de amalgamação (BALHANA *apud* WACHOWICZ, 1995, p. 153).

---

<sup>14</sup> O Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais dos Estados Unidos organizou um comitê encarregado de organizar a pesquisa sobre os fatos da aculturação. Composto por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, o comitê elaborou em 1936 o Memorando para o Estudo da Aculturação, obra clássica e absoluta para os interessados em estudar a aculturação e suas implicações.

O grupo teuto recém-chegado deveria desprender-se dos seus hábitos e costumes e adotar o que era comum aos brasileiros aqui já instalados. Se prontamente acatarmos essa conceituação para nortear este trabalho, perceberemos com demasiada rapidez que não houve entre os alemães e luso-brasileiros interesse em abandonar seus princípios culturais visando a chegar a um consenso entre ambas as partes. Pelo contrário, o que observamos em várias obras que tratam do tema é justamente o fechamento desses grupos e um total empenho na manutenção de seus costumes e características étnicas.

Por outro lado, a aculturação não provoca necessariamente o desaparecimento da cultura que recebe, nem a modificação da lógica interna da cultura dominante, tornando as relações culturais uma via de mão dupla, em que ambos os grupos recebem e doam.

No caso de imigrantes, é comum que um indivíduo ou família que são inseridos em um ambiente cultural novo fiquem tentados a não aceitar rapidamente as mudanças e a irem delimitando paulatinamente as relações com o novo meio, incorporando gradativamente as mudanças em seu dia-a-dia. Esse processo, para Willens:

Consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contato. [...] O conceito aculturação refere-se [...] às mudanças nas configurações culturais de dois ou mais grupos que estabeleceram contatos diretos e contínuos. [...] O estudo científico da assimilação abrange, portanto, o estudo da formação dessas atitudes (WILLENS, 1980, p. 7).

Diante dessa situação, podemos intercalar circunstâncias adversas sobre a velocidade do processamento da aculturação dos imigrantes seguindo algumas regras propostas por Cuche (2002, p.119-120):

- a) Uma família de imigrantes pode levar menor tempo para ajustar-se a uma nova pátria se estiver completamente isolada de

outros membros do mesmo grupo étnico, tornando a assimilação uma questão de sobrevivência; quanto mais distante for a cultura, mais difícil será sua aceitação;

b) No caso de colônias relativamente homogêneas – que é o caso mais comum na bibliografia analisada – a celeridade da assimilação pode ser muito mais lenta, porque não há fundamentalmente necessidade de aceitação imediata dos valores fornecidos pela comunidade já estabelecida.

c) Se houvesse estratégias de comunicação e formas de integração do imigrante à cultura “dominante”, o processo de aculturação pode ser mais bem aceito, afinal, “um traço cultural, qualquer que seja a sua forma, será mais bem aceito e integrado se puder adotar uma significação de acordo com a cultura que recebe” (CUCHE, 2002, 119).

Ainda podemos avaliar a aculturação com base nas pesquisas de Roger Bastide (1960 *apud* CUCHE, 2002, p. 129-131), nos termos da interpenetração/entrecruzamento propostos pelo autor em três critérios diferenciados.: 1º A presença ou ausência de manipulações das realidades culturais e sociais; 2º Ordem cultural, levando em consideração a relativa homogeneidade ou heterogeneidade das culturas presentes; e 3º Ordem social, considerando a relativa abertura ou fechamento das sociedades em contato. Bastide procurou não restringir a classificação dos fenômenos de aculturação a esses critérios e ampliou as possibilidades de avaliação, acrescentando fatores que podem reforçar ou neutralizar o processo, sendo estes: a) o fator demográfico; b) estrutura das populações; o fator ecológico e o fator étnico/racial.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Roger Bastide em 1976 orientou a pesquisa de Doutorado em Etnologia de Denys Cuche, em cuja discussão Cuche utilizou a seguinte obra de seu orientador: BASTIDE, Roger. Problèmes de

Ao considerar o que Willens trata como "[...] o preço que o imigrante paga pela realização do seu ideal" (1980, p. 6), temos a impressão de que a coexistência com grupos luso-brasileiros tenha se desdobrado sem maiores entraves. Mas o próprio autor continua dimensionando a questão, retirando-nos essa falsa ideia: "[...] muitos o consideram demasiadamente caro e não se ajusta a situação" (1980, p. 7).

É de suma relevância preconizar que são comuns as interpretações que apontam para a assimilação como algo impossível, por considerarem que para pertencer a uma determinada comunidade devem dirimir toda sua carga cultural. Acreditamos existir sensatez ao discordarmos dessas interpretações, pois acreditamos que ocorrem trocas culturais entre imigrantes e brasileiros; se não houve assimilação dos alemães à cultura nacional, houve aculturação. Concordamos com Reis (2004, p. 221) quando alega que:

Se, por um lado, a imigração europeia representava o projeto por meio do qual se atingiria a civilização, por outro, ocorreu, também, a "caboclicização" dos imigrantes dentro do núcleo colonial, apesar do parcial isolamento em relação aos centros mais desenvolvidos. [...] O contato cultural foi de mão dupla, pois ao difundirem seus hábitos e costumes, assimilaram parte da cultura brasileira. Entretanto, o contato com população nacional não impediu que muitas colônias, na medida do possível, mantivessem sua língua, religião e escolaridade, enfim, suas tradições [...] (REIS, 2004, p. 175).

Outra forma errônea de interpretarmos o grau de assimilação de determinado grupo étnico trata-se do grau de miscigenação, como, por exemplo, o imigrante que não se casa com brasileiros é prontamente considerado inassimilável (WILLENS, 1980, p. 322). Contudo, é improvável que o processo de assimilação principie através desse tipo de contato; é evidente que para uma bem sucedida troca de experiências exista a necessidade de contato, mas não necessariamente matrimonial. Nesse tipo de contato,

pode-se obter justamente o resultado contrário, as diferenças podem ser tão gritantes que distanciarão cada vez mais os indivíduos ou grupos étnicos em contato.

Willems (1980, p. 151) pondera que, em geral, os imigrantes estavam emocionalmente presos à cultura de origem e que a nostalgia impedia-os de mudar suas atitudes. Porém, acrescenta que muitos voltaram aos seus países de origem, não apenas movidos pela nostalgia, mas porque suas personalidades invariavelmente também haviam sofrido transformações em contato com novas situações.

Aulich cita uma situação diferenciada ao tratar dos imigrantes germânicos provenientes de camadas sociais mais baixas, afirmando que para esses tipos de imigrantes não fora necessário um grande esforço para se desapegarem do passado, já que em terras paranaenses possuíam novas esperanças, e “com facilidade puderam aceitar as “particularidades encontradas”, porque as próprias “particularidades trazidas” eram poucas e insignificantes, no caso em apreço, até mesmo no que diz respeito à língua, à religião, às tradições [...]” (1953, p. 62).

Hobsbawm (2000, p. 135), ao trabalhar a construção das nações europeias, propala que entre os alemães havia discussões sobre o tamanho, a natureza e quanto à estrutura do futuro Estado unificado, mas que poucos deles estavam decididamente interessados na unificação da Alemanha, especialmente os camponeses alemães. Em seus termos:

Por razões óbvias, as camadas mais tradicionais, atrasadas ou pobres de cada povo eram as últimas a se envolver em tais movimentos: trabalhadores, empregados e camponeses que seguiam o traçado pela elite instruída. A fase do nacionalismo de massa, que sobrevinha normalmente sob a influência de organizações de camada média de nacionalistas liberais-democratas – exceto quando contrabalançada pela influência de partidos independentes trabalhistas e socialistas - , estava de alguma forma relacionada com o desenvolvimento econômico e político (2000, p.136).

Dessa forma, as primeiras levas de imigrantes de origem camponesa estavam fora dessas discussões políticas, assimilando muito pouco esse sentimento de nacionalismo. De acordo com Salamoni (2001), nas camadas mais modestas existia uma *heimatlosigkeit* – ausência do sentimento de pátria –, que pode ter acarretado uma visão mais positiva da imigração. Afinal, argumenta a autora, desprender-se dos elos com a pátria Alemanha tornava a possibilidade de possuir um "pedaço de terra" mais palpável; muitos teutos tinham em mente ao emigrar para o Brasil conquistar sua independência financeira, não dependendo de ninguém para subsistir com sua família.

Sobre o Paraná, Bento Munhoz lembra que "[...] a assimilação não se processa, como um milagre, sem obstáculos, e no Paraná se sabe, com razoável freqüência, que é assim. [...] a sobrevivência de hábitos tradicionais, a permanência da língua materna em família e os casamentos no próprio grupo" (1995, p. 76). É certo que o historiador paranaense também procura abrandar esses obstáculos propalando que a força evolutiva do Estado conseguiria absorver esses imigrantes.

Em Curitiba, a presença do imigrante alemão e de uma vasta sorte de imigrantes de outros países contribuiu para que a cidade tivesse um caráter cosmopolita. Ainda que existisse uma elevada preocupação com a conservação dos seus costumes, isso não impediu que ocorresse uma coexistência pacífica entre os imigrantes alemães e os cidadãos curitibanos; pelo contrário, segundo Boschilia (1995), apesar de a diversidade de idiomas e hábitos, estes conviviam sem maiores problemas.

Essas fronteiras étnicas não são intransponíveis, mas para que possam ser superadas é necessário que exista interação social entre os grupos, e foi justamente a defesa exasperada dessa etnicidade/identidade que trouxe dificuldades aos imigrantes de grupos de culturas muito contrastantes com a luso-brasileira, sendo uma delas a alemã.

Assevera Seyferth (2000, p. 310) que a etnicidade e a nacionalidade são condições de pertencimento a um grupo cujos membros possuem pensamentos coletivos. Neste sentido, é necessário diferenciarmos as noções de nacionalidade, pois a primeira está ligada a diferentes formas de estabelecimento, como o direito de sangue (*jui sanguinis*), excluindo critérios geográficos e contraditoriamente o local de nascimento (*jui solis*), ou ainda pela combinação das duas formas, acarretando a questão do duplo pertencimento ao cidadão teuto-brasileiro.

Outra questão se refere ao problema da cidadania, vinculada ao Estado; um teuto pode ser considerado cidadão brasileiro, recolher seus impostos e exercer o direito do voto, mas continua pertencendo a grupos específicos de alemães, contrariando o sentido de pertencimento atribuído à questão da cidadania. Esse formato de limites grupais concretos contrariou os ideais nacionalistas do país; logo, nos períodos de crise os teuto-brasileiros (*Deutschbrasilianertum*) foram desqualificados como cidadãos e tratados como ameaça visível à soberania nacional.

René Gertz registra que, desde o início da imigração, em 1824, a acusação mais repetida aos alemães e aos seus descendentes está relacionada a sua não integração com o povo brasileiro. Nas palavras do autor:

Esses colonizadores se manteriam a margem da nação brasileira pela ausência da miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticidade brasileira, mesmo para os descendentes que são brasileiros de fato e de direito (GERTZ, 1991, p. 13).

Essa ideia exacerbada de não-integração, de antipatriotismo, de segregação e de anticidade ganhou novo dimensionamento com a criação, em 1871, do Império Alemão e do quadro internacional resultante desse momento da história da Alemanha,



porque alguns ideólogos pensaram em aproveitar a quantidade de alemães em outros países em benefício da pátria alemã.

Um último fator de desagrado refere-se à ascensão econômica dos imigrantes alemães. As suas técnicas diferenciadas de trabalho, que foram tomadas em um primeiro momento como qualidades, passarão a incomodar a população pelo seu crescimento econômico e pelo desenvolvimento de seus estabelecimentos comerciais.

Strobel, em seus *"Relatos de um pioneiro da imigração alemã"*, destaca que:

[...] nos primeiros anos da chegada dos imigrantes alemães a Curitiba, os brasileiros admiravam a tenacidade no trabalho e os novos conhecimentos que foram introduzidos nas diversas atividades por eles exercidas. Mas com o passar dos anos quando os imigrantes começara a progredir [...] desagradaram certas castas de nativos aqui da terra. No entender desses elementos, aos alemães e imigrantes de outras nacionalidades [...] caberia apenas cultivar a terra, pagar impostos [...] o resto, ou seja, a direção da política e condução dos negócios da nação seria de exclusiva competência dos "donos do Brasil" (STROBEL *apud* RENK, 2004, p. 60).

Através dessas informações, é possível entender que mesmo antes de um projeto sólido de assimilação forçada – que viria legalmente no Estado Novo – o governo já possuía preocupações suficientes para a construção da imagem de um povo inimigo, dando sustentação às teorias conspiratórias, como o levante de imigrantes alemães no sul do país, ou que poderiam, a partir das regiões de fronteira, romper em marcha contra o Brasil, bem como personificando os imigrantes alemães (nazistas ou não) como traidores pagãos e o nazismo representando a presença do demônio em meio às comunidades (FÁVERI, 2005, p. 45).

#### 1.4 Nazismo no Paraná – Relação dos alemães com a política

O nazismo está intimamente ligado ao discurso relativo aos alemães, já que mesmo aqueles que não eram partidários ou sequer simpatizavam com a doutrina nacional-socialista sofreram com a alcunha "nazista" e foram vítimas de perseguições durante o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, alterando significativamente o cotidiano desses imigrantes e da população brasileira.

A ligação equivocada de todo alemão com o partido suscitou inúmeros desentendimentos e denúncias em delegacias de polícia e gerou situações adversas para a comunidade teuta estabelecida no Brasil. No Paraná não foi diferente: vários relatórios oriundos das extintas DOPS – que trataremos nos capítulos posteriores – servirão para ilustrar essa questão supracitada. Mas antes disso empreenderemos uma breve exteriorização do NSDAP/PR.

Para agregar algumas informações sobre o Partido Nazista do Paraná – NSDAP/PR –, é necessário alertarmos o leitor que a única pesquisa que se debruçou sobre o tema foi realizada recentemente por Rafael Athaides, resultando em uma dissertação de mestrado intitulada "Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)".

Tendo em vista a pesquisa supracitada, pontuamos que o Brasil contava com o maior contingente de alemães partidários do NSDAP fora da Alemanha; havia partidos nacionais com filiação menor que os nazistas. Athaides assinala que os primeiros anos de governo de Vargas foram bastante displicentes no controle dos partidos de origem estrangeira, tanto no Governo Provisório – 1930/1934 – quanto no Governo Constitucional – 1934/1937 –, importando-se apenas em restringir a entrada e a proliferação de partidos de ordem comunista orientados pela antiga URSS.

A organização do partido, mesmo fora da Alemanha – teoricamente longe do controle forte do NSDAP –, mantinha-se estruturada e bem planejada, a divisão em Círculos (Kreis) Regionais e Estaduais facilitou a proliferação das ideias nazistas em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No Paraná, o partido contava com aproximadamente duzentos membros filiados, diplomaticamente auxiliados pelo Consulado Alemão. O NSDAP/PR era formado basicamente por *Reichdeutschs* (81,3%), a minoria restante compunha-se de alemães naturalizados (6,9%), descendentes diretos (6,9%) e brasileiros naturalizados alemães (4,6%).

A grande maioria do grupo que compunha o partido tinha caráter amplamente urbano, não pertencendo a grupos provenientes das colônias – que mesmo procurando preservar o *Deutschtum*, não possuíam simpatia pela doutrina do Führer –, sua maioria era composta por alemães que chegaram das levas posteriores ao término da Primeira Guerra e estavam alocados nos centros urbanos.

Se utilizarmos como referência demográfica os dados relativos aos alemães fornecidos por Aulich (1953), poderemos perceber que a presença dos *nazis* dentro do grupo étnico era minoritária no Paraná; os filiados ao partido representavam 0,18% do total de imigrantes estabelecidos no Estado. Portanto, como que um grupo minoritário conseguiu propagar suas ideias e levar adiante suas ideologias de maneira tão contundente?

A resposta óbvia aponta para a propaganda nazista, a qual teve grande função na proliferação das ideias nacionais-socialistas. A forte propaganda apelava para o dever alemão, resgatava o nacionalismo ferido pela derrota na Primeira Guerra e evocava a manutenção do germanismo, buscando continuamente motivar os teutos à adesão formal ao partido.

A propaganda realizada pelo NSDAP/PR algumas vezes confundia-se com o trabalho do consulado. Na perspectiva de Athaides:

[...] a propaganda partidária desenvolvida através de uma confusa mescla de ações, na qual não se sabe onde começa operar o partido e onde se inicia o trabalho do consulado. Dividimos em três as categorias de propaganda nazista entre os teutos do Paraná: escrita, audiovisual (rádio e cinema) e o que chamamos de presencial (ATHAIDES, 2007, p. 165).

Apesar de nos primeiros anos de governo Vargas não ter atentado para a projeção que o Partido Nazista estava tomando nas colônias alemãs – ou fizera vistas grossas mediante a simpatia que possuía pelas potências totalitárias europeias com a implementação de um plano de governo amplamente nacionalista –, em 1938 o NSDAP fora obrigado a "fechar as suas portas" atendendo à ordem do Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938, restando a extinção total do partido ou a ação partidária baseada na clandestinidade.

Não obstante, passados quatro anos de implicações com o idioma e o posicionamento dos alemães em relação ao Projeto de Nacionalização, em 1942 o Brasil, após longo período de neutralidade, efetivara sua entrada no conflito mundial contra as potências do Eixo, ocasionando ainda mais distúrbios na relação já conturbada entre imigrantes alemães e os cidadãos brasileiros.

Algumas questões posteriores terão o Nazismo e seus ex-partidários como núcleo de discussão, quando, em 1942 – quatro anos após a extinção oficial do NSDAP –, os nazistas serão evocados para justificar a repressão aos alemães pelo governo de Manoel Ribas e em todo o país serão tratados como inimigos da nação brasileira.

Concordamos com Athaides que esse período paranaense – década de 1930 e 1940 – ainda necessita de muitas investigações; são muitos temas ainda que precisam

de formulações primárias, diversas lacunas da história do Estado ainda precisam ser preenchidas. Esperamos, com este trabalho, contribuir na construção desse passado bem como suscitar interesse no tema e, conseqüentemente, novas pesquisas.

### **1.5 A relação com o Estado: alemães e as medidas restritivas do Projeto de Nacionalização**

Ao contrário do que muitos acreditam, o projeto de nacionalização já vinha sendo pensado antes mesmo do Estado Novo. Cancelli expõe que “a vontade expressa pela política pós-30 era a da criação de um novo tipo de cidadão para a sociedade nacional” (1993, p. 24). A polícia passara a ser o principal órgão executivo do Estado Vargas, tendo – ou procurando ter – total controle do espaço urbano. A reestruturação e centralização do serviço policial foi o início de profundas alterações no cotidiano dos brasileiros e imigrantes estrangeiros que aqui viviam.

Cancelli (1993, p. 76) ainda realça que a população era tencionada ao máximo com discursos inflamados, medidas saneadoras diversas e essencialmente pela incessante ação da polícia, visando à disciplina e à reeducação do indivíduo brasileiro. De acordo com a autora:

Ordenar a sociedade para “um só pensamento brasileiro”, o alvo do Estado Novo, significava modificar o lugar do indivíduo e das classes no espaço público, negando as diferenças, a pluralidade e quaisquer formas de organização e manifestação que pusessem em xeque a concepção orgânica da sociedade (CANCELLI, 1993, p. 80).

É fato que logo no início do regime de Vargas o inimigo comum fora materializado na figura do comunista, que com a ajuda da máquina de propaganda do Estado incutiu na sociedade a figura malévola do agente comunista, a propaganda – ou

as várias formas dela –, que utilizada pelo regime penetrou nas casas, nos estabelecimentos comerciais e nas conversas entre vizinhos formou uma opinião pessoal e agentes multiplicadores dessas ideias. Dadas essas informações relevantes, avançaremos para outro alvo da perseguição do regime de Getúlio Vargas que representa a maior preocupação desta pesquisa: os imigrantes estrangeiros.

Entender como o Estado conseguiu imprimir nas pessoas a figura do imigrante subversivo e ao mesmo tempo manter relações diplomáticas com os países daqueles que eram vigiados e perseguidos não nos parece demasiado fácil, porém, ao longo desta pesquisa, apontaremos as situações que permearam essa questão.

Instituída em nome da unidade nacional, a campanha de nacionalização do Estado Novo, iniciada em 1937 com a pretensão de forçar a assimilação dos imigrantes, produziu a maior crise enfrentada por alemães e seus descendentes. A construção do “mito da nação” e do “mito da nacionalidade”, a exemplo das ditaduras europeias, realizava-se por mecanismos de persuasão, mas, acima de tudo, pela violência garantida pela polícia política que perseguia e identificava os imigrantes que se opunham às medidas.

Estes eram identificados como antibrasileiros, mal aculturados, verdadeiros “cânceres” inseridos em um território onde se estava por colocar em prática um projeto de “brasilidade”. O governo procurava homogeneizar a sociedade, todavia acedemos com Heller no seguinte:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sobre vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER, 2008, p. 32).

Logo, mudar as estruturas sociais já existentes até aquele momento tornava-se uma atividade bastante penosa, levando em consideração que “o homem nasce já inserido em sua cotidianidade” (HELLER, 2008, p. 33) e que nem todos adeririam avidamente ao propósito governamental. Partimos da ideia primária de que embora os imigrantes não estivessem perfeitamente assimilados, já faziam parte da sociedade e compunham boa parte da força de trabalho. Dessa forma, contribuía com suas ideias, tecnologias e compunham o cenário social de muitas cidades brasileiras, em especial no nosso estudo de caso, a cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Acordamos com Dietrich na seguinte afirmação em relação às práticas repressivas destinadas a estrangeiros: “os alemães, ao lado de outros **cidadãos**<sup>16</sup> estrangeiros, passaram a ser rotulados de “indesejáveis”, postura que expressa a valorização do “homem nacional” (DIETRICH, 2008, p. 76); o que ocasionou, logo após a implantação do Estado Novo, uma busca incessante para dar continuidade às tentativas nada bem sucedidas de 1907 e 1913 de expulsar os estrangeiros do país.

Cancelli (1993, p. 132) propõe que a 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) levou ao presidente, em dezembro de 1937, um relatório completo sobre a necessidade de uma espécie de guerra interna contra os imigrantes que nada mais era do que a proposta formal para a campanha de nacionalização que tomaria o país no ano posterior.

Ainda sobre esse relatório, salientamos que foi sob a égide do General José Meira de Vasconcelos, e posteriormente conduzida pelo seu substituto General Manuel Rabelo, também da 5ª RM – conforme Seyferth (1997, p. 100) –, que o Exército assumiu a tarefa de construtor da nacionalidade, conjecturando que os intelectuais republicanos não deram a devida atenção aos valores morais constitutivos da nação.

---

<sup>16</sup> Grifo nosso: cidadãos que já faziam parte da dinâmica social, que já estavam inseridos na vida pública e que agora eram tratados como “indesejáveis”, sujeitos esses que até então constituíam partes importantes no comércio, na cultura e na vida social.

Nacionalizar, portanto, é tarefa de educação moral e cívica, um desígnio dos doutrinadores que estabeleceram as premissas ideológicas da ação do Estado.

Na constituição outorgada em 10/11/1937, existem mais de trinta situações que envolvem estrangeiros e imigrantes, dentre as quais ressaltamos as mais relevantes: no Artigo 122, a Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, contudo mantém as seguintes restrições: a) tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro; b) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito a sua soberania; d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição.

A limitação da atuação de imigrantes é tratada no Artigo 150, no qual consta que só poderão exercer profissões liberais os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar no Brasil, excetuados os casos de exercício legítimo na data da Constituição e os de reciprocidade internacional admitidos em lei. Somente aos brasileiros natos será permitida a revalidação de diplomas profissionais expedidos por institutos estrangeiros de ensino.

Em Curitiba, no livro de Decretos-Leis do município referente a 1941, notamos – com um atraso razoável – o cumprimento da limitação de estrangeiros atuarem em cargos públicos, quando através do Decreto 153 de 31/12/1941 a prefeitura resolve sobre o italiano João Zaniolo:

Considerando que o Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939 só permite aos brasileiros natos ou naturalizados o exercício de cargo ou função pública; considerando que a portaria nº - 2.198, de 6 de julho de 1939, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, concedeu prazo até o dia 10 de agosto do mesmo ano para os funcionários públicos providenciarem o seu processo de naturalização; considerando que



esse prazo já está esgotado, não podendo, por conseguinte, o aludido funcionário cumprir esse dispositivo, RESOLVE: dispensar JOÃO ZANIOLO do cargo de Ajudante do Administrador dos Cemitérios.<sup>17</sup>

Já o Artigo 151 é oriundo da Constituição de 1934 e trata da entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional, sendo estas sujeitas às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, contudo, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil nos últimos cinquenta anos.

Os termos nacionalidade e cidadania tornam-se importantes metas para o Estado Novo; mitos de unidade e nacionalismo são inseridos na sociedade buscando reforçar ainda mais a ideia de “comunidade brasileira”. Seyferth assim se manifesta acerca da campanha de nacionalização:

O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras” a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”; as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas. A partir de 1939, a intervenção direta recrudescceu e a exigência de “abrasileiramento” através da assimilação e caldeamento tornou-se impositiva — criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados (SEYFERTH, 1997, p. 97).

Em dezembro de 1937, foram proibidos de funcionar no país quaisquer partidos, fossem nacionais ou oriundos de outros países – no caso do NSDAP –; naquele contexto, garantia-se a extinção da oposição, consolidava-se o poder ditatorial de Vargas e fechava-se o país da influência política de outros países.

Por meio do Decreto-Lei nº 37, o governo pôs fim às atividades da AIB, que naquele momento significavam um problema considerável ao Estado Novo. Seitenfus (2003, p. 83) aponta duplo sucesso na ação tomada, porque elimina uma temível

---

<sup>17</sup> Decreto-Lei nº 153 – Prefeitura Municipal de Curitiba – 31.12.1941 – Disponível no Arquivo Publico do Município de Curitiba.

oposição – AIB – e ainda diminui as apreensões norte-americanas em relação a uma guinada brasileira junto aos estados totalitários do Eixo.

Com exceção das agremiações de fins culturais, beneficentes ou de assistência coletiva, todos os partidos políticos, independentes de origem, foram extintos. O Decreto 383, datado de 18 de abril de 1938, assim apregoa sobre as associações estrangeiras:

Art. 2º. E' lhes vedado especialmente: 1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.<sup>18</sup>

A Lei da Nacionalização, embasada no Decreto Federal nº 406<sup>19</sup>, datado de 04 de maio de 1938, através do Decreto-Lei nº 868<sup>20</sup>, exigia que todos os professores fossem naturais do Brasil, que todo ensino fosse ministrado em língua portuguesa, proibindo a circulação de qualquer material em idioma estrangeiro, obrigando os colonos a se adaptarem ao idioma nacional de maneira intransigente.

Essa campanha foi concebida como verdadeira guerra, buscando erradicar todas as ideias “alienígenas”<sup>21</sup> existentes no país. Nesse âmbito, uma parcela significativa da população brasileira sofreu repentinamente interferências em seu cotidiano; iniciou-se uma grande onda de perseguição aos alemães e seus

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto Lei nº 383 de 18 de Abril de 1938. Disponível no Diário Oficial de 19/04/1938. Finda a organização e a existência de todo tipo de agremiação com vínculos políticos no Brasil, nacionais ou estrangeiras.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto Federal n. 406, disponível no Diário Oficial de 06/05/1938. Lei de Nacionalização.

<sup>20</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 868. Disponível no Diário Oficial de 21/11/1938. Prevê a nacionalização do ensino e a extinção das escolas com vínculos estrangeiros.

<sup>21</sup> De acordo com Giralda Seyferth, a categoria alienígena corresponde aos descendentes e imigrantes, classificados como não-assimilados, isto é, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.

descendentes. Muitos foram acusados de espionagem e envolvimento com a causa nazista; como sabiam da existência do Decreto-Lei nº 392 de 27/04/1938, que regula a expulsão de estrangeiros, procuravam não limitar a ação da polícia política, a fim de não serem devolvidos aos seus respectivos países.

Como já aludimos, o primeiro ato repressivo em relação aos alemães foi justamente contra o idioma. Renk (2005) informa que as leis educacionais brasileiras estavam plenamente voltadas para a plena utilização da língua pátria e a perpetuação de símbolos nacionais como a Bandeira e o Hino Nacional. O autor ainda postula que:

Na Constituição de 1937 ficava evidenciada a intenção da educação na formação do cidadão nacional, com um corpo saudável para o trabalho, disciplinado e com um sentimento de patriotismo. Assim, era preciso que as escolas de imigrantes também tivessem a mesma formação educacional voltada ao patriotismo e o mecanismo mais eficiente para isto foi à instituição de medidas nacionalistas e o fechamento das escolas estrangeiras (RENK, 2005, p. 8).

O impacto da proibição aos idiomas estrangeiros foi imenso; nas comunidades mais fechadas poucos haviam tido contato com o idioma vernáculo, somente as crianças que possuíam maior contato por intermédio das escolas. Vale ressaltar que o investimento para a educação básica desses imigrantes era mínimo e que a maioria das escolas fundadas tanto nas colônias quanto nas cidades foram subsidiadas pelo governo desses países estrangeiros.

A proibição ao idioma alemão em público foi levada ao extremo; livros escritos em alemão foram destruídos; relatos dão conta que documentos contendo registros de nascimento, batismo, casamento e óbito e outros documentos oficiais foram queimados pela polícia brasileira.

Da mesma forma que não houve seleção nem preparação para receber os imigrantes, muito menos houve preocupação com o processo de assimilação e educação desses imigrantes. De forma coercitiva foram declaradas proibidas as falas

que não eram em português, ocasionando grandes desavenças entre os imigrantes aqui instalados e o governo, principalmente ao Departamento de Relações Exteriores, que empenhava muito tempo em dar satisfações aos outros consulados, especialmente ao da Alemanha, na figura de Karl Ritter, que mantinha contatos e contratos permanentes com o Brasil.

Ainda foi determinada uma política de cotas para a entrada de estrangeiros no Brasil, que permitiria apenas uma média de 2% do número total de imigrados de cada país no período de 1884-1933. Embora seja uma margem pequena, acabou prejudicando os países que tiveram maior fluxo migratório antes de 1880, como a Alemanha em detrimento da Itália e Japão, que possuíam fluxos de entrada posteriores a 1900.

Apesar de a conjuntura diplomática já não caminhar muito bem, a situação piorou quando Ritter foi tomar satisfações diretamente com Aranha sobre os variados decretos “anti-alemães”, particularmente acerca do Decreto 383. Dada à potencialidade da discussão iniciada e da dificuldade em chegar-se a uma perspectiva comum, em 16 de novembro de 1938 o então cônsul alemão no Brasil foi tido pela diplomacia brasileira como *persona non grata* em terras tupiniquins. De acordo com Seitenfus (2003, p. 162), a situação diplomática entre os países só toma novo fôlego em 01 de junho de 1939, quando ambos os países designam novos embaixadores. Para ser representante do Brasil foi designado o diplomata de carreira – e absolutamente fiel a Aranha – Cyro de Freitas Valle; já a Alemanha contaria com Curt Prüfer, antigo Ministro da Albânia, para melhorar a integração dos dois países.

Cabe destacar – embora seja um tema que mereça maior amplitude analítica – a questão da manutenção da soberania nacional; afinal, é necessário entender que as ações alemãs no Brasil, essencialmente a manutenção de um partido político e a

propagação intensa das ideias nazistas, contribuíram para que fossem tomadas decisões arbitrárias.

Perazzo (2002, p. 62) informa que de acordo com estimativa da AO<sup>22</sup>, havia no Brasil cerca de dois mil e novecentos membros filiados ao NSDAP; se consideramos que existiam aproximadamente cem mil alemães radicados no país, podemos considerar um número de baixa adesão entre os imigrantes, mas tomando como ponto de partida a ideia de tratar-se de um partido político que seguia diretrizes oriundas de outro país, com aparente intuito imperialista, é totalmente justificável o governo brasileiro julgar que esse número era demasiado e montar estratégias para prevenir qualquer tipo de sublevação por parte dos mesmos.

Em estudo recente sobre o Partido Nazista no Paraná, Athaides (2007) propala que a associação feita entre os alemães do sul do país e o nazismo tem sua origem no século XIX, entendido por alguns historiadores – o próprio Gertz – como “o mito Perigo Alemão”. Na visão do autor:

A ideia de uma ameaça germânica, salientada, sobretudo pelos pensadores do “embranquecimento” na Primeira República, visualizava as zonas de colonização teuta como um entrave ao projeto de miscigenação, propugnado como solução no processo de europeização do país. Assim, os alemães, por não se misturarem com a população luso-brasileira e por manterem suas tradições, língua religião, etc., formavam verdadeiros “quistos raciais” inseridos no território nacional (ATHAIDES, 2007, p. 20).

É evidente que a ideia de que todos os alemães poderiam engrossar as fileiras do exército germânico, tomar o país e transformá-lo em extensão territorial do Reich, ou a ideia de que os argentinos aliados aos alemães tomariam as fronteiras do sul, facilitando a entrada maciça do exército alemão no Brasil e posteriormente em toda a América do Sul, parece-nos, grosso modo, um tanto exagerada.

---

<sup>22</sup> *Auslandsorganization der nazi Partei* (Organização do Partido Nazista para o Exterior).

Friedman (2008, p. 61), ao realizar um estudo sobre o Nazismo na América Latina, evidencia que muitos historiadores creditaram equivocadamente uma força avassaladora aos contingentes de filiados nazis, alegando que estes formavam um bloco homogêneo, quando na verdade sua representação dentro dos países com maior estudo sobre o tema – Brasil, Argentina e Chile – nunca ultrapassou a margem de 3% a 7% do total da população alemã nesses países. Para Friedman, outra quantificação equivocada para os filiados nazis é a incorreta soma de elementos que integravam as organizações alemãs que faziam parte do NSDAP ou do próprio Reich, como o Sindicato dos Trabalhadores – DAF (*Deustchland Abertei Front*), a *NS-Fraunchaft* (Sindicato de Mulheres Nacionalistas) e a *Hitlerjunged* (Juventude Hitlerista), obtendo cifras enganosas e aumentando consideravelmente a representação do “perigo alemão” (2008, p. 63).

Nesse panorama geral realizado por Max Paul Friedman na América Latina, enfatizamos ainda suas considerações acerca do modo conflitante com que alguns pesquisadores tratam a questão do alcance e do respaldo que a Alemanha Nazista possuía na América Latina.

De la misma manera que los funcionarios estadounidenses se equivocaban cuando decían que los alemanes formaban un bloque monolítico que estaba esperando una orden procedente de Berlin para ponerse em marcha. [...] No debe confundirse el número de afiliados con el alcance del respaldo a la Alemania nazi (FRIEDMAN, 2008, p. 62).

Essas ideias faziam-se presentes nos altos escalões da AO e dos escritórios de inteligência americanos. Sobre essa “fidelidade” alemã ao NSDAP, o autor americano pontua que:

Para los representantes de la AO, la fidelidad de los que pertenecian a estas organizaciones filiales estaba fuera de toda duda, y lo mismo

pensaban los funcionarios estadounidenses, pero su compromiso con la causa era bastante dudoso. Se trataba de un fenómeno muy sutil. Se podría decir que no todos los miembros del Partido estaban dispuestos a luchar por su venerado *Führer*, y menos aún los que militaban em las organizaciones filiales, pero no se debe olvidar que todas estas asociaciones estaban impregnadas de la ideologia nazi (FRIEDMAN, 2008, p. 63).

Por outro lado, também existiam condições que permeavam essas ideias. Seitenfus (2003, p. 160) nos dá uma mostra ao retratar a correspondência consular entre Galeazzo Ciano e Aranha, quando o italiano alega concordar com as iniciativas brasileiras frente aos alemães, já que “a propaganda que os alemães fazem entre emigrados é de natureza a inquietar seriamente o governo do Rio” (2003, p. 160).

A ascensão das políticas nacionais-socialistas na Alemanha e seus desdobramentos amplamente difundidos por seus seguidores espalhados no Brasil, agregados ao vasto número de imigrantes e descendentes de alemães – partidários ou não – aqui instalados suscitou no aparelho político/policial grandes dúvidas acerca das verdadeiras intenções da Alemanha em relação ao Brasil.

De acordo com Helmuth Abeck:

Houve excesso de entusiasmo pelas idéias recém importadas. Viam-se, com demasiada freqüência, bandeiras com a cruz gamada em toda sorte de festejos, e grupos de jovens, imitando os modelos alemães, como a "Juventude Hitlerista" ou a "União de Moças Alemãs", promoviam passeatas, acampamentos e semelhantes, sem se importarem grandemente com a sensibilidade dos brasileiros de outras origens. **E isso numa época em que o próprio Governo Brasileiro se via a braços com dificuldades internas, provocadas por comunistas e integralistas. Essa conduta irrefletida chegava a ter cunho de uma franca provocação** (grifo nosso) (ABECK, 1980, p. 37).

Gertz, reportando-se sobre o sentimento nacionalista dos alemães instalados no Sul, propugna que: “este germanismo tem uma função voltada especialmente para as relações de dominação entre os próprios teutos e de forma alguma representa uma oposição ao *status quo* político no Brasil” (1987, p. 109).

Destarte, muitos invocavam esse germanismo para despertar um sentimento oposto àqueles que os recebiam; um caso preocupante para a questão nacional foi a documentação referente à Federação 25 de Julho, que mantinha em sua posse informações que comprovavam a ação subversiva de alguns elementos alemães. Conforme Seitenfus, “há certeza da existência de um plano de desmembramento do Brasil preparado por organizações vinculadas à ação da embaixada (2003, p. 133). Mesmo tratando-se de uma questão que colocava em perigo a integridade e a soberania nacional, necessitando de uma reação urgente do governo brasileiro, nada acontecia.

Em um primeiro momento, é possível alegar que Vargas não queria que nada interferisse nas negociações e nos acordos que estava buscando junto à Alemanha. Entretanto a propaganda ideológica, a criação de clubes que reforçavam o elemento alemão, a espionagem, os planos de sublevação, entre outras ingerências efetuadas pelos alemães, contribuíram para que o Projeto de Nacionalização tomasse maior importância no governo.

Dada a situação, René Gertz pondera que “[...] podemos concluir que o “perigo alemão” realmente existiu ou, no mínimo, o temor dos contemporâneos era justificado [...] (GERTZ, 1991, p.17). Neste sentido, houve intervenção nas escolas e outras instituições comunitárias, o uso da língua materna foi proibido em público; o governo procurava impor o civismo através do elogio ao reforço étnico/racial.

Seyferth (2002) apregoa que tal experiência nacionalizadora teve efeitos definitivos para o período, entre eles o desaparecimento da imprensa alemã – seja pela circulação de jornais alemães ou publicações nacionais em alemão – e das escolas que ensinavam em alemão e de algumas instituições culturais; mas não anularam alguns princípios da etnicidade teuto-brasileira, especialmente aqueles vinculados à origem comum, ao *habitus* e ao processo histórico de colonização, que,



simbolicamente, compõem as marcas distintivas de uma identidade étnica persistentemente reconstruída.

A demasiada insistência relacionada à nacionalização acabou gerando conflitos com as comunidades imigrantes, uma vez que construir o nacionalismo brasileiro significava, de diversas formas, desestruturar o nacionalismo alemão que estava arraigado nas áreas de colonização teuta.

A polícia civil gaúcha alerta o Itamaraty, em meados de 1940, sobre a existência de um perigo alemão nos estados do Sul, enfatizando a eficácia da propaganda nacional-socialista em recrutar membros para engrossar suas fileiras, embora o partido estivesse banido da legalidade. Mesmo alertado, Vargas parece dirimir a questão do perigo alemão de forma que não atrapalhasse suas negociações com a Alemanha.

Ao compreender as meias-voltas dadas por Vargas e pela diplomacia para atender, de um lado, as pressões norte-americanas e de outro as reclamações do consulado alemão, concordamos com Seitenfus (2003, p. 235) quando este afirma que embora o país fosse territorialmente grande, não possuía autonomia suficiente para isentar-se das influências da política externa de países mais fortes como Estados Unidos e Alemanha.

Nesse âmbito, o país optava por uma ação que se ambientava em ambos os lados, procurando obter o maior número de benefícios possíveis, sem se envolver integralmente no conflito armado, política que discutiremos a seguir.

## **1.6 A política pendular de Vargas e o rompimento com o Eixo**

Desde o início da Segunda Guerra Mundial, a ideologia do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, apontava para um provável alinhamento do Brasil com os

países do Pacto de Aço – Alemanha e Itália. Vargas havia instalado no país uma ditadura, apoiada em uma constituição centralizadora e autoritária, que guardava muitos pontos em comum com as ditaduras fascistas.

Seitenfus (2003, p. 223) ensina que a posição dos EUA em relação ao Brasil era bastante incômoda, precisavam solucionar as questões referentes aos acordos e negociações econômicas e militares que estavam em curso, buscando fortalecer a tendência democrática dentro do governo brasileiro. Em relação à política externa brasileira:

Contrastando com a confusão reinante nas relações internacionais logo após junho de 1940, a política externa brasileira se apresenta de maneira singela. Assemelha-se a fins de 1937, quando a adoção de um regime de tipo fascista coloca em oposição uma tendência liberal, voltada para os Estados Unidos, e uma tendência totalitária, que aspira estreitar os vínculos com a Alemanha (SEITENFUS, 2003, p. 233).

Vargas buscou manter-se neutro o máximo que pode suportar, recebendo benefícios e mantendo acordos com os Aliados e com os países do Eixo, realizando uma espécie de “política pendular”. No entanto, as pressões norte-americanas, após o ataque de Pearl Harbor, foram intensas, contando com o apoio de outros países latino-americanos e de diversos mecanismos, especificamente aqueles que foram considerados mais eficientes: a liberação de recursos para o país e as ameaças constantes de rompimento de relações comerciais e econômicas.

Alguns militares e diplomatas brasileiros acreditavam que o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo poderia ser tratado não como declaração de guerra, mas como uma forma de cumprimento jurídico dos compromissos pan-americanos. Não obstante, essa falsa ideia de manutenção da paz através do direito internacional cai quando Aranha recebe três correspondências oriundas dos consulados eixistas, sendo em comum nas missivas o fato que qualquer

rompimento de relações com o Eixo seria interpretado como o estopim para a declaração de guerra.

Foi a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, que marcou profundamente a relação entre os países americanos e o Eixo. A Conferência contou com a presença de vinte e um países e recomendou a ruptura diplomática imediata com as potências eixistas.

O referido encontro de chanceleres acabou com as dúvidas norte-americanas em relação ao Brasil, que por sua vez exigiu o imediato investimento financeiro dos EUA no país, visando à manutenção dos acordos militares e econômicos que foram premeditados durante o período de neutralidade.

Esse clima ameno prolongou-se até março de 1942, com o torpedeamento de navios brasileiros pelo governo alemão, que até então, apoiado por vários grupos do governo Vargas e das comunidades teuto-brasileiras do sul do país, mantinha “um sistemático trabalho de difusão da ideologia nazista no Brasil” (BERTONHA, 2001, p. 47).

Os alemães não respeitaram a suposta neutralidade brasileira e resolveram tomar atitudes diretas contra o país, torpedeando os navios mercantes brasileiros destinados ao abastecimento do mercado estadunidense de matérias-primas para fins bélicos, como a borracha. Mais do que isso, julgaram necessário revitalizar as relações com os opositores de Vargas em caso de uma vitória do Eixo, garantindo o controle político no Brasil; para esses fins, procuraram os integralistas para auxiliar na preparação do pós-guerra.

Até 1942, os alemães constituíam, na visão de Dietrich (2008), apenas um perigo étnico, porém a partir da declaração de guerra ao Eixo ganharam o status de “perigo ideológico e militar”, iniciando-se a partir desse momento um sistematizado

programa de controle, investigação, vigilância e repressão generalizada acerca dos imigrantes.

A declaração de guerra ao Eixo pelo Brasil foi oficializada em 22 de agosto de 1942 e efetivada a adesão do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos EUA, tornando o alemão um elemento indesejável na sociedade brasileira. O torpedeamento dos navios mercantes brasileiros, as constantes investidas diplomáticas e o exagero discursivo do governo em relação aos perigos da guerra aproximaram a população do confronto mundial e nela despertaram a “lógica da desconfiança”<sup>23</sup> em relação ao elemento eixista.

Aquino (1995, p. 177) sugere que o Brasil não foi o único país que demorou a tomar parte da guerra; o México (março de 1942), o Chile (janeiro de 1943) e por fim a Argentina (janeiro de 1944) compunham junto ao país a lista de retardatários na América Latina. A historiadora ainda acomete a indecisão de Vargas ao fato de o país estar sob a égide de um regime autoritário e que passava por fortes pressões de uma potência de regime democrático, como era o caso dos EUA.

Bertonha (2001) registra o fato de que Vargas, ao apoiar claramente os Aliados, colocava seu próprio governo em xeque; afinal, como poderia incitar os brasileiros a protestarem contra as ditaduras fascistas sem que estes se revoltassem contra a ditadura aplicada no Brasil? Outro fator negativo para Vargas era a dificuldade das pessoas entenderem a real necessidade do país participar da guerra enviando tropas, sendo que a guerra acontecia muito distante do cotidiano das pessoas.

---

<sup>23</sup> Para uma melhor compreensão, ver: DEOPS – A lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993. Outras obras auxiliam na ampliação do conhecimento acerca do tema, como as de: MAGALHÃES, Fernanda Torres. O suspeito através das lentes. O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945). São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. CANCELLI, Elizabeth. O mundo das violências: a polícia na Era Vargas. Brasília: EDUNB, 1993. CARNEIRO, Maria L. T.. Livros proibidos, idéias malditas: O DEOPS e as minorias silenciadas. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

O ex-combatente da FEB, Boris Schnaidermann (1995, p. 285), informa que havia grande desânimo entre os convocados para lutar na Europa, porque até mesmo para os soldados era difícil conceber uma luta pela democracia saindo de um país dominado por uma ditadura severa. Reforça ainda que os estudantes nas ruas e os quebra-quebras generalizados ocorridos em vários cantos do país eram superficiais e que muitos julgavam não haver motivos para lutar.

Esses fatores obrigaram o governo a realizar uma política de mobilização restrita e controlada para que não tivesse maiores problemas com a população e para que o projeto de nacionalização não perdesse a força. Visando a um alinhamento da população, o governo varguista criou uma série de repartições que dariam suporte às questões de guerra, como a Comissão de Mobilização Econômica, que tomou a frente na criação de um “*front interno*”.

Com a entrada efetiva do país no conflito mundial, iniciou-se um período de escassez de alimentos, racionamento de combustíveis, carestia de preços e de medos que até então não faziam parte do cotidiano, como a ameaça de invasão do país e da falta total de suprimentos de primeira necessidade.

Dado o pano de fundo, procuraremos apontar, nos capítulos subseqüentes, como a campanha de nacionalização, iniciada em 1937, e a efetiva participação do país no conflito bélico mundial acarretaram mudanças no cotidiano de Curitiba, avaliando como a imprensa paranaense e as leis restritivas se constituíram em fatores que levaram a população às ruas e a tomar medidas violentas contra os imigrantes. Objetivamos também apresentar a força do aparato policial da DOPS/PR através dos seus próprios documentos, atualmente disponíveis no Arquivo Público do Estado do Paraná.

## 2. CURITIBA: COTIDIANO DE GUERRA E CRIAÇÃO DE UM *FRONT* INTERNO

### 2.1 A criação do "outro subversivo"

O conflito mundial era de conhecimento de todos, desde os mais intelectualizados leitores dos jornais, os ouvintes do rádio ou daqueles que, sem condições para se informar,, contavam somente com o burburinho coletivo das ruas e com as conversas no intervalo das fábricas para saberem sobre o andamento da guerra.

O Estado procurava, de todas as maneiras possíveis, atingir um número máximo da população através do controle da imprensa escrita, dos programas de rádio; até mesmo filmes e peças de teatro tinham o discurso estadonovista como tema. Sem a participação efetiva da população, a centralização do poder nunca seria completa, e para isso Vargas precisava estar em todos os lares e incutir em cada cidadão a figura do líder paternalista e do Estado que a todos acastela, protegendo a população das ideias exógenas de grupos alheios à manutenção da nacionalidade brasileira, como os comunistas, os judeus/semitas, os "amarelos" e os alemães nazistas.

Tucci Carneiro (1999, p. 333) preconiza que para manter a disciplina e conseguir manipular a massa populacional em favor do regime o Estado Novo foi pautado na personificação central do líder, na ideia fixa de um Estado forte e controlador, na crítica da democracia parlamentar, na contrariedade do pluralismo partidário, no combate às ideias "exóticas" e no emprego de mecanismos de controle social e político (DOPS) e de legitimação do regime (DIP).

Após o *putsch* comunista de 1935, a figura do elemento subversivo foi edificada na figura dos imigrantes, especialmente naqueles que apresentavam as culturas de

menor capacidade de aculturação, como os japoneses e alemães, sendo os primeiros por constituírem quistos raciais e serem considerados por alguns intelectuais, como Xavier de Oliveira, Carlos de Souza Moraes, Oliveira Vianna, etc., etnicamente desprovidos de capacidade de contribuir com a formação do elemento nacional, e os últimos por possuírem núcleos bastante estruturados no sul do país, envolvimento com a política e um partido constituído e em desenvolvimento.

Alves (2006, 83-84) enfatiza que os imigrantes alemães foram bem aceitos desde a primeira metade do XIX; primeiramente porque asseguravam o povoamento de lugares inabitados e segundo porque favoreciam o projeto de embranquecimento da população brasileira, mas trouxeram consigo seus costumes, seu idioma e suas tradições, que foram mantidas e preservadas ao longo de sua permanência, fatores que seriam contrastantes com a política nacionalista adotada pós-década de 1930.

A política restritiva aos imigrantes alemães não se restringem à década de 1930/1940; a preocupação com a questão nacional é anterior ao Estado Novo. Seyferth (2000) assinala que as primeiras ações restritivas aos grupos teutos deram-se entre 1917 e 1919 – período em que a imigração teuta no Brasil aumentou consideravelmente devido ao êxodo germânico motivado pela 1ª Guerra Mundial –, tendo como alvos principais a imprensa e a educação teuta. Em relação à imprensa, foi exigida a publicação dos jornais, revistas e panfletos em dois idiomas; já na educação as alterações foram mais enfáticas, exigia-se o ensino do idioma vernáculo, restringindo a instrução somente no idioma alemão, e ainda se inseriam no currículo escolar as disciplinas de História e Geografia do Brasil.

As discussões entre intelectuais brasileiros tangiam à movimentação do Estado em relação a esses imigrantes. Podemos enunciar que alguns desses trabalhos foram cruciais para que fosse repensada a questão da presença teuta no país, especialmente os trabalhos de Augusto de Carvalho, na metade do XIX, as publicações de Silvío

Romero, no início do XX, e as discussões relativas ao "perigo alemão", na década de 1930, fomentaram a valorização do brasileiro nato, espalhando a ideia de que para ser brasileiro não bastava ter nascido no Brasil, buscando contrastar a ideia de "*juis solis*"<sup>24</sup> e "*juis sanguinis*"<sup>25</sup> muito utilizada pelos imigrantes e descendentes de alemães para justificar o seu nacionalismo.

As percepções sobre os teutos vão se transformando e aqueles imigrantes que em um primeiro momento seriam fundamentais para o embranquecimento da população brasileira, afastando-a da degeneração da raça, passam a representar um risco para a identidade nacional. Brepohl contribui para encontrarmos uma resposta plausível a esse paradoxo ao afirmar que o alemão "não compartilhava do passado desta nação e também não pertencia ao seu futuro [...] Devia, portanto, permanecer como um simples elo intermediário na formação biológica do povo brasileiro" (1998, p. 59). Dessa forma, o que se esperava dele, além de seu trabalho produtivo e características genéticas, era a sua escusa em relação à política e à formação cultural do povo brasileiro.

Procuramos destacar com essa discussão que da mesma forma que esses questionamentos atribulavam o Estado, sua repercussão também colocava a população em uma situação de alerta em relação ao vizinho alemão, ao dono da padaria alemã, ao técnico alemão que visitava suas casas e a muitos outros teutos que faziam parte do cotidiano dos brasileiros.

---

<sup>24</sup> A nacionalidade brasileira era entendida nos parâmetros do *juis solis*, que se refere ao local de nascimento. Logo, os descendentes de imigrantes seriam considerados brasileiros e deveriam compartilhar da cultura nacional evitando a constituição de quistos étnicos (ALVES, 2006, p.106).

<sup>25</sup> O critério de nacionalidade adotado pelo sistema jurídico da Alemanha era o da origem sanguínea, assim, pouco importava o local de nascimento, bastava que existisse um vínculo sanguíneo para que esse descendente fosse considerado um alemão legítimo, fato que não impedia que os indivíduos pertencentes às comunidades alemãs residentes no Brasil se considerassem cidadãos brasileiros. Porém, persistia a tradição e os laços com a "mãe Alemanha" frente à identidade brasileira (ALVES, 2006, 105).



Com a ascensão do Estado Novo, "foram decretadas medidas que visavam a desmantelar os laços culturais que fugissem do padrão tido como ideal. A sociedade deveria comportar-se como um todo orgânico e nacional (ALVES, 2006, 107). O medo foi o agente catalisador dessas ações que visavam a coagir a população a auxiliar o Estado no controle social; o medo de ser tratado como um traidor da nação, o medo de ser preso por corroborar com esses imigrantes, o medo religioso de estar tendo de conversar com representantes do demônio, e diversos outros medos fomentados pelo vasto imaginário produzido na época.

As mesmas ameaças para aqueles que apoiassem o comunismo tinham agora uma periculosidade redobrada, afinal o "inimigo morava ao lado" e convivia no cotidiano, era impossível dissociá-lo da comunidade, já que muitos alemães eram proprietários de comércios, de fábricas, participavam das missas e dos cultos, em resumo, viviam em conjunto com os brasileiros, constituindo o cenário citadino.

Mas como diferenciá-los? Quem é o "outro subversivo"? De forma a embasar a ideia da construção de um "inimigo comum", utilizaremos como base as discussões de Memel-Fote e Elias:

Harris Memel-Fote analisa esta criação do "outro" inimigo a partir de três manifestações, ou seja, quanto à natureza, a diferença entre o "eu" o "outro" onde o Outro é o estrangeiro, de nacionalidade, de raça, de etnia, de religião, ou de língua; quanto aos motivos, o estrangeiro é classificado como inimigo, nunca como adversário, portanto, justifica, na lógica da guerra, a violência contra o que considera verme, a raça negativa, perigosa, conspiradora e traidora; quanto às manifestações, predominam o ódio e o medo, dois sentimentos difusos, usados ao extremo para dissimular rancores e acionar conflitos (MEMEL-FOTE *apud* FÁVERI, 2005, p. 45).

Elias (1994, p. 84) considera a alteração nas relações interpessoais plausíveis – dadas as condições de beligerância em que o Brasil se encontrava –, já que psicologicamente o "eu" tende a sobressair o "nós" em condições de perigo iminente. O

autor entende que essa variação na “balança nós - eu”<sup>26</sup> se torna totalmente compreensível levando em consideração que dificilmente o social pode prevalecer ao individual, porque há muitos sinais de emergência de um novo sentimento social, mas diante do perigo ou de situações anormais sempre prevalecerá o indivíduo. Logo,, a reação do cidadão curitibano ante as interpelações do governo a uma campanha de nacionalização seria unicamente reprimir as causas que impediam essa “evolução social”.

Havia clareza nos discursos de Vargas e de seus interventores, ainda mais com o advento da guerra e o posicionamento nacional ao lado dos EUA, o "outro" era o alemão nazista, o italiano fascista e o japonês inassimilável. Em nosso caso, em Curitiba a figura do alemão nazista foi a mais significativa – embora o partido já estivesse extinto desde 1938 –, em 1942, era impossível cruzar os braços diante do chamado do Estado;era preciso posicionar-se na "luta entre o bem e o mal”.

De Fáveri chama a atenção para a construção de imaginários estereotipados, pois na edificação da figura do "alemão inimigo" até a alegoria do nazista como o agente do demônio foi utilizada. Apelando para imaginários religiosos era possível "demonizar" o inimigo, convencendo boa parte dos crédulos católicos e protestantes a se posicionar favoravelmente às medidas nacionalistas – mesmo que estes não entendessem o que as medidas significavam, já que o importante era manterem-se fiéis a Deus.

O medo tinha a censura como principal aliada, e Tucci Carneiro propala que os partidários do proibicionismo procuravam purificar a sociedade através da *"prática da censura exógena articulada pelo Estado, pela autocensura, censura preventiva e*

---

<sup>26</sup> Em 1987, Norbert Elias, ao estudar os indivíduos e sua relação com a sociedade, concebeu o texto “Mudanças na Balança Nós - Eu, que posteriormente foi reunido a outros textos de sua autoria agrupados sobre o mesmo tema, dando origem ao texto: “A sociedade dos indivíduos”, conforme bibliografia anexa.

*censura punitiva*" (1999, p. 333), de maneira que a população ficasse realmente limitada a seguir as regras e atuar em favor do governo. É evidente que nem todos sentiam essa "obrigação" para com o Estado, porém este "acionou um universo de símbolos que tinham o poder de premiar aqueles que colocassem a vida coletiva acima ao do indivíduo, identificando-se com uma entidade única: a nação" (CARNEIRO, 1999, p. 334).

Essa situação criou uma intrincada rede de denúncias, tornou o ambiente tenso e fomentou a desconfiança, fatores que discutiremos posteriormente no terceiro capítulo, quando abordaremos a ação das delegacias de polícia, as denúncias e a ação coletiva contra os imigrantes em Curitiba. Esses medos podem ser oportunamente transportados para qualquer lugar naquele contexto, para a São Paulo dos japoneses "kamikazes" ou para a Curitiba temerosa pelos ataques aéreos do Eixo.

A vida viabiliza o sentimento e a experiência do medo, de acordo com as circunstâncias sociais, culturais, os valores vigentes as crenças, etc." No tempo da guerra, o medo da violência e da ameaça à segurança produzia um sistema de terror imaginário, porém real, na medida em que induzia práticas de defesa e esconderijos (DE FÁVERI, 2005, p. 53).

A declaração de guerra ao eixo em 1942 efetivamente alterou os brios da população, que até então convivia pacificamente com os imigrantes estrangeiros. Depoimentos obtidos por Boschilia (1995) evidenciam essa alteração de cotidiano em Curitiba:

Vizinhos de diferentes etnias, que antes travavam relações cordiais, agora mal se cumprimentavam, como lembra Freya Schrappe<sup>27</sup>: "comecei a sentir que certas amizades minhas evitavam me cumprimentar na rua, porque eu era casada com um homem que estava na lista negra" E dona Olga Gioppo<sup>28</sup> complementa: " muitas famílias

---

<sup>27</sup> SCHRAPPE, Freya. Depoimento a Roseli Boschilia. Curitiba, 01.jun.1995. In Boschilia, 1995, p. 7.

<sup>28</sup> GIOPPO, Olga. Depoimento a Aparecida Vaz da Silva. Curitiba, 11.mai.1995. In Boschilia, 1995, p. 7.

ficaram com as relações cortadas, porque tinha, por exemplo, uma filha casada com italiano. De repente cortavam relações, porque não havia mais possibilidades, eram inimigos. Luiz Groff<sup>29</sup>, garoto na época, conta que conheceu uma senhora alemã, de Joinville, que, por não saber falar português, permaneceu sem falar uma só palavra enquanto durou a guerra (BOSCHILIA, 1995, p. 7).

Essas alterações transformaram os modos de relacionamentos; concordamos que o Estado tinha o dever de proteger o país e reforçar a soberania nacional, todavia o que intriga e torna penosa a tarefa do historiador é entender por que em Curitiba esse discurso tornou-se tão contundente e por que os alemães figuraram como os principais suspeitos dentro de um cenário tão variado de imigrantes.

Podemos também nos pautar na importância do momento e utilizar a guerra como subterfúgio para justificar as perseguições, as prisões, os atos de vandalismo e as incansáveis páginas de jornais sobre os "alemães subversivos"; entretanto, seria demasiado conveniente repetir algumas ideias totalitárias de alguns autores sobre a repressão aos alemães ou simplesmente aceitar que somente a "situação beligerante" levou a população civil a esquecer todos os anos passados em uma sociedade em que o imigrante alemão não representava perigo algum.

Neste sentido, procuramos trilhar por alguns espaços que fazem parte da história, do político, mas que também permeiam as ações cotidianas, não oficiais, mostrando como as mudanças ocasionadas pela guerra e pela criação de um "*front interno*", representado pela tentativa de introjeção de um medo social, alteraram as relações sociais, econômicas e culturais entre cidadãos curitibanos e imigrantes e descendentes de alemães.

É possível notar como fatores menores foram constituindo um cenário histórico dinâmico, em que a população – longe dos campos de batalha – vivenciou o medo e sentiu a proximidade do caos. Ressaltamos o papel crucial que a imprensa escrita teve

---

<sup>29</sup> GROFF, Luiz. Depoimento a Aparecida Vaz da Silva. Curitiba, 26 maio 95: In Boschilia, 1995, p. 7.

na perpetuação dessas medidas restritivas e na criação de uma consciência nacional contra os imigrantes considerados eixistas.

A criação de um "estado de guerra" e o papel da imprensa como agente manipulador da opinião pública permearão as discussões principais deste capítulo que nos auxiliarão a galgar um degrau mais alto na compreensão da repressão a imigrantes alemães em Curitiba entre 1942 e 1945.

## **2.2 A Curitiba hospitaleira, os alemães e as relações sociais e econômicas na capital paranaense**

Curitiba, que na linguagem indígena significa: "[...] curi – espinho agudo, ponta, fino; e Tiba – de fruta, corresponde a "espinho vegetal que dá frutas". Outros autores dão como: Cury – muito; tyba – pinhão. Curitiba – terra de muito pinhão (NICOLAS, 1973, p. 25), era constituída, em seu início, por uma população de maioria branca, havia uma pequena elite abastada e muitos homens desbravadores de terras e imigrantes em busca de novas possibilidades. A memorialista Maria Nicolas registra que "A **hospitalidade** constituía um dos traços característicos do povo curitibano" (1973, p. 28).

A capital Curitiba abrigava parte significativa dos imigrantes que vieram para o estado. Segundo Boschilia (1995, p.5), esses imigrantes:

[...] que desde o final do século XIX habitavam a cidade e seus arredores davam às ruas um colorido especial, compondo um cenário cosmopolita, onde todos os grupos étnicos conviviam sem maiores problemas, apesar da diversidade de línguas, hábitos e costumes.

Essa hospitalidade ressaltada por Nicolas pode estar atrelada à abertura social dada aos imigrantes europeus após 1928, a qual beneficiou a participação desses

imigrantes na construção da cidade, no crescimento comercial e na expansão de suas comunidades. O cenário cosmopolita indicado por Roseli Boschilia (1995) nos chama a atenção, porque apresenta uma situação de interação social aparentemente exitosa entre luso-brasileiros e imigrantes europeus.

Bragueto (1999) escreve que entre 1892 a 1915 boa parte da receita financeira paranaense tinha origem nos impostos oriundos da atividade ervateira. O ciclo econômico do mate e da madeira paranaense começa a declinar abruptamente em meados de 1910 devido às intervenções do Uruguai e da Argentina ao mate e à madeira de pinho, alegando baixa qualidade de ambos os produtos. O declínio da venda dos principais produtos, somado à queda das exportações ocasionada pelo clima beligerante ocasionado pela 1ª Guerra Mundial – período que coincide com o grande fluxo de entrada de imigrantes teutos – levaram o Estado a repensar suas práticas econômicas e a procurar novas formas de alavancar sua economia.

De acordo com o geógrafo Claudio Bragueto (1999), o crescimento industrial teve como impulso a ocupação das terras localizadas ao Norte do Estado, que incentivado pelo crescimento das atividades cafeeiras tomou novos rumos a partir de 1915. Foi o advento da guerra que aqueceu a indústria – parca e rudimentar – existente no Paraná. No processo de expansão cafeeira, diferentemente dos estados de Minas Gerais e São Paulo, os alemães não tiveram papel significativo na empreitada do Paraná, mas contribuíram de maneira efetiva nas questões da industrialização, pelo fato que o processo de industrialização alemão ocorre justamente com fabricação de máquinas para outros ramos da produção.

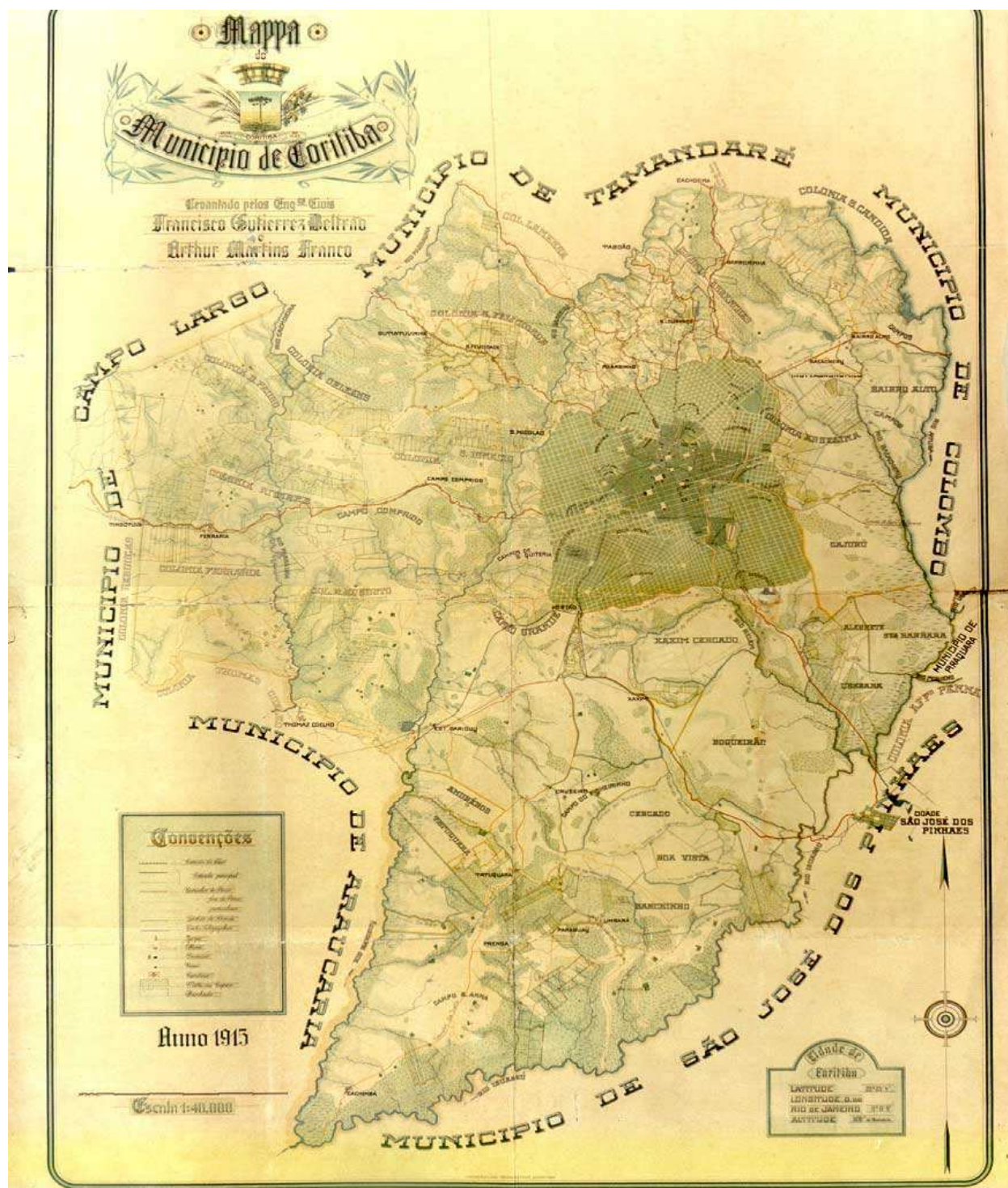
O Estado do Paraná vivia um período de crescimento econômico no início da década de 1940. A Segunda Guerra Mundial, embora distante, beneficiara de diversas maneiras alguns setores da economia paranaense. Algumas indústrias passaram a possuir novos canais de escoamento de mercadorias, e a agricultura também

apresentava índices que contribuíram para o aumento das receitas do Estado. Nas relações econômicas, a guerra acabou trazendo alguns benefícios para as indústrias exportadoras, provocando aumento na balança comercial. Também acabou prejudicando alguns setores que sobreviviam justamente do processo inverso, a importação de produtos. Vale ressaltar que essas mudanças não ocasionaram grandes alterações no quadro econômico paranaense e que só após a década de 1960, com a criação da Codepar<sup>30</sup>, a industrialização tomará fôlego e ganhará ímpeto no Estado.

---

<sup>30</sup> Codepar – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

FIGURA 2 – Mapa de Curitiba em 1915



Mapa de Curitiba de 1915.

Fonte: LOSS, Marcelo Emilio. Imigração alemã. Pedra da Gazeta, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.pedradagazeta.com.br/?system=news&action=read&id=673&eid=295> . Acesso em: 02 jan. 2010.



Em relação aos teutos no Paraná, Abeck cita que, embora o Estado nunca tivesse experimentado uma imigração direta de países germânicos digna de menção, os que no Estado se instalaram progrediram e prosperaram rapidamente. Sobre a situação econômica paranaense em relação aos imigrantes de origem teuta, o autor preconiza que, em 1929,

[...] seguramente um terço do potencial econômico total se encontrava em mãos de alemães, tendo naturalmente a expressão de alemães um sentido cultural amplo, incluindo, portanto, austríacos, teuto-suiços, teutos-russos e outros mais [...] (ABECK, 1980, p. 12).

Continuando a acompanhar o pensamento de Abeck (1980, p. 16), percebemos em um primeiro momento grande admiração pelo elemento germânico, que segundo o autor ocupava pouco mais que 5% da população paranaense em geral, mas trabalhava em todos os ramos, destacando-se em vários segmentos e influenciando positivamente a vida econômica do Estado.

Souza (2002) pontua que ao iniciar o decênio de 1930, Curitiba concentrava 52,7% do total das empresas até então registradas na Junta Comercial do Paraná. Destas, a maioria, 65,3%, pertencia a imigrantes e/ou seus descendentes. Se considerarmos apenas os anos de 1920 a 1929, essa diferença aumenta: 71,7% das empresas curitibanas haviam sido registradas por indivíduos de ascendências diversas, não luso-brasileiras, sendo os alemães responsáveis por 45,3% dos registros.

A imigração e a colonização alemã no Paraná tiveram um importante papel no processo de diversificação da agricultura, no processo de urbanização e de industrialização, tendo influenciado, em grande parte, a arquitetura das cidades e, em suma, a paisagem físico-social paranaense, sobretudo na capital Curitiba. Essa influência positiva ocorreu, conforme Pimpão (1974, p. 34), porque além de possuírem uma formação profissional, os alemães não só recomendavam suas “tecnologias”, mas

também empregavam suas técnicas e conhecimentos, possibilitando aos brasileiros a aprendizagem de novas técnicas e a capacidade de progressão no mercado de trabalho.

Pimpão (1974) enuncia que os imigrantes alemães contribuíram na popularização de vários produtos naturais brasileiros na Europa, fomentando o aumento de exportações de minério de ferro, soja, café, algodão e madeiras do Brasil. A vida cultural dos imigrantes também teve papel relevante na formação da cultura paranaense e brasileira, especialmente no que tange a certos hábitos alimentares, encenações teatrais típicas, corais de igrejas, bandas de música, entre outros.

Na área industrial, os alemães também se destacaram, como, por exemplo, na fundição, impressora, fábrica de fitas, de fósforos, de cerveja, de pianos etc. Fugmann (2008) descreve as inúmeras profissões que os alemães ocuparam no Paraná, e salientaremos algumas, nas quais a inserção econômica e profissional dos elementos germânicos lhes conferia lugar de destaque na sociedade paranaense.

Entre os inúmeros alemães citados por Wilhelm Fugmann (2008, p. 249-255), se sobressaem Francisco Hauer, proprietário da Casa Comercial Hauer, a família Muller, da Companhia Industrial Marumby, Guilherme Nickel Junior, responsável pelas agências de automóveis Chevrolet e Buick, tendo seu primeiro escritório situado no edifício do Clube Curitibano, na Rua Rio Branco, 136.

No ramo farmacêutico, citamos Ernst Sigel, Otto Reinhardt, J. F. Hertel e Edgard Stelfeld, que além de continuar o trabalho desenvolvido pelo pai August Stelfeld à frente da Farmácia Stelfeld, na Praça Tiradentes, foi eleito prefeito, deputado, major da Guarda Nacional e presidente da Sociedade de Cantores Alemães.

Merece ênfase também o empreendimento de Guilherme Weiss, que com sua natureza imaginativa e persistente fez crescer a Cerâmica de Pinhais, a qual, além de produzir um grande número de telhas atendendo toda a região, especializou-se em

produtos de cerâmica de primeira classe. Para atender à demanda de pedidos, Weiss solicitou a construção de 200 casas para seus empregados, atendimento médico para as famílias, seguro contra acidentes e escolas para as crianças.

Outra grande empresa de Curitiba era a Cervejaria Atlântica S. A., fundada por Karl Henn e Friedrich Jens em 1912, sendo adquirida em 1917 pela também alemã Bromberg & Co, sob direção de Hans Wernaer. Considerada como produtora de alta qualidade, enfrentou dificuldades no decorrer da Segunda Guerra Mundial para importar matéria-prima – cevada e lúpulo – de qualidade. Para não perder o mercado conquistado, optou por utilizar a cevada oferecida pelo próprio país e importar do Chile. Além de ofertar as variadas marcas de cervejas como Astra Pilsen, Imperial Pilsen, Curitybana, Tourinho, Soberba, entre outras, a Atlântica fabricava ainda limonadas, água Selzer, malte e café de malte.

Já a Essenfelder & Cia, de propriedade de Floriano Essenfelder, fabricava pianos de calda e pianofortes, utilizando para sua fabricação as madeiras nobres existentes no país e no mundo. Essenfelder realizou inúmeros cursos em indústrias de pianos alemães, e seu trabalho nessas empresas o capacitou a realizar infindáveis melhorias na fabricação do instrumento. Na perspectiva de Fugmann (2008, p. 286), essas contribuições são ainda consideradas no processo moderno de fabricação de pianos. Curitiba também contava com o experiente Franz Hertel, profissional da afinação e concertos de piano, fundando com dificuldades a Casa de Música na Praça Dr. Generoso Marques.

A família Glaser também faz parte da história vitoriosa de muitas famílias alemãs no Paraná. Josef Glaser foi dirigente da primeira banda de música de Curitiba, seu filho Wenceslau Glaser fundou, juntamente com seus filhos, a W. Glaser & Cia, uma grande casa comercial de produtos variados que iam de armarinhos a gasolina. Fundou também a fábrica de fósforos Mercúrio, que em 1925 foi integrada à Glaser & Cia.

Wenceslau Glaser – pai – ainda conquistou alto posto na Guarda Nacional e foi eleito presidente da Junta Comercial do Paraná.

Uma das trajetórias de destaque é a de Erasto Gaertner, que ascendeu profissional e politicamente em Curitiba. Descendente de alemães, nascido em 1900, formou-se em medicina e em 1927 foi admitido como professor na Faculdade de Medicina do Paraná. Em 1932, ingressou na vida política, sendo o deputado mais votado nas eleições; sua trajetória política foi extensa e no início da década de 1950 acabou eleito prefeito da cidade de Curitiba.

Entre os vários profissionais alemães reconhecidos em Curitiba, destacamos também o engenheiro e construtor Wielland, o geógrafo Reinhard Mack, os agrimensores-arquitetos Frederico Kirchgaessner e João Schleder Sobrinho; o tipografo Max Schrappe, o fabricante de cofres-fortes Frederico Rauch, entre muitos outros.

Comparando os imigrantes de origem alemã com outras etnias, percebemos que os primeiros alcançaram patamares muito mais altos do que os poloneses ou italianos que tinham suas atividades basicamente voltadas ao trabalho agrícola. Essa ascensão econômica conquistada pelos imigrantes de origem germânica fez com que, a partir das gerações seguintes, muitas famílias passassem a buscar a ascensão social e política junto à sociedade curitibana, como apontamos em alguns exemplos acima. Desse modo, ao contrário de seus pais e avós, muitos descendentes investiram em uma formação universitária sólida que possibilitasse sua inserção em profissões liberais, como medicina, engenharia e direito, ao invés de exercerem as funções de comerciantes ou industriais.

Esse aumento crescente das relações comerciais e sociais deu novo impulso às relações políticas, as comunidades teutas cresceram e se enraizaram na sociedade curitibana, parecia haver encontrado um local para prosperarem longe de seu país.

Todavia, a ascensão de Hitler na Alemanha, a situação mundial beligerante e a política externa brasileira frente às pressões exercidas pelos EUA e a Alemanha somaram fatores decisivos para que a declaração de guerra ao Eixo em 1942 efetivamente alterasse os brios da população, que até então convivia pacificamente com imigrantes estrangeiros, passando a creditar a estes o medo e a incerteza acerca do futuro da nação.

### **2.3 A mobilização para a guerra: escassez de produtos x mobilização econômica**

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, o governo tomou várias medidas de mobilização que interferiram no *modus vivendis* do brasileiro. No Paraná, essas medidas de mobilização – que visavam à construção de um “*front interno*” – se repetiram e repercutiram avidamente no cotidiano da população. Apresentaremos como essa mobilização foi inserida na capital paranaense e como a “economia de guerra” modificou o cotidiano das pessoas, alterando hábitos alimentares, sociais e culturais. Contaremos com a fonte jornalística – oriunda de alguns jornais que circulavam em Curitiba entre 1942 a 1945 – para relatar as principais alterações do cotidiano citadino.

A criação de um “*front interno*” ou de um sentimento de guerra fazia-se necessária para que ocorresse um alinhamento entre a população e o governo. Era preciso manipular a massa – dos operários aos patrões – de forma que aceitasse e contribuísse com as ações que o governo tomara diante da Segunda Guerra Mundial; afinal, o Brasil alinhara-se contra os regimes ditatoriais e fascistas em nome de um

poder democrático. Mas como fazer as pessoas acreditarem nisso ao executar no país um governo autoritário, dito ditatorial?

Uma maneira amplamente explorada foi a mobilização social, cultural e econômica, o racionamento de alimentos, a falta de combustíveis, as notícias veiculadas em jornais e no rádio, os exercícios de blecaute, o cinema, as alterações no modo de relacionar-se com as pessoas e o controle do Estado em todos os meios de vida fez com que a guerra – ou os seus efeitos – ficassem mais próximos das pessoas, criando uma espécie de "*front interno*" ou uma "economia de guerra", embora a guerra propriamente dita estava se desdobrando em palcos muito aquém do Brasil, mais ainda da capital paranaense.

Os jornais curitibanos – sendo a Gazeta do Povo, o Diário da Tarde, o Correio do Paraná utilizados nesta pesquisa – tiveram papel crucial na construção e na mobilização desse "*front interno*". É certo que boa parte desses jornais estava repleta de notícias de guerra e que boa parte dessas manchetes tratava do número de batalhas, mortos, feridos e possíveis ações dos Aliados e do Eixo.

A Gazeta do Povo, por exemplo, tinha uma chamada diária intitulada "A GUERRA DIA-A-DIA", que reeditava as manchetes de agências internacionais de maior relevância. Vale questionar se a intenção era somente informar, mas dada a quantidade de páginas e de notícias vinculadas, podemos creditar-lhe uma questão maior, que seria a afirmação da periculosidade da guerra, alarmando a população para um possível envolvimento do país, não só com soldados e matérias-primas, mas como cenário de batalhas e de ações bélicas.

Em sua grande maioria, as páginas dos periódicos eram cobertas com notícias internacionais referentes à Segunda Guerra; somente algumas partes destinavam espaço para as notícias locais, principalmente as páginas de esportes e a coluna social; pouco dos jornais tratava diretamente da situação da capital paranaense e das

questões relativas a sua população. São justamente essas páginas que nos interessam para esta pesquisa, as quais, mesmo compondo parte minoritária nas grades de notícias, auxiliarão na compreensão do período ao que nos propomos a estudar.

Em notícia da Gazeta do Povo divulgada em 14.05.1943, o jornal chama a atenção de seus leitores para uma possível intervenção do governo no controle e no racionamento do açúcar<sup>31</sup>. Ainda no mesmo dia é noticiado que o café seria adquirido sob controle do Acordo Americano; logo, as mais de 139 mil sacas de café retidas no Paraná seriam adquiridas pelo Departamento Nacional de Café por 2% a menos do preço estipulado em lei, visando a atender aos contratos de exportação e ter controle sobre a produção do grão em todo o país.<sup>32</sup>

Outras questões levantadas referem-se ao racionamento do trigo paranaense, que paradoxalmente tem sua produção elevada em 1943<sup>33</sup>, e mesmo assim a questão da falta de pão na mesa dos paranaenses é caótica. De acordo com a notícia, o problema do trigo refere-se muito mais aos problemas do escoamento dos grãos do que à falta do mesmo, visto que o sistema de transporte era precário e a situação das estradas mais ainda.

Mediante a situação das questões alimentares, foi criada a Comissão Estadual de Preços (CEP), sob a presidência de Oscar Borges, a qual tinha como principal função fornecer dados para a Comissão Federal de Preços e dar sustentabilidade às atividades das Comissões Municipais de Preços, bem como a atribuição de receber, examinar e decidir sobre reclamações de preços, realizar pesquisas econômicas e controlar os estoques de itens essenciais. A Comissão ainda agrupava dados de 48 municípios, organizando um quadro comparativo que tinha por objetivo o reajustamento dos valores dos itens sob fiscalização.

---

<sup>31</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 14.05.1943, p. 02.

<sup>32</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 14.05.1943, p. 03.

<sup>33</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 15.05.1943, p. 03.

De acordo com a CMP da Prefeitura Municipal de Curitiba, todos os comerciantes deveriam deixar as tabelas de referência – conforme modelo reproduzido abaixo – à disposição dos fregueses, e a não observância dessa ordem resultaria em punição e multa. Regularmente eram emitidas novas tabelas e colocadas à disposição da população nos jornais; aferimos essas tabelas em todos os jornais observados durante a pesquisa, todas elas possuem referências para frutas, verduras, peixes, aves e combustíveis, liberando valores para varejistas e comerciantes ambulantes.



**TABELA 4– Regulamentação de preços de produtos pela CPMC – 1943**

Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretária - Comissão de Preços

Em cumprimento as disposições constantes da Portaria n° 36, do Coordenador da Mobilização Economica, a Comissão de Preços do Município de Curitiba, constituída na forma da regulamentação dada à aludida portaria, e devidamente autorizada pela Comissão Estadual de Preços, aprova, a título precário, a seguinte tabela de preços, que são considerados como preços máximos pelos quais devem ser vendidas as mercadorias abaixo relacionadas, a partir desta data e até o dia 15 de dezembro próximo: -

	Nas casas de varejo	Nos ambulantes, carros, caminhões
<b>Frutas</b>	<b>Cr\$</b>	<b>Cr\$</b>
Abacaxi, unidade	1,50	1,20
Laranja comum do Estado, dúzia	0,60	0,40
Mamão, quilo	2,40	2,00
<b>Verduras</b>		
Aipim, quilo	0,50	0,40
Alface, cabeça	0,20	0,20
Cheiro verde, molho	0,10	0,10
<b>Peixes</b>		
Bacalhau nacional, quilo	7,00	
Perna de moça, quilo	4,50	
Sardinha, quilo	1,00	
<b>Aves</b>		
Frango morto e limpo, quilo	5,50	
Galinha viva, quilo	3,50	
Ovos de granja, dúzia	4,60	
<b>Combustíveis</b>		
Carvão a granel, quilo	0,50	
Lenha bruta, metro cubico	15,00	

Os comerciantes são obrigados a colocar bem à vista dos fregueses a presente tabela, impressa pela Prefeitura. As mercadorias e produtos expostos à venda no Comércio Varejista e constantes da presente tabela de preços devem ser obrigatoriamente acompanhados de legenda, que designe, mediante facil leitura, as respectivas qualidades e preços de venda. Os infratores desta tabela serão punidos de acordo com o artigo 6° do Decreto-Lei n° 4.750, de 28 de setembro de 1942, e Portaria n° 40, de 19 de janeiro de 1943, do Coordenador da Mobilização Economica, além das penalidades cominadas na legislação municipal.

Em 15 de maio de 1943

ROZALDO G. DE MELLO LEITÃO  
Presidente da Comissão

**Fonte: Gazeta do Povo, Curitiba, 16/05/1943, p. 3. A lista compreende muitos outros itens, reproduzimos alguns itens para dar idéia do tipo de tabelamento realizado pela CME.**

Em 14.05.1943, foi legalizado o controle dos estoques de sal e açúcar pela CME, ficando definido o dia 25 do mesmo mês para que fosse realizado em todo o Paraná um levantamento desses itens. Toda indústria, empresa ou produtor deveria ter seus estoques contabilizados para que pudessem traçar um correto racionamento desses bens. A questão não era apenas possuir uma noção da quantidade de sal e açúcar existentes no Estado, mas a partir do mês de junho controlar toda a entrada e a saída desses produtos. Vale ressaltar que esse controle acarretou o desabastecimento de muitos comércios, deixando os consumidores sem possibilidade de compra.

Procuravam-se alternativas para diminuir os "efeitos da economia de guerra", e a forma mais prática de obter produtos alimentícios era submeter-se ao câmbio negro; havia vários revendedores de produtos, sobretudo do trigo conseguido na Argentina, e geralmente os produtos eram transportados escondidos em carroças carregadas de feno; os valores eram altíssimos, já que os atravessadores justificavam os preços devido ao aumento demasiado do custo de vida e aos riscos do comércio realizado ilegalmente.

Nada impedia o trânsito de mercadorias "fora do controle do Estado", nem as constantes chamadas enérgicas contidas nos jornais, alardeando que a "polícia será enérgica contra aqueles que forem apanhados em flagrante transgressão, sonegando os estoques ou cobrando preços excessivos ou praticando qualquer abuso, que pode contribuir para a alta indevida dos gêneros de primeira necessidade."<sup>34</sup>

Logo as reclamações começam a eclodir, os preços altos, a baixa quantidade de produtos em estoque e a inflação prejudicam o cotidiano familiar paranaense. As atitudes do governo parecem ser efetivas para a prevenção da situação, mas acima disso são medidas figurativas, que "se materializam por um acentuado volume de

---

<sup>34</sup> Correio do Paraná, Curitiba, 01.07.1942, p.04.

medidas respeitantes às emissões de papel-moeda, racionalização da produção, controle de preços, direção da distribuição, e mais providências decorrentes desse estado de coisas"<sup>35</sup>

Ao que tudo indica, foram infrutíferas as tentativas de controle originadas com a fundação da Comissão Estadual de Preços e das Comissões Municipais. Naquele contexto, através do disposto na Portaria 143<sup>36</sup>, do Ministério da Coordenação da Mobilização Econômica, foi criada, em 13 de outubro de 1943, a Comissão de Abastecimento do Estado do Paraná – tendo como presidente o interventor estadual Manoel Ribas – visando a centralizar a política de preços e os métodos da distribuição de mercadorias.

Com a criação do órgão supracitado, ficam obsoletas a Comissão Estadual de Preços e as Comissões Municipais de Preço do Estado do Paraná; naquele momento, o Estado buscava obter o maior controle possível de todos os seus órgãos e a regulamentação do abastecimento deveria estar sob a tutela de apenas um departamento centralizado, que ditaria as regras para todos os municípios de forma padronizada.

Tão logo o Comitê de Abastecimento do Estado do Paraná foi posto em funcionamento percebeu-se que não havia controle algum pelos órgãos anteriores e que alguns produtos deveriam ser imediatamente fiscalizados para cumprir as determinações nacionais de racionamento, principalmente do açúcar e do sal. Para legalizar essa questão, foi lançada mão de várias portarias que controlavam todo tipo de importação e exportação de açúcar e sal no Estado do Paraná, obrigando que se cadastrassem todos aqueles, pessoa jurídica ou física, que tivessem trato com os itens

---

<sup>35</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 16.07.1943, p. 03.

<sup>36</sup> Coordenação Mobilização Econômica, Pasta Temática 395, Topografia 44.

regulamentados. Também havia uma portaria que obrigava os fornecedores a apresentarem a quantidade de estoque existente em seus depósitos.

Foram criados também documentos de controle padronizados pelo CAEP, como a ficha de importação de açúcar ou movimento de açúcar e movimento de sal. Esses formulários, que deveriam ser corretamente preenchidos e encaminhados à CAEP através de seus respectivos representantes, forneceriam informações pertinentes ao biênio 1942/1943 de toda a movimentação ocorrida no Estado. Infelizmente não havia disponível no acervo do Arquivo Público nenhum desses documentos de controle para servir de amostragem, apenas os citamos por constarem na portaria que legalizava sua criação.<sup>37</sup>

Em 08/11/1943, Manoel Ribas decretou, através da CAEP, que todo tipo de exportação de açúcar e sal do Estado do Paraná estava proibida até segunda ordem, porque esse trabalho seria realizado pelo comitê, desde a importação, exportação e transporte interno das referidas mercadorias. Essas determinações resultaram em mais um sortimento de formulários e documentos de controle, tais quais: “Guia de liberação de açúcar/sal”, “Guia de desembarço de açúcar/sal” e “Registro de liberação”. Foram registradas no referido órgão estadual 104 empresas importadoras de sal e 201 importadoras de açúcar em todo o Estado, distribuídas em várias cidades, com maior concentração em Londrina, Cambará, Ponta Grossa, Ribeirão Claro e Curitiba.

Também foram organizadas fichas cartográficas para controle dos seguintes itens de subsistência: batata inglesa, café em grãos, milho, arroz, feijão, farinha, banana e laranja. Após minucioso trabalho, a Comissão Mixta de Tabelamento e Racionamento criou para Curitiba uma tabela de preço para os gêneros de primeira

---

<sup>37</sup> Portaria nº 143 – CAEP – Curitiba – 13 de outubro de 1943 – Coordenação Mobilização Econômica, Pasta Temática 395, Topografia 44.

necessidade, encarregando os prefeitos dos outros municípios a fazerem o mesmo com base nos valores aferidos pela comissão.

Produtos de primeira necessidade, como açúcar, trigo, sal, carne e manteiga, passaram a faltar na mesa dos curitibanos; para comprar pão, era necessário acordar de madrugada e enfrentar filas intermináveis; segue pequena transcrição do depoimento do cidadão curitibano Raul Reinhart<sup>38</sup>:

Então a gente sabia: ah! Vai ter pão lá na Rua Barão do Rio Branco, lá embaixo. Então você levantava às 4 horas da manhã pra ir comprar pão. Eu ia com a empregada, entrava numa fila enorme pra comprar pão (BOSCHILIA, 1995, p. 35).

Fator relevante é que os alemães tinham grande participação na fabricação de pães em Curitiba; a maior empresa do gênero era a Theodoro Schaitza e Cia – de propriedade de um alemão e de um brasileiro nato – que possuía mais de setenta funcionários, sendo mais de 2/3 brasileiros, empresa responsável por boa parte da demanda do município. Luiz Groff<sup>39</sup> relata que:

Não se comprava pão em padaria. Nós comprávamos pão no armazém da Anna Schwnazer, alemã, na Rua Sete de Setembro. Lá na dona Anna você tinha direito uma cota de pães, um certo número de pães, porém a farinha começou a chegar misturada...o pão era escuro por dentro (BOSCHILIA, 1995, p. 36).

Quando o problema da falta do trigo atingiu o auge, outras soluções foram procuradas pelas donas de casa. Boschilia (1995) revela que as famílias de imigrantes mais abastadas com contatos familiares em Santa Catarina substituíam a farinha pelo macarrão industrializado oriundo da Argentina. Através da mistura de macarrão, ovos, leite e fermento conseguia-se o pão, muito mais caro e mais trabalhoso, ao contrário do

---

<sup>38</sup> REINHART, Raul. Depoimento a Aparecida Vaz da Silva. Curitiba, 18 set 1995. In: Boschilia, 1995, p. 35.

<sup>39</sup> GROFF, Luiz. Depoimento a Aparecida Vaz da Silva. Curitiba, 26 maio 95: In BOSCHILIA, 1995, p. 36.

"pão-de-guerra" idealizado pelo Estado Nacional, que conforme Cytrynowicz (2000) foi mais uma tentativa por parte do governo de tornar o pão um fator político da consolidação do "*front interno*", porém inaceitável aos olhos do povo.

A mobilização do pão em São Paulo deu-se com o lançamento, por parte do governo federal, de um "pão de guerra", integral, e de preço mais barato que o pão feito de farinha de trigo. O pão de guerra foi definido em 4 de setembro de 1942 durante a primeira reunião da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal para gerir a economia "de guerra". Em 13 de outubro de 1943, a Comissão de Abastecimento do Estado tabelou o preço do pão. A fórmula do pão de guerra era baseada em um aumento da extração da moagem do trigo de 70% para 80% a 85%, implicando o aproveitamento de parte dos envoltórios da semente e do germe, o que provoca uma alteração na cor da farinha e um escurecimento do pão (o que na década de 1990 se tornou o preferido, em alguns setores das classes médias e altas, "pão integral") (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 55).

Até mesmo o cigarro teve seus custos aumentados e sua distribuição regulada, com base na arrecadação pública oriunda da comercialização do tabaco e na alegação de que o cigarro nunca recebera um reajuste de preço considerável, e que esses novos valores atenderiam à necessidade de uma maior arrecadação por parte do Estado.

O Decreto-Lei nº 5217 do Governo Federal<sup>40</sup> estipulou que, a partir de 12/04/1943, os cigarros sofreriam reajustes que variariam entre 30% e 50%. Na entrevista concedida pelo presidente da Cia. Lópes Sá Industrial de Fumos, o posicionamento das tabacarias era fruto do alinhamento das políticas de guerra e que o patriotismo dos produtores de fumo, negociantes e consumidores de cigarros fez-se importante nesse momento tão grave para o país.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Decreto Lei Nº 5217 de 11.03.1943 reajusta a incidência do imposto do consumo sobre o fumo.

<sup>41</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 04.05.1943, p. 03

### 2.3.1 A guerra dos combustíveis

Outro item que sofreu sérias restrições foram os combustíveis, principalmente os derivados do petróleo. Inicialmente, limitou-se o horário para a comercialização da gasolina, mas prevendo uma possível escassez e elevação do preço, em junho de 1943 foi criado o decreto-lei número 37, que definia uma cota máxima para utilização de gasolina: os proprietários de caminhões poderiam abastecer duzentos e cinquenta litros e os proprietários de carros leves quarenta litros por mês.

Foi também estabelecida uma ordem para todos os municípios paranaenses, obrigando-os a reduzirem em trinta por cento o consumo de combustíveis. A falta de gasolina teve que ser superada e com isso "surgiu para sucedâneo do precioso líquido combustível, o carvão vegetal, combustível sólido, que adaptado aos motores de tração, através dos aparelhos de gasogênio tem produzido salutareos resultados para os transportes".<sup>42</sup>

Essa era a impressão inicial que as campanhas queriam passar à população, procurando dirimir as desconfianças em relação ao novo combustível para os veículos. Ressaltamos que não era qualquer pessoa que podia instalar um kit de gasogênio, primeiramente pelo tamanho da "parafernália", e segundo pelo custo elevado da instalação.

Em Curitiba, para se instalar o aparelho completo era necessário recorrer a várias empresas; em geral o modelo mais popular era fabricado pela Olsen, em parceria com a Fundação Muller (tambores e componentes), Casa Nickel (montagem e instalação) e Eletro Aço Altona de Blumenau (que fundia os funis queimadores).

---

<sup>42</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 01.06.1943, p. 03

Nos jornais, havia propagandas constantes do gasogênio e de empresas que faziam sua instalação. Uma das propagandas mais comuns era a da General Motors, que, além de divulgar seu serviço, ainda fazia uma salutar propaganda do combustível adaptado, postulando que "o gasogênio está vencendo, a um só tempo, duas estradas vitais para o Brasil: economizando gasolina para as frentes de luta e provendo ao transporte interno do país."<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 23.05.1943, p. 8.



FIGURA 3 - Propaganda Gasogênio – General Motors

**Vencendo DUAS estradas**  
**— AO MESMO TEMPO!**

O GASOGÊNIO está vencendo, a um só tempo, duas estradas vitais para o Brasil: economizando gasolina para os frentes de luta e providendo ao transporte interno do País.

É porque que, compreendendo de todo o alcance de sua atividade, não paramos esforços para de superar, com o mesmo aparelhamento e a mesma eficiência, para os finais. Oito é o resultado. E assim fabricamos o CEG.

Porque sabemos que a eficiência, a economia, a durabilidade e a segurança são as condições essenciais de um verdadeiro produto da General Motors! Para isso, uma desenvolvimento mais intensa e permanente.

**GASOGÊNIO General Motors TIPO CEG**  
 PARA CAMINHÕES E AUTOS

Fonte: Gazeta do Povo, Curitiba, 23 de maio de 1943, p. 8

Frente a essa situação, os bondes estavam apinhados de gente e a bicicleta tornou-se o meio de locomoção preferido dos curitibanos enquanto persistiu o racionamento. Nas Notas Sociais da Gazeta do Povo de 06 de maio de 1943, o colunista refere-se aos bondes da seguinte maneira:

Os bondes têm novamente o seu prestígio, ante a falta de gasolina. Toda a gente elegante que mora nos bairros "chics" da cidade foi forçada a transigir com os "amarelos". E não raro vemos naqueles veículos feios pessoas de alta representação social. A verdade é, porém, que uma viagem de bonde não é tão desagradável. [...] Os viajantes são variados e múltiplos. Há de tudo nos bancos super lotados dos bondes: os operários, os funcionários públicos, os vagabundos, os homens de negócio e as gran\_finas dos bairros todas importantes... [sic] (Gazeta do Povo, Curitiba, 06 mai.1943, p. 05).

A situação acima descrita fica bem delimitada ao traçarmos um paralelo com a descrição de Cytrynowicz para a questão do gasogênio em São Paulo. De acordo com o autor, "O *front* interno se define nesta mobilização interclasses que torna todos igualmente afetados pela escassez de combustível e no esforço de superação da escassez via uso do gasogênio" (2000, p. 69).

Em 1944, até os hospitais da capital paranaense tiveram que tomar medidas especiais para contornar a situação; no ofício 158/44 do Departamento Médico Legal, em 12/07/1944, o Dr. Alô Guimarães, Diretor do Órgão, comunica ao delegado do DOPS/PR que motivado pelo racionamento de gasolina e pelas difíceis condições de adaptação das ambulâncias o Posto de Assistência Pública passaria a atender somente os casos de ordem médica policial.

O grande problema dos hospitais era adaptar os tambores de queima nas ambulâncias; diferentemente dos carros de passeio e caminhões, os veículos hospitalares não possuíam um local adequado para receber a "geringonça" e também deveria ser considerada a velocidade que o gasogênio imprimia aos motores e o tempo que este levava para funcionar. Havia grande diferença em ligar um veículo a gasolina

e um a gasogênio; no primeiro a partida era imediata, já no segundo, se não houvesse um bom tempo de queima do carvão, a ventoinha não acionava.

Na Curitiba dos tempos de guerra, alinhada aos meandros da nação, havia também aqueles que burlavam as normas e safavam-se dos empecilhos do racionamento de gasolina utilizando-se de subterfúgios. Alguns proprietários de veículos "faziam de conta" que estavam trafegando graças ao gasogênio, quando na verdade o tanque estava repleto do combustível proibido. Para não serem apanhados em flagrante e responder judicialmente à infração, instalavam uma luz na fornalha do tambor e a revestiam com um papel vermelho para que desse a impressão que o carvão lá dentro queimava.

### **2.3.2 O cinema contra o “barbarismo” do eixo**

Os meios de entretenimento também tiveram suas programações alteradas, os cinemas eram obrigados a exibir duas vezes por mês os comunicados do governo e por diversas vezes exibiam filmes e documentários de guerra. Uma depoente curitibana opina sobre as sessões de cinema em Curitiba:

Era só filmes de guerra que passava. Documentário, a gente assistia, ia ao cinema e assistia muito jornal, documentário, aquilo, os filmes que vinham dos Estados Unidos(...). Era só filme de guerra em que o bandido era sempre o alemão, depois os japoneses, depois os italianos (...)<sup>44</sup>

Ao analisar alguns dos periódicos divulgados em Curitiba, percebemos que havia várias chamadas do DIP para que a população fosse ao cinema assistir aos

---

<sup>44</sup> GUTIERREZ, Olga. Depoimento a Aparecida Vaz da Silva. Curitiba, 10 maio 1995.

comunicados e os anúncios oficiais. No Cine Luz no Paraná, em meados de 1942, foi realizada uma sessão cinematográfica especial, que contou com a presença do interventor Manoel Ribas, do Capitão Fernando Flores, do prefeito, do arcebispo, de inúmeros jornalistas e figuras importantes da política. A sessão, composta de cinco apresentações recém-criadas pelo DIP, de acordo com a matéria do jornal<sup>45</sup> foi aclamada por todos e logo após o término das exibições na capital seria dirigida a outras cidades do Paraná a fim de informar também as populações do interior.

Os filmes exibidos tinham temas completamente voltados às questões da pátria e da guerra. Boschilia expõe que "as salas apresentavam quatro sessões diárias, sempre a partir da 14 horas. Antes do filme, assistia-se aos cines-jornais nacionais e internacionais com informações da guerra, do mundo e do Brasil" (1995, p. 46). Nos cartazes abaixo, podemos evidenciar os títulos de alguns filmes que estavam em cartaz à época.

---

<sup>45</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 01 de maio de 1943, p. 03.

FIGURA 4 - Cartaz Cine Curitiba



Fonte: Gazeta do Povo, Curitiba, 04 de maio de 1943, p. 05 – Biblioteca Pública do Paraná

FIGURA 5 - Cartaz Cine Imperial



Fonte: Gazeta do Povo, Curitiba, 05 de maio de 1943, p. 05 – Biblioteca Pública do Paraná

Nos jornais da época era possível contemplar diariamente a programação cultural e o que estava em cartaz nos cinemas e nos teatros. Convém lembrar que não havia uma quantidade tão grande de salas e tampouco grande variedade de filmes e apresentações. No primeiro cartaz, evidenciamos a apresentação de uma reportagem nacional no Cine Luz que trata do encontro entre Vargas e Roosevelt na base de Natal, RN, assunto estritamente político e que não nos parece ser um tipo de programação que lotaria a sala de exibição. Todavia, temos que convir que boa parte da programação era de autoria do Departamento de Imprensa e Propaganda; logo, não havia muitas escolhas e as poucas que havia passavam pelo crivo severo do governo.

No Imperial – que junto com o Luz, o Ópera, o Palácio, o Avenida e o Independente compunham os mais luxuosos cinemas de Curitiba – a exibição de cinematografia parece ser bem mais convidativa, já que se trata de um "drama alucinante da atualidade mundial". Embora o mesmo não pedesse os motes de guerra e tivesse seu tema central voltado às questões políticas internacionais, ainda assim merecia mais animação do que assistir ao encontro de militares na base de Natal.

Todas essas notícias nos ajudam a demonstrar como estava formado o tráfego de informações entre o governo e a população, como eram permeadas as questões do dia-a-dia. Todas as intervenções tinham seus desdobramentos no cotidiano da população curitibana, e o próprio ato de assistir a um filme era cerceado pelo DIP, as raras opções de entretenimento também estavam sob o controle do Estado, em nome de um nacionalismo recente que precisava ganhar força dentro das comunidades para que se tornasse legítimo.

O DIP ainda exibia regularmente uma espécie de "cinema educativo" com entrada franca e com intuito de informar e instruir toda a população:

Dentre os filmes da atualidade de guerra será projetado na tela o filme "Combate as bombas incendiárias", **filme este que instrue [sic] a todo o cidadão como deve precaver-se contra as bombas incendiarias e o cuidado que deve ter para combatê-las. É uma película que também interessa os donos de casa.** Além do filme já mencionado serão exibidos hoje [...] "Notícias da guerra" que nos mostra fases as mais recentes da guerra atual. [...] (Grifo nosso) (Gazeta do Povo, Curitiba, 05 de maio de 1943, p. 06).

Essas apresentações eram constantes, tinham total divulgação na imprensa curitibana e faziam parte da programação do DIP para que os cidadãos tivessem a versão oficial – no caso a versão do DIP – dos fatos de guerra e das ações tomadas pelo governo nacional. Entre as inúmeras chamadas existentes nos jornais para apresentações do mesmo teor, destacamos a pequena passagem acima que ressalta a importância do combate às bombas, pois boa parte dessas notícias tinha a função de amedrontar a população, dela aproximando os fatos e os perigos de guerra, da mesma forma que seriam executados em Curitiba quatro exercícios de blecaute – os quais trataremos posteriormente –, enfatizando o perigo de um ataque aéreo em massa por agentes da força aérea alemã.

O medo auxilia na produção de sujeitos que temiam a guerra, o medo ajuda no alinhamento da população aos mandos e desmandos do governo, a falsa ideia da guerra ser realizada no "próprio quintal" fazia com que a população não contestasse a legislação, não reclamasse dos decretos restritivos e muito menos se revoltasse com o regime autoritário estadonovista. De Fáveri (2005) postula que a cultura do medo viabiliza a mobilização para a guerra, auxilia na construção de um inimigo comum – nesse caso os imigrantes e descendentes de alemães – e no funcionamento de todo o aparato repressivo, alterando ainda profundamente o decorrer do cotidiano.

É interessante frisar que desde o Ofício nº 3601, de 17 de junho de 1940, expedido pelo Capitão Fernando Flores para todos os principais jornais e rádios de Curitiba e região, atendendo às rigorosas recomendações do DIP eram impostas as

seguintes proibições a toda imprensa: a) Proibidos todos os comentários acerca da situação do Brasil frente à América e à guerra europeia, visando à manutenção da neutralidade sustentada pelo país; b) Publicar fatos passados do país que possam ferir a neutralidade; c) Publicar manifestações políticas partidárias ocorridas na América; d) Noticiarem perturbação da ordem nacional ou americana; e) Mencionar a expressão "quinta coluna". O chefe de polícia Fernando Flores ainda acrescenta que rigorosa fiscalização será realizada visando a manter as normas supracitadas vigentes.

A cópia do telegrama consta na pasta da Secretaria do Interior e Justiça e tem ciência dos principais jornais e da única rádio da capital, dando aval às notificações do DIP, O dia; Gazeta do Povo e a Radio PRB-2, o espaço referente ao Diário da Tarde e a Gazeta do Povo está sem assinar, o que necessariamente não significa o não cumprimento das ordens.

Essas recomendações foram suspensas automaticamente com o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com o Eixo, e tumultuariam as páginas de jornais a partir de 1942 com os mais variados termos para definirem os inimigos de guerra e com as mais intensas notícias do conflito bélico mundial.

### **2.3.3 Repressão nas ondas do rádio**

Intervenções também ocorreram nas produções radiofônicas, a PRB2 – Rádio Clube Paranaense –, única estação de rádio da cidade, levava ao ar o programa Crônicas do Dia de Rodrigo de Freitas, noticiando as novas do exército brasileiro na Itália e as ações “nefastas” dos quinta-colunas no país. O Decreto-Lei 4098 obrigava também as rádios a transmitirem os comunicados do Serviço de Defesa Passiva Anti-



Aérea, Liga Brasileira de Assistência e mensagens da Comissão de Imprensa e Propaganda.

Zucon (1997) informa que embora o rádio fosse um meio de comunicação privilegiado através do qual os governantes se dirigiam às massas, tornava-se uma grande preocupação, pois era o caminho mais fácil para a invasão de rádios estrangeiras, principalmente a Rádio de Berlim.

Essa preocupação com o rádio resultou em dois decretos interessantes; o primeiro obrigava a transmissão da “Hora do Brasil” em todos os estabelecimentos que possuíssem rádio, conforme o Decreto-Lei número 1940, de 31/12/1939, e o segundo, através de uma Portaria da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública divulgada na Gazeta do Povo, em 02/09/1943, apregoava que:

Ficando os estrangeiros de nacionalidade alemã, japonesa e italiana, residentes em qualquer ponto do território estadual, obrigados a entregar à autoridade nacional (...) os aparelhos radiorreceptores que possuam ou existam em suas residências ou propriedades (Gazeta do Povo, Curitiba, 02 set 1943, p. 03).

Marlene de Fáveri (2005) assevera que a função ambígua do rádio nesse período, de um lado temido por poder espalhar os ideais nazi-fascistas e/ou auxiliar na comunicação dos espões do Eixo no Brasil; do outro lado, como já aludimos, era um aliado de Vargas na intensificação dos valores nacionais e no crescimento de sua popularidade frente à população brasileira.

É certo que toda propaganda estava voltada à produção de imaginários sociais, principalmente na Crônica do Dia, na qual o "exaltado defensor do civismo paranaense" Rodrigo de Freitas utilizava-se das ondas da PRB-2 para inflamar a população contra os imigrantes "súditos do Eixo", utilizando-se do espaço na imprensa radiofônica como arma ideológica do regime político e exaltando "as paixões nacionais" da população paranaense.

### 2.3.4 Arte, cultura e entretenimento em tempos de guerra

No campo artístico cultural durante o período de guerra, o teatro foi praticamente esquecido; havia poucos espaços culturais e pouco dinheiro para investir em entretenimento e cultura. O Teatro Hauer, uma das mais conhecidas casas de espetáculos da capital, fechou as portas na década de 1930 por falta de recursos financeiros, o Guayra fora reformado em 1900, mas em 1937 foi interditado por não possuir as mínimas condições de segurança, sendo completamente demolido em 1947.

Boschilia (1995, p. 53) pontua o surgimento do Pavilhão Teatro Carlos Gomes, em 1942, no qual os Irmãos Queirolo foram responsáveis pelas poucas atrações culturais durante o período de guerra, e onde, além de números circenses e atrações variadas, houve a montagem de dramas e comédias que retratavam o cotidiano local, constituindo, segundo a autora, a principal casa de diversões da época.

A literatura retratava o nacionalismo presente nas obras de Romário Martins, General Muricy e Arthur Martins Franco. Também fizeram sucesso as poesias de Helena Kolody e os textos do jovem Dalton Trevisan e do poeta e prosador Rodrigo Jr. As artes plásticas tiveram pouco destaque, tendo apenas Poty – Napoleon Potyguara Lazzarotto – como inovador da linguagem plástica local ao abandonar as referências estéticas fornecidas pela Europa.

A música, o teatro, a literatura e as artes em geral cresceram pouco durante a guerra; é importante lembrar que os esforços estavam voltados a outros propósitos e dessa forma houve pouco incentivo para o crescimento artístico e cultural em Curitiba entre 1942 a 1945.

### 2.3.5 O mercado negro

O país enfrentava uma situação beligerante, porém nem todos os cidadãos da capital paranaense – principalmente a elite – sujeitar-se-iam ao "pão-de-guerra", às cotas de sal, aos cartões de açúcar e à diminuição do fornecimento de gasolina. O mercado paralelo crescia, e embora fosse demasiado arriscado, por que não dizer que em determinadas situações o governo fazia vistas grossas. Abordamos essa questão com base nos comentários do presidente da CEP, Oscar Borges, ao afirmar, na Gazeta do Povo<sup>46</sup>, que em relação ao comércio 'por fora' dos gêneros de primeira necessidade não havia provas suficientes e que havia muita dificuldade para repreender esse tipo de ação. Acrescentava que os estoques estavam sendo fiscalizados e que o CEP possuía controle sobre estes, sendo que na verdade a situação estava fora do controle e essas elites eram privilegiadas.

Ao analisarmos as notícias impressas nos principais jornais da capital paranaense, notamos que a partir de 1945 há uma inversão no discurso relativo à CME e ao CAEP. Várias reportagens tratam da não tão eficaz campanha de controle realizada por essas comissões e ainda ressaltam que sua única serventia foi dar vazão ao "mercado negro". Chamadas como "Ação contraproducente da Coordenação de Mobilização Econômica"<sup>47</sup>, "O povo que pague..."<sup>48</sup> e "Açúcar salgado"<sup>49</sup>.

Sobre o mercado negro, o repórter da Gazeta do Povo foi enfático:

Especuladores, intermediários, açambarcadores, enfim [sic], toda uma "fauna" bem organizada, vem explorando o povo de uma maneira

---

<sup>46</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 20.07.1943, p. 03.

<sup>47</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 04.05.1945, p. 01.

<sup>48</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 07.05.1945, p. 04.

<sup>49</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 05.05.1945, p. 01.

incrível e detestável. [...] Curitiba está sem açúcar. Dentro de dias, voltaremos às "filas" e quiçá, ao mercado negro.<sup>50</sup>

A escassez foi a maneira eficaz de mobilizar a população e tornar a guerra uma questão mais próxima, e no que tange a essa questão, Cytrynowicz expõe que:

Escassez como crise, é categoria que obscurece a produção histórica (e, portanto política) da distribuição e da desigualdade social. Falta pão! Economia de guerra! Escassez! A escassez naturaliza e universaliza a falta, torna-a problema de todos, torna-a falta indeterminada e intangível. A escassez que naturaliza a apropriação da produção por uma classe ou frações de classe coletiviza a guerra e universaliza a falta socialmente produzida (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 124).

O momento atual exigia um alinhamento total da população com o governo, e não seria possível obter resultados positivos em relação à guerra se ocorresse um grande descontentamento popular. Logo, mobilizar a população através da possibilidade da guerra se desdobrar em território nacional era apelar para o maior medo existente naquele momento acima da falta de açúcar ou gasolina, da inflação ou do desemprego. Ribas percebia isso e utilizava-se do prestígio que tinha tanto com a elite intelectual curitibana tanto com os setores mais pobres do povo para manter o Paraná completamente alinhado às políticas do Estado Novo.

## **2.4 A mobilização econômica e os órgãos de controle do estado paranaense**

A Segunda Guerra Mundial trouxe aos campos de batalha o conceito de "guerra total", no qual a mobilização de um "*front interno*" era tão importante quanto as vitórias nas trincheiras. A infraestrutura para manter a guerra em curso e a manutenção militar do país envolvia todos os recursos civis e todas as classes da sociedade. Para

---

<sup>50</sup> Idem

Cytrynowicz, "a existência de um *front* interno permitiu que, via mobilização, os Estados interviessem, em escala ampliada, em todas as esferas da vida civil e privada" (2000, p. 102).

Nesse contexto, como ocorreu em outros países – territorialmente envolvidos – a mobilização de um "*front interno*" no Brasil foi amparada pela criação de órgãos federais e estaduais, como comitês, ligas e departamentos que visavam ao controle social e econômico através de campanhas, movimentos e ações sociais e comunitárias. O Paraná abrigou várias filiais desses órgãos a fim de manter firmes os propósitos governamentais e mobilizar a população frente aos terrores da guerra.

Instalaram-se no Estado a Liga de Defesa Nacional, o Comitê de Defesa Anti-Aérea, o Comitê de Defesa Passiva, a Liga dos Jovens Patriotas, a Liga Brasileira de Assistência, a Cruz Vermelha, entre outros, bem como foram realizadas por esses estabelecimentos campanhas como a Campanha da Borracha, as Obrigações de Guerra, a Campanha do Aço, do Estanho e do Alumínio, os exercícios de blecaute, os cursos de enfermagem e primeiros socorros e várias campanhas de arrecadação de donativos.

Esses órgãos governamentais figuraram na vida dos curitibanos através da presença física de seus imponentes edifícios e muito mais no desdobramento das ações por eles incentivadas. Para que o leitor possa entender a ação desses "braços" do Estado na vida cotidiana de Curitiba, procuraremos apresentar brevemente os mais relevantes e que tiveram funções amplamente ligadas com a mobilização do "*front interno*" na capital paranaense.

### 2.4.1 Liga de Defesa Nacional

Dentre os órgãos instituídos para fomentar o projeto de nacionalização, a Liga de Defesa Nacional foi o que mais teve destaque na imprensa paranaense. O Diretório Regional era presidido pelo interventor em pessoa; Ribas tomou para si a responsabilidade de tornar a LDN no Paraná uma realidade.

O diretório significava, dentro da política de Ribas, uma vitória à parte, porque ali constava a fina nata da intelectualidade curitibana, contando com Brasil Pinheiro Machado, Wilson Martins, José Loureiro, Serafim França, Romário Martins, David Carneiro, entre outros. Benevides sugere que "o maior mérito de Manoel Ribas foi acenar para homens de projeção na tímida vida intelectual local"<sup>51</sup>, aproximando-se da elite pensante paranaense e fazendo com que ela atuasse a seu lado.

A importância dessa aproximação dá-se pelo fato do conservadorismo paranaense – representado por essa intelectualidade – ser um obstáculo duro a ser vencido, especificamente por uma interventoria de caráter ditatorial e pela resistência que estes tinham ao Estado Novo. Benevides (1991) propala que o interventor teve êxito em "domesticar as classes conservadoras interessadas na manutenção de seus privilégios"<sup>52</sup>, já que que a maioria dessas figuras proeminentes o combateram no início da década de 1930, quando havia sido nomeado para a interventoria estadual e seu modelo de governo "modernizador" era visto com desconfiança por eles.

Ao ser instalado no final de março de 1942, o diretório recebeu a incumbência de dar conta de fiscalizar e gerenciar todo tipo de manifestação patriótica, particularmente os comícios, haja vista que no início daquele mês a capital vivenciara

---

<sup>51</sup> Benevides, 1991, p. 25

<sup>52</sup> Idem, p. 12

uma noite caótica, quando mais de dez mil pessoas saíram às ruas "exercendo seu civismo patriótico" contra os imigrantes eixistas.

A LDN era o órgão que tinha apreço incontestado do Presidente da República e do interventor estadual; por conseguinte, antes mesmo da homologação oficial a discussão acerca da instalação do Diretório Regional propiciou aos jornais um vasto número de páginas. Chamadas variadas noticiavam a chegada da LDN ao Paraná e ressaltavam a iniciativa de Ribas e de seus companheiros.

O Diário da Tarde noticiou a instalação da LDN como "Paraná viveu sua maior hora cívica"<sup>53</sup>; a Gazeta do Povo como "Sublime espetáculo de civismo e brasilidade"<sup>54</sup>. Ambos os jornais divulgaram, no dia seguinte da cerimônia, os principais objetivos do Diretório Regional da LDN. Dentre os muitos itens que compunham as diretrizes da organização, destacamos o principal, que tratava de: "Manter, em todo o Brasil a idéia de coesão e integridade nacionais, procurando facilitar e desenvolver as comunicações morais e materiais entre as unidades de nossa pátria"<sup>55</sup> Logo, manter a população alinhada às premissas do Estado Novo.

De acordo com Boschilia (1995), a LDN permeava todas as questões relativas às datas comemorativas e eventos de importância nacional, como o desfile do Dia da Independência e outras manifestações cívicas que reuniam milhares de pessoas nas ruas da capital. Outra atividade característica da LDN era criar e desenvolver campanhas de arrecadação de fundos para a guerra e promover cursos para a formação de telegrafistas e operadores de rádio.

---

<sup>53</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 26 de março de 1942, p. 01.

<sup>54</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de março de 1942, p. 01.

<sup>55</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 23 de março de 1942, p. 01.

## 2.4.2 Comitê de Defesa Passiva Anti-Aérea

Em 01 de julho de 1942, foi divulgada, no Correio do Paraná, a instalação da Defesa Anti-Aérea de Curitiba, e em consonância com o referido periódico:

Curitiba, dada a sua importância, não poderia ficar alheia a esses movimentos. E dessa maneira, o Interventor Manoel Ribas regulamentou o assunto através do decreto nº 720, confiando à visão esclarecida e ao dinamismo empreendedor do Prefeito **Rosaldo** Gomes de Melo Leitão, a delicada incumbência de promover o estudo, coordenação e organização do plano geral de serviços da defesa passiva anti-aérea desta capital, plano que servirá de base a defesa dos demais núcleos populares do Estado (grifo nosso)<sup>56</sup> (Correio do Paraná, Curitiba, 01 de julho de 1942, p. 01)

A criação do referido comitê teve como alicerce a maior preocupação com a organização coletiva em deferência aos ataques aéreos japoneses realizados em Pearl Harbor em 1941 e ao torpedeamento do navio Cabedelo na costa do Atlântico em fevereiro de 1942.

Em Curitiba, circulavam cartazes da Comissão de Defesa Passiva Anti-Aérea ensinando a população a se proteger em caso da cidade ser atacada. Frisamos que esses cartazes, além de alertar a população e retratar a preocupação do Estado com relação à proteção das pessoas, tinham uma função subliminar, que era incutir na população o medo da guerra; afinal, aquilo que é experimentado tem muito mais possibilidade de tornar-se real. A população precisava sentir-se próxima do problema e ser envolvida por ele de maneira tão uniforme que pudesse cometer qualquer ato em nome da nação brasileira.

Além de panfletos, cartazes e das notícias na imprensa, o CDP organizou em Curitiba quatro exercícios de blecaute. Em um primeiro momento, o trabalho era

---

<sup>56</sup> O nome correto do Prefeito de Curitiba é Rosalvo Gomes de Melo Leitão.



realizado pelo Serviço de Divulgação e Propaganda (SDP), que divulgava o evento repetidamente no rádio, nos jornais, enviando agentes às escolas e espalhando cartazes por toda a cidade.

Esses blecautes tinham em média duas horas de duração, podendo ser parcial ou total. No parcial, somente a iluminação pública era apagada, já no total até as luzes residenciais deveriam ser apagadas. Evidenciamos durante a análise de fontes, a divulgação do 4º Exercício de Escurecimento de Luzes em Curitiba, que seria realizado no dia 18 de junho de 1943. Seu texto dispõe as seguintes informações:

**INSTRUÇÕES GERAIS:** 1 – Natureza – Alerta noturno com intervenção dos Serviços de Vigilância, Alerta, Polícia, Socorros Médicos de Emergência e contra incêndios. 2 – Objetivos – a) treinamento dos diversos serviços; b) verificar a execução dos cidadãos, das medidas relativas a extinção e velamento das luzes; c) correção das falhas observadas. 3 – Área a exercitar – Toda a cidade com inclusão do Município de São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo, Tamandaré e Campo Comprido. 4 – Duração do exercício: Iniciar-se-á as 21 horas e terá duração de 2 horas. **PRESCRIÇÕES RELATIVAS A ABRIGO:** Serão admitidos como abrigos anti-aéreos: a) os pavimentos térreos dos edifícios de cimento armado com mais de 4 pavimentos; b) a galeria do Edifício Garvino, na rua XV de Novembro; c) a galeria do Edifício Nª Sª da Luz na Praça Tiradentes. Proibe-se abrigar-se no apeadouro dos bondes. **SINAIS DE ALERTA AÉREO:** Serão emitidos por sireias, sinos, etc.: Os do código divulgados pela imprensa ("Conselhos" item IX sinais de advertência de alerta aéreo. **PENALIDADES:** A Comissão de Defesa Passiva Anti-Aérea espera pelo espírito de cooperação dos cidadãos, no sentido de que sejam os resultados de tal exercício os melhores possíveis. Visando apenas instruir a população na execução das medidas ligadas a defesa passiva anti-aérea, a comissão aludida, tem a certeza de que não terá necessidade de aplicar as sanções instituídas pelo Dec. –Lei, nº 4.098. Declara, no entanto de que, se necessário for, fa-lo-á com a máxima energia (Gazeta do Povo, Curitiba, 17 de junho de 1943, p. 3).

Em Curitiba, os aviões, após o sinal de sirene, decolavam do aeroporto do Bacacheri e a partir daí tudo deveria estar apagado. Quem estivesse nas ruas deveria, na maior sutileza possível, encontrar um abrigo e aguardar o término do exercício. Aos desobedientes restava explicar à polícia e aos membros da comissão o motivo da intransigência, já que os aviões subiam carregados de sacos de areia, justamente para

arremessar contra os locais que desrespeitassem o blecaute, marcando-os para a ação posterior, de responsabilidade da polícia.

Boschilia (1995) informa que esses exercícios alteravam os hábitos da população, já que era recomendado aos motoristas pintarem os faróis dos veículos ou cobri-los com um pano preto durante os exercícios, ou mesmo não trajar roupas escuras ao caminhar nas ruas, sujeitando os homens a deixar o paletó em casa. De acordo com a memorialista, "a reação da população oscilava entre o pânico e a total indiferença" (p. 26).

Zucon (1997) registra que embora as regras fossem precisas, nem todos colaboravam com o processo, deixando luzes acesas ou fazendo badernas nas ruas completamente escuras. Procurando informações sobre essas atividades noturnas, encontramos ainda na Gazeta do Povo do dia posterior ao blecaute uma matéria sobre o andamento do exercício; em dado momento, a reportagem trata das irregularidades cometidas durante o processo, alertando seus leitores que se o processo não foi totalmente exitoso, é culpa "naturalmente da ignorância de pessoas que [...] julgam poder desrespeitar as determinações superiores, esquecendo que esse mesmo descuido, repetido num caso real será de serias conseqüências para a segurança coletiva".<sup>57</sup>

Em conformidade com o jornal, foram encontradas algumas irregularidades consideradas graves, como luzes acesas no Armazém Scandar, no pavimento térreo da Universidade e na Rua Paula Gomes, 1149. Também houve uma ocorrência inusitada, na qual a polícia teve que forçar um senhor chamado Miguel Scaramela a entrar em sua casa e a apagar as luzes, já que este se recusava a fazê-lo por si só, "comprometendo" o resultado do exercício.

---

<sup>57</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 19 de junho de 1943, p. 03.

Havia também um grupo de pessoas fazendo grande algazarra na Rua Candido de Abreu. A CDP, junto com a DOPS, tomou as medidas necessárias para punir os infratores, e de acordo com própria comissão, "o acatamento pela grande maioria da população as ordens emanadas, bem demonstra o espírito de cooperação existente entre o nosso povo e as autoridades [...]." <sup>58</sup> Entretanto, o não acatamento das ordens por alguns indivíduos denota o não alinhamento total da população e ainda reafirma a ideia que o controle total pelo Estado era impossível.

Comparando as informações fornecidas por Marlene de Fáveri em relação aos exercícios de escurecimento em Santa Catarina, percebemos que, da mesma forma que em Curitiba, a sensação mais marcante era proporcionada pelo barulho dos aviões que sobrevoavam a cidade, "na cidade, qualquer barulho anormal deixava as pessoas alertas" (2005, p. 53). A possibilidade de ataques acentuava o medo e submetia as pessoas à disciplina do Estado; ações como os exercícios de blecaute somados à imensa gama de notícias veiculadas nos jornais auxiliavam na proliferação do medo coletivo.

Os exercícios cessaram quando a LDN julgou não serem mais necessários, a guerra já era dada como terminada nos jornais e a população já aparentava despreocupação em relação a possíveis ataques aéreos, bem como eram evitados os gastos com os deslocamentos de aviões e militares para a condução dos exercícios.

---

<sup>58</sup> Idem

FIGURA 6 - Cartaz de orientação para a população em caso de ataques aéreos



Fonte: Boschilia, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1995). Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, v.22 (107).

### 2.4.3 Cruz Vermelha – Filial do Paraná

A filial paranaense da Cruz Vermelha instalou-se em Curitiba em meados de 1917, desenvolvendo um trabalho completamente voltado a atender às contingências de guerra, promovendo campanhas de arrecadação e cursos de formação, como enfermagem e primeiros socorros. Além de preparar as moças para a importante função de socorro, a Cruz Vermelha desempenhou um papel "diplomático" entre as famílias de "súditos do Eixo" que se encontravam detidos e a DOPS. A permissão para esse trabalho foi solicitada em ofício confidencial pela sede nacional ao interventor Ribas, alegando que "entre as incumbências [...] figura a distribuição de mensagens escritas procedentes dos países inimigos, ou aos mesmos destinadas [...] em cooperação com a Polícia Civil do Distrito Federal, sendo a esta submetida toda correspondência eivada de suspeição."

A Cruz Vermelha, junto com a Liga Brasileira de Assistência, desempenhou papel fundamental na mobilização do "*front interno*" em todo o país. Seu papel principal foi transformar a figura da mulher durante o período de guerra e utilizá-la como exemplo de coragem e servidão fiel aos chamados da nação. Na visão de Cytrynowicz, "a mobilização para a guerra não apelava às mulheres apenas como enfermeiras. Cabia a mulher transformar seu amor pelo homem-soldado, que partia para a guerra, em patriotismo (2000, p. 106).

Em 1943, ao comemorar o dia da enfermeira, a Gazeta do Povo publica um extenso texto enaltecendo o trabalho da Cruz Vermelha e a figura feminina nos tempos de guerra:

Primeira no perigo, estóica no sofrimento, humilde muitas vezes nos misteres, é hoje um elemento essencial da batalha, tanto mais precioso quanto são maiores os recursos da ciência que aplicados

imediatamente podem salvar a existência dos feridos. Os encargos da mulher, na guerra moderna, não são inferiores aos dos homens. Lutam como guerreiras nas linhas de frente, pelejam como aviadoras, dirigem navios e em todas as ações comportam-se á altura da confiança e responsabilidade nelas depositadas.<sup>59</sup>

Em Curitiba, a imprensa ressaltava positivamente a figura da enfermeira e da mulher paranaense, de uma forma que estas levassem para suas casas "a necessidade de servir o país", incentivando outras pessoas à mobilização pela guerra.

#### **2.4.4 Liga Brasileira de Assistência**

A LBA filial do Paraná possuía vários setores para atender às necessidades dos soldados e de suas famílias, bem como dar guarida às famílias pobres de Curitiba. Tinha seu trabalho vinculado à LDN e à Cruz Vermelha, mas contava com o respaldo especial de Darcy Vargas, como ressalta a manchete do jornal "A Legião Brasileira de Assistência, sob o patrocínio da primeira dama do país, é hoje uma colméia de trabalho intenso em favor do soldado brasileiro."<sup>60</sup>

Essa "colmeia de trabalho" fazia referencia à divisão nucleada da LBA, na qual as voluntárias dividiam-se em atividades específicas que iam desde a confecção de roupas, arrecadação de alimentos, visitas e palestras nas escolas, procurando diminuir a tensão da guerra. Em Curitiba, sob o comando da primeira-dama Anita Ribas, os comitês de socorro realizavam campanhas de arrecadação de roupas, calçados e gêneros alimentícios, que eram destinados à LBA e aos subcomitês de auxílio como o Subcomitê de Socorro às Vítimas da Polônia e à Cruz Vermelha.

---

<sup>59</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 12 de maio de 1943, p. 2

<sup>60</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de maio de 1943, p. 6

Destacamos que, dentro da alta sociedade curitibana, a LBA representou – juntamente com a LDN – um dos maiores núcleos de mobilização do “*front interno*” paranaense. A presença da primeira-dama do Estado denota muito mais que o mero comprometimento social com a causa da guerra. Conquistando a confiança das mulheres da alta sociedade e mobilizando-as dentro do contexto do racionamento, das filas e do medo do “outro”; o governo abre caminho em muitos lares, ganhando com isso – mesmo que seja como consequência direta da participação das mulheres – força no âmago da família paranaense.

A figura feminina é exemplo de dedicação à pátria e respeito aos chamados da nação, que pede o engajamento de toda a população nas campanhas de arrecadação, na vigilância do imigrante subversivo, na manutenção do conservadorismo e principalmente na aprovação do regime autoritário, tão bem representado por Ribas no Paraná.

A Liga ainda tinha o propósito de realizar campanhas de arrecadação de matérias-primas, como borracha e metais como alumínio e estanho. A campanha da borracha foi uma das mais divulgadas pela imprensa; segundo a Gazeta, “a Campanha da Borracha Usada é de poderosa expressão à causa das Nações Aliadas [...] de vez que ela concorrerá vigorosamente para a preparação do instante necessário em que se verificará **o triunfo das Democracias**” (grifo nosso) <sup>61</sup>.

Essa campanha<sup>62</sup> também tinha o propósito de envolver as crianças das escolas públicas e particulares na arrecadação e na coleta do “precioso material”. Essas crianças seriam divididas por classes, e cada classe constituiria um pelotão de Voluntários da Borracha. O caráter lúdico que está por trás da campanha não fica

---

<sup>61</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 07 de julho de 1943, p. 3.

<sup>62</sup> A campanha da Borracha foi elaborada visando a um melhor aproveitamento dos materiais confeccionados à base de látex, pois a demanda da matéria-prima era muito grande e o reaproveitamento da borracha era possível e necessário. Logo, qualquer tipo de borracha era aceito para as doações, sendo o principal alvo das crianças os pneus.

apenas nisso, cada pelotão possuía uma bandeira de cor azul e a cada cem quilos de borracha arrecadados uma estrela branca era anexada à bandeira. Não obstante, os cinco melhores colocados individualmente receberiam prêmios, os alunos de Curitiba que participassem da campanha e se empenhassem seriam contemplados com os seguintes prêmios:

1º lugar – Audiência com o Interventor Federal. 2º lugar – Um vôo. 3º lugar – Um passeio à Granja do Canguiri. 4º lugar – Um passeio à Mina de Ouro. 5º lugar – Uma visita ao Campo de aviação. Ainda como prêmios de consolação, entradas grátis de cinema. Para incentivo, estabelecendo uma amigável rivalidade entre alunos, classes e escolas, deverá haver um quadro para registro diário da quantidade coletada pelos alunos individualmente e por classe (Gazeta do Povo, Curitiba, 15 de julho de 1943, p. 3).

Alertamos para a engenhosidade da campanha, que a partir do momento que torna a participação escolar passível de premiação, incita o espírito competitivo presente nas crianças. Por conseguinte, o envolvimento dos pais e de outros adultos torna-se inevitável dada a fragilidade dos pequenos. Por mais que os pais tenham posicionamentos favoráveis ou não à campanha, teriam dificuldades de explicar aos filhos o motivo da mesma.

O envolvimento efetivo dos adultos é uma meta da LBA, a utilização das crianças é uma ótima forma de manejo e o primeiro prêmio era um chamariz muito mais aos pais – principalmente para aqueles declarados fervorosos nacionalistas – do que para as crianças. Cremos que não é necessário um doutorado em pedagogia para aceitar que uma audiência com o interventor estadual seria prontamente substituída por um brinquedo ou qualquer coisa que valha às crianças. Destarte, a possibilidade do encontro com "tão digna autoridade" envolvia muitos pais, que auxiliariam, de prontidão, os filhos conquistarem a premiação.



#### 2.4.5 Exército de Salvação e a Liga dos Jovens Patriotas

Além das agremiações oficiais, circularam em Curitiba materiais referentes a outros grupos de auxílio à pátria e em sua defesa; desses grupos, podemos evidenciar a existência<sup>63</sup> do "Exército de Salvação", que panfletou na capital e em todo o Brasil solicitando auxílio financeiro para supostas obras de caridade, asilos e orfanatos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais. Todavia, o conteúdo da pasta é mínimo e nada encontramos a esse respeito nos jornais pesquisados.

Já em outra pasta, intitulada Liga dos Jovens Patriotas, encontramos um boletim impresso de uma agremiação que julga lutar pela pátria brasileira, independentemente se for contra o Eixo ou contra os Aliados, mas sempre pela pátria. Segundo o boletim, a referida liga "é uma organização de moços brasileiros, civis e militares, que assumiram o compromisso de tudo fazer para o engrandecimento da Pátria e lutar contra quem quer que procure prejudicá-la, humilhá-la ou dominá-la por qualquer meio"<sup>64</sup>.

Acusam Osvaldo Aranha de "quinta colonismo americano", entendendo que este deseja tomar a presidência de Vargas e acreditam que logo todos os traidores do Brasil seriam desmascarados. Na pasta, existem apenas duas folhas, sendo uma com esse boletim e outra com o Ofício 3515, destinado à chefia de polícia, informando sobre a circulação do referido pelos correios, chegando a inúmeras residências curitibanas. Não evidenciamos documentos ou informações que comprovem esse funcionamento no Paraná.

---

<sup>63</sup> Exército de Salvação – Pasta Temática nº 155 – Topografia 117 – A pasta dispõe de alguns panfletos e faz referência mínima a circulação desses em Curitiba.

<sup>64</sup> Liga dos Jovens Patriotas – Pasta Temática nº 1285 – Topografias 150.

## 2.5 Notícias de Guerra: o nacionalismo exaltado pela imprensa

Abrir um jornal em Curitiba na década de 1940 era um convite a novas experiências, principalmente para os teuto-brasileiros, que tinham nos jornais sua principal fonte de informação. Ler o jornal significava para o imigrante ou descendente de alemão manter-se informado em relação ao posicionamento do país que o abrigava frente às tensões que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos.

A cada página virada novas afrontas a sua cultura; notícias legalizadas por um projeto de nacionalização sustentado pela violência e repressão exercida pela polícia política de Vargas. Não parecia possível compreender que houvera um exagerado incentivo para que esses imigrantes por aqui ficassem e contribuíssem para o crescimento social e financeiro dessa nova nação e que passaram a ser tratados como verdadeiros problemas inseridos em uma sociedade em busca de uma brasilidade esquecida.

Da mesma maneira, o curitibano tinha o jornal como principal forma de manter-se informado; havia uma variedade razoável de periódicos que ofereciam as notícias da guerra, traziam as manchetes do esporte e da cidade e acima de tudo traziam as informações que interagiam com seu cotidiano, as quais tratavam das medidas restritivas impostas aos imigrantes, das medidas de racionamento, da divulgação de portarias e decretos de lei e da fundação de novos órgãos de auxílio, dentre outras coisas.

A principal função da notícia é introjetar normas de comportamento social, em que os comportamentos inadmissíveis são passíveis de castigo e punição. No contexto de Curitiba, os jornais apresentam os comportamentos desejados pelo Estado Novo e através da notícia – como castigo público – denunciam aqueles que transgridem as leis. Tais atitudes podem ser facilmente evidenciadas pela propagação de atos

públicos, divulgação de decretos e portarias do governo e comunicados da DOPS, tão comuns nas páginas de periódicos paranaenses da década de 1940.

A reflexão sobre a autoria das notícias veiculadas e a observação do papel do jornalista como agente significativo na formulação de fatos históricos é de extrema importância para o bom andamento desta pesquisa. Primeiro, porque o jornal como veículo de comunicação de massa exige um questionamento rigoroso quanto à análise externa, posicionamento político, etc., devendo ainda observar o jornal não só como objeto cultural, mas também como “produto de uma empresa capitalista” (BITTENCOURT, 2004, p. 336).

As notícias impressas nos jornais são previamente selecionadas e interpretadas de forma que favoreçam determinados pontos de vista ou defendam certas posições, sejam do editor-chefe, dos departamentos governamentais, sejam de uma elite dominante. Tratar essas informações como neutras pode constituir um grande campo minado para o historiador desatento, preocupado apenas com a reprodução do fato tal qual supostamente aconteceu.

Faz-se necessário ressaltar que concordamos com Denys Cuche na correta avaliação que o mesmo confere aos meios midiáticos, quando propõe que, ao enfatizar demais o poder da mídia,

“supõe-se que as mídias provoquem uma alienação cultural, uma aniquilação de qualquer capacidade criativa do indivíduo, que, por sua vez, não teria meios de escapar à influência da mensagem transmitida. [...] É evidente que há uma certa uniformização da mensagem midiática mas, isto não nos permite deduzir que haja uniformização da recepção da mensagem. [...] Por mais “padronizado” que seja o produto de uma emissão, sua recepção não pode ser uniforme e depende muito das particularidades culturais de cada grupo, bem como da situação que cada grupo vive no momento da recepção (2002, p. 158-160).

Partilhamos dessas ideias porque constatamos, nas fontes consultadas, que havia – em pequenos blocos – cidadãos descontentes com a situação imposta pela

mobilização de guerra, pelo apelo nacionalista e pelos meios midiáticos. Ao contrário do que imaginamos, esse trabalho da imprensa curitibana não tinha como alvo principal as classes inferiores, já que “estudos sociológicos mostraram que a penetração da comunicação da mídia é mais profunda nas classes médias do que nas classes populares (CUCHE, 2002, p.159).

As alterações do cotidiano envolviam muito mais que embates entre a população “nacional” x imigrantes e seus descendentes; entre os nacionais havia aqueles que não eram politizados o suficiente para entender a preocupação das classes mais altas ou para atender ao “chamado da Nação”. Também havia grupos de alta posseção financeira que não participaram do esforço de guerra. Em Curitiba, nos deparamos com essas mais variadas situações ao analisar alguns periódicos que compreendem o período de 1942 a 1945; dessa maneira, podemos distinguir algumas atitudes e perceber que ocorreram mudanças – embora leves – no editorial de alguns jornais.

Procuraremos verificar como a imprensa curitibana, entre 1942 a 1945, atuou frente à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a presença do imigrante alemão na sociedade através da análise de matérias veiculadas nos jornais Diário da Tarde, Gazeta do Povo e de forma secundária algumas páginas do Correio da Paraná, disponíveis no Arquivo Público do Paraná e na Biblioteca Pública do Paraná.

Para Bourdieu, os jornalistas são “vendedores profissionais de serviços políticos” (2007, p. 177), detendo uma função importante no jogo político; afinal, muitos deles através de seus textos tendem a representar uma elite política e suas imparcialidades. Podemos afirmar que os jornais de Curitiba estavam totalmente voltados a defender os interesses da interventoria de Ribas, porém essa assertiva pode ser conflitante e levar-nos a cometer uma generalização que não seria positiva a esta pesquisa.

Na década de 1930, grande parte da imprensa escrita de Curitiba se concentrava nas mãos de uma elite conservadora. O Diário da Tarde fez campanha e

publicou refutas à nomeação de Manoel Ribas para o lugar de Divonsir Borba Cortez na interventoria estadual, alegando que o mesmo era um modernizador e que iria corromper os moldes conservadores com suas diretrizes de governo. Para termos uma dimensão do "duelo" travado entre Ribas e os jornais, tudo o que era relativo à majoração de preços, cobrança de impostos, falta de água na cidade, abertura do Estado para investimentos externos e quaisquer atitudes que "violavam" o *status quo* das classes conservadoras eram considerados como culpa do interventor.

Ribas soube contornar os aspectos negativos que a imprensa lhe oferecia e obteve resultados consideráveis na economia, colocando o Estado no rumo da prosperidade. Benevides (1991) assinala que "os compromissos do Estado estavam em dia: reduzira-se a dívida externa e o orçamento aumentara".

Ainda que tenham ocorrido vários entraves entre Ribas e algumas facções da elite conservadora curitibana, a partir do advento da Segunda Guerra Mundial e do posicionamento desfavorável adotado em relação à presença de imigrantes e descendentes dos países do Eixo no Brasil verificamos um alinhamento desses periódicos em relação à interventoria de Ribas. Não podemos deixar de frisar a ação do DIP e da DOPS no monitoramento desses jornais e de toda espécie de imprensa existente no país.

Essa ação é assim justificada por Amélia Siegel Correa:

Por isso, embora nacionalmente ocupassem uma posição dominada, as elites dominantes locais influenciaram as instituições e a condução política do Estado, com a realização de um projeto de modernização conservadora, sempre acompanhando as tendências nacionais vitoriosas (CORREA, 2006, p. 8).

Notícias com títulos expressivos eram publicadas nos jornais, como, por exemplo, “O avanço da coluna fantasma”<sup>65</sup>, “Somente o Brasil é eterno”<sup>66</sup> e “Os estrangeiros perigosos”<sup>67</sup>, as quais faziam parte da leitura diária do curitibano. As notícias supracitadas tratavam de assuntos pertinentes à Segunda Guerra Mundial, sendo que a primeira delas foi veiculada em 1941, antes mesmo de o Brasil aderir ao lado dos Aliados, tratando do deslocamento das tropas inglesas na África, e como outras inúmeras matérias, procuravam manter informados aqueles que se interessassem pelo cenário caótico em que se desdobrava o conflito. Julgamos que essas matérias, além de preencher boa fração dos jornais, traziam um elemento oculto importante: o medo.

As notícias retratavam mortes, batalhas sangrentas, baixas civis e sofrimento. Esses fatores, por sua vez, levavam o leitor a imaginar quais seriam as consequências se a guerra se desdobrasse no Brasil ou até mesmo em Curitiba. Acreditamos que a manutenção do estado de alerta e a criação de medos coletivos tiveram papel crucial na manutenção do poder de Vargas, levando a maioria da população a seguir seu discurso com veemência.

Os jornais procuravam atribuir aos fatos corriqueiros do cotidiano um peso maior, um caráter de excepcionalidade. Concordamos com Benevides quando este sugere que “o jornal cobriu o Paraná de medo.” (1991, p. 94). Algumas chamadas superavam o sensacionalismo e chegavam a ter um caráter trágico-cômico, como exemplo, a reportagem que trata de um sujeito que marcou uma vaca com a suástica, também a “importante” apreensão de inúmeras almofadas coloridas com dourado, vermelho e preto como provas de ação nazista.

---

<sup>65</sup> Correio do Paraná, Curitiba, 25. 11.1941, p. 01.

<sup>66</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 25. Out.1943, p. 05.

<sup>67</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 04. Ago.1943, p.01..

Os jornais estavam repletos desses casos do dia-a-dia, nos quais a delação e o boato faziam parte da confecção das tramas do cotidiano; são essas redes de informações estruturadas no "diz que me diz", no "eu ouvi falar..." que enchiam as delegacias de telefonemas e de denúncias anônimas, as quais, por sua vez, forneciam matéria-prima para os repórteres de plantão, ansiosos por uma nova catástrofe ou por um boato que pudesse lhe fazer pensar que o dia não teria sido em vão.

Havia notícias que tratavam das supostas ações de nazistas no país e do perigo que os teuto-brasileiros poderiam constituir para a consolidação de um verdadeiro projeto de nacionalização. Seyferth (1997) enuncia que, durante 1937 a 1945, uma parcela significativa da população brasileira sofreu repentinamente interferências em seu cotidiano devido a essa campanha de nacionalização. Essa campanha foi concebida como verdadeira guerra, buscando erradicar todas as ideias "alienígenas" existentes no país.

Nesse contexto, iniciou-se uma grande onda de perseguição aos alemães e seus descendentes. Muitos foram acusados de espionagem e envolvimento com a causa nazista. A proibição ao idioma alemão em público foi levada aos extremos; livros escritos em alemão foram destruídos; existem relatos de que documentos contendo registros de nascimento, batismo, casamento e óbito e vários documentos oficiais foram incinerados pela polícia brasileira; afinal, eles eram, de acordo com os jornais, "os estrangeiros perigosos".

Para Benevides:

As chamadas aos leitores, sempre de cunho sensacionalista, eram acompanhadas de relatos pertinentes a investigações promovidas em todo país. Expressões como "espião", "articuladores de espionagem", "trama nazista" e "complô germânico", aliadas às derivadas do quinta colunismo, são repetidas com o intento de integrá-las ao vocabulário dos que liam, trocavam idéias, transmitiam informações e davam, sob provocação do jornal, a cada caso isolado a dimensão de uma catástrofe quase inevitável (BENEVIDES, 1991, p. 108).

As matérias que veiculavam o nacionalismo e a democracia brasileira eram frequentes; entre elas, destacamos a manchete "Somente o Brasil é eterno"<sup>68</sup>, que foi publicada como pauta em uma entrevista do interventor Manoel Ribas cedida ao repórter Santos Junior da Agência Nacional, publicada pelo Diário da Tarde de 25 de outubro de 1943, quando o mesmo faz grande alusão a Vargas e a seu papel unificador da nacionalidade brasileira:

O Presidente Vargas (...) Creou o grande Brasil brasileiro, em lugar do Brasil que fazia se paulista, mineiro ou gaúcho, (...) Hoje somos uma pátria só com um só colorido e um sentido único. O Paraná segue pelos caminhos firme do Estado Nacional. Não hesitarei em esmagar os que tentarem atirar obstáculos à nossa marcha (...) (Diário da Tarde, 25/10/1943, p. 05).

Essas notícias que fomentavam o discurso do nacionalismo contra as etnicidades auxiliavam no desprendimento daquele sentimento de "boa vizinhança" que existia até então. Muitos cidadãos não compreendiam a repressão a essas pessoas de origem étnica diferenciada, até porque elas não representavam perigo algum; ainda não compreendiam o motivo do envolvimento do país na guerra e muito menos as dificuldades que tinham que enfrentar pela mobilização de guerra.

Ao lidarmos com a dificuldade das pessoas entenderem a real necessidade do Brasil participar da guerra "fornecendo material humano para ser consumido nas trincheiras na Itália", compreendemos o papel fundamental da intervenção varguista na imprensa. A imprensa paranaense também tinha seus rumos controlados pelo DIP e passava pelo vigoroso controle do órgão. No estado do Paraná, os periódicos tiveram a responsabilidade de legitimar a ideia de que era necessário construir um país soberano

---

<sup>68</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 25. Out.1943, p. 05.



e seguir sem titubear o projeto de nacionalidade, não importando os esforços que fossem necessários para tal fim.

Com seus discursos inflamados, Ribas defende a manutenção da ordem (conservadorismo) e o seguimento à risca do projeto de nacionalização de Getúlio. Em um de seus discursos, asseverou que "nunca deixara de pertencer as classes conservadoras, nunca deixara de ser um homem de negócios, estando por isso mesmo integrado na classe que faz, cria e prospera em todos os sentidos"<sup>69</sup> Dessa maneira, conseguia apoio da imprensa, dos intelectuais, das famílias tradicionais para continuar a executar um regime ditatorial sem ter que ficar se preocupando com a oposição.

A investigação de matérias produzidas pela imprensa teuto-brasileira contribuiria grandemente para uma averiguação do pensamento alemão sobre o estado do Paraná e ainda ajudaria a compor um cenário mais balanceado sobre a imprensa paranaense.

Destarte, em estudo recente o historiador Rafael Athaides aponta que não há nenhuma produção de cunho nacional-socialista tipicamente paranaense, pelo contrário:

Com relação ao trabalho da imprensa teuto-brasileira, não encontramos nenhum jornal de cunho nacional-socialista produzido no Paraná. Apenas verificamos que alguns partidários recebiam o jornal paulista *Deutscher Morgen*, cujo redator era o próprio chefe nacional o NSDAP, Hans Hering von Cossel. O *Deutsche Morgen*, como já nos referimos, em determinado momento passou a ser o único periódico permitido para filiados do Paraná. Por outro lado, comprovamos também a existência de um jornal germânico de oposição, produzido em Curitiba. Trata-se do jornal católico *Der Kompas*, que assim como o curitibano *Diário da Tarde* (obviamente, sob outro ponto de vista) desferia duros golpes à ação dos partidários (ATHAIDES, 2007, p. 105).

Por fim, pautados nessas informações, destacamos que a imprensa paranaense teve um papel aliciador da população curitibana em relação aos imigrantes alemães durante a Segunda Guerra Mundial, já que possuía um papel de integração do discurso

---

<sup>69</sup> *Diário da Tarde*, Curitiba, 26 de janeiro de 1944, p. 01.

nacionalista de Ribas e era contra aqueles que não aceitavam a personificação do inimigo de guerra nos alemães que aqui habitavam.

Não queremos apresentar a imprensa como única responsável pelo comportamento da população frente aos imigrantes e descendentes de alemães em Curitiba, tampouco creditar à mesma um poder avassalador que ela por si só não possui. cremos no papel fundamental que a imprensa paranaense desempenhou junto a outros órgãos do Estado Novo na perpetuação de ideias contrárias à presença de elementos de origem germânica no Estado do Paraná, porém alertamos o leitor que se não houvesse um clima propício de insatisfação frente aos atentados sofridos por navios mercantes brasileiros e a consolidação do clima de guerra ao Eixo, essas notícias não obteriam a credibilidade da população curitibana, não haveria uma rede de denúncias e muito menos protestos em praça pública sucedidos de quebra-quebras.

Ressaltamos que essa imprensa tão prestativa nos momentos de êxito da interventoria de Ribas, no final da guerra e pós-afastamento de Vargas do poder foi se distanciando deste e conferindo ao interventor duras críticas. Essa mudança de atitude no posicionamento dos jornais comprova que a imprensa periódica é uma grande força política que, além de registrar e comentar seu momento histórico possui a capacidade de produzir representações/imagens da sociedade e de influenciar, em certa medida, a opinião pública (REZENDE, 2005, p. 90).

### 3. REPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA ALEMÃES EM CURITIBA

A guerra trouxe à cidade de Curitiba uma dinâmica nova, a vida cotidiana ganhava novo sentido diante da possibilidade dos ataques aéreos e da presença de elementos contrários à paz dentro da própria cidade.

Vivenciar o medo ou atuar contra ele? Essa pergunta tangia boa parte da população da capital paranaense, dado o fato que a presença de imigrantes era muito arraigada e aceitar que estes eram sujeitos perigosos era uma enorme complexidade. Os alemães estavam em muitos lugares e participavam de muitos círculos sociais, mantinham suas tradições e ao mesmo tempo mantinham relações com todas as esferas e camadas sociais.

Se para muitos era difícil entender que o "bom vizinho" de até pouco tempo agora era um agente pernicioso do Eixo, para o imigrante e/ou descendente alemão era inaceitável ser taxado de agente nazista sem nunca ter participado do partido. Cabe frisar que o NSDAP foi extinto em 1938 em todo o país obedecendo ao Decreto-Lei nº 383; logo, o NSDAP/PR também foi colocado na ilegalidade e os pouco mais de cento e oitenta membros se dispersaram, alguns continuaram fiéis à causa e agiam na clandestinidade, outros – que aderiram ao partido acreditando ser um ato de civismo ou de pertencimento à pátria Alemanha – foram esquecidos ou fizeram-se esquecer, ocupando posições sem destaque na sociedade.

A Campanha de Nacionalização imposta a partir de 1938 pelo Estado Novo já havia alterado as relações entre brasileiros e imigrantes, modificando as formas de "ver o outro". As decisões políticas do início de 1942, agregadas ao afundamento de navios brasileiros, levaram à construção de uma legislação privativa a esses imigrantes, a execução de prisões, a formulação de extensos e inacabados interrogatórios e a formação de uma intrincada rede de denúncias contra os "traidores da democracia".

O discurso nacionalista estava vivo em todos os lugares, as mensagens de orgulho da nação e de luta contra os inúmeros *ismos* que impediam o fortalecimento do Brasil eram repassadas nos jornais, nas rádios e nos comícios. Infelizmente a interpretação desses discursos nem sempre foi positiva, muitas pessoas interpretaram de maneira agressiva a situação e procuraram a paz pelas vias da força e da violência.

Comícios, quebra-quebras, vandalismo oriundos de um medo imposto por uma situação inexistente. Medo que automaticamente gerava mais medo, de um lado e do outro o clima era tenso, e se do lado brasileiro repreender era o verbo, do lado imigrante o mais usado era silenciar.

Neste capítulo final, intentaremos mostrar como se desdobrou a repressão e a ação da polícia política em relação aos imigrantes alemães; também demonstraremos as ações populares contra os "súditos do Eixo". Temos ainda como finalidade apresentar as mudanças legais que inferiorizavam essas comunidades imigrantes e prejudicavam ainda mais o relacionamento social, buscando, através desses fatos, levantar possibilidades de compreensão para a repressão excessiva que ocorreu em Curitiba contra os alemães de 1942 até 1945.

### **3.1 Mudanças legais contra imigrantes *eixistas* pós-1942**

Um dos momentos mais tensos da política americana em relação ao conflito mundial ocorreu no Brasil durante a Conferência dos Chanceleres, em janeiro de 1942, onde, depois de acirrados debates as potências americanas resolveram romper as relações diplomáticas e comerciais com as potências do Eixo. Com pequenas exceções – Argentina e Chile –, todos os países declararam sua insatisfação perante

os fatos ocorridos no final de 1941, quando o Japão atacou premeditadamente boa parte da frota marítima dos EUA em Pearl Harbor.

Em um estado de exceção – governo autoritário –, o Brasil tinha em mente que sua adesão em conjunto às potências pan-americanas não feriria sua neutralidade em relação ao conflito bélico. Um fator bastante contrastante com as políticas internas adotadas logo após a declaração de rompimento: como poderiam manter a neutralidade adotando medidas repressivas específicas aos países do Eixo?

Essa questão parece-nos pertinente ao avaliarmos a documentação repassada às delegacias e estampadas em vários jornais do país, documentos estes que feriam a integridade dos imigrantes e descendentes dos países do Eixo frente à manutenção da nacionalidade brasileira. Salientaremos algumas portarias que tiveram maior predominância nas delegacias de polícia e alteraram de forma significativa a visão que os brasileiros tinham dos imigrantes.

A primeira delas circulou quase que imediatamente após a declaração de rompimento de relações diplomáticas. Em 28/01/1942, a Portaria nº 30 (Chefatura de Polícia/PR) preconizava restrições aos estrangeiros em caráter geral. A referida portaria constitui na maior interferência no cotidiano dos imigrantes do Eixo desde a Lei de Nacionalização em 1938. Na capital paranaense, a portaria é divulgada em todos os jornais, tendo como principais proibições: a) Mudar de residência sem devida autorização; b) Portar armas de fogo, obrigando a devolverem mesmo as que possuíssem registro legal; c) Comercializarem armas, munições e materiais explosivos; d) Viajarem sem salvo-conduto fornecido pela DOPS; e) Reunir-se mesmo para comemorar festas particulares, como aniversários ou bailes; f) Discutir ou falar sobre o contexto internacional; g) Realizar viagem aérea sem licença especial da DOPS; h) O uso do idioma nas conversações em locais públicos; i) Distribuição de quaisquer escritos nos idiomas do Eixo; j) Cantar ou tocar hinos e músicas de nações eixistas; k)

Fazer saudações peculiares aos partidos políticos; l) A exibição em local acessível de retratos de membros de governo das três nações do Eixo.

Essa portaria abalou sobremaneira as relações sociais em Curitiba, os jornais noticiaram com muita ênfase as restrições e ainda produziram discursos sobre a correta interpretação dessas leis e sobre o perigo que a população seria submetida se não colaborasse com elas.

Algumas dessas restrições ficaram bastante visíveis ao analisarmos a documentação da DOPS referente aos anos de 1942 a 1945; na pasta da Companhia de Força e Luz do Paraná<sup>70</sup>, podemos observar medidas que atingiram os descendentes de alemães que ali trabalhavam. Em 03/02/1942, através de seu gerente geral (P. A. Werneck), a Companhia de Força e Luz do Paraná entrou em contato com o interventor estadual para informá-lo das seguintes situações: que recebera ordens da administração geral no Rio de Janeiro para afastar da empresa todos os funcionários que fossem oriundos de países do Eixo, visando à proteção da usina hidroelétrica de Chaminé, a rede de transmissão de energia e a subestação de Capanema. Alerta o interventor que a companhia havia dispensado imediatamente doze funcionários de origem alemã que trabalhavam em cargos que poderiam ocasionar danos e reservou em outra lista mais doze nomes de alemães e italianos que julgava não poderem comprometer a referida companhia. O gerente da companhia, mediante o posicionamento tomado pelos países americanos frente ao ataque aos EUA, acreditava que poderia contar com o auxílio da Polícia para identificar no quadro funcional da empresa elementos que pudessem ser nocivos a mesma.

Os funcionários indicados pela polícia seriam prontamente afastados de seus trabalhos, garantiu o gerente, e poderia ocorrer sem ônus pra empresa a reintegração

---

<sup>70</sup> Companhia Força e Luz do Paraná – Pasta temática n°299 – Topografia 32.

de elementos que a polícia não apresentasse ressalvas. Junto com esse ofício, a companhia encaminhou uma lista com 24 nomes, dentre os quais 12 já haviam sido dispensados.

Em 15/02/1942, em resposta à Secretaria de Segurança e à empresa, foi emitido um ofício informando que quatro dos doze dispensados efetivamente possuíam pensamentos subversivos e eram adeptos do NSDAP. Logo, oito funcionários foram dispensados de seus trabalhos apenas por especulação; grosso modo, esses casos particulares parecem não significar muito, porém ao analisarmos o todo, percebemos que muitos imigrantes e descendentes perderam seus empregos apenas pela suspeição, sem contar aqueles que tiveram que sair da faixa de fronteira e da faixa litorânea, abandonando suas casas e seus trabalhos.

Essas situações trouxeram à tona questionamentos dentro da própria polícia, as determinações do Estado eram relativizadoras, enquadrando todos os alemães, japoneses e italianos como agentes subversivos do Eixo, o que poderia ser contestado pela prática do dia-a-dia. Em cidades menores como Castro, a aproximação entre o delegado e as pessoas é quase que pessoal, tornando as atividades de cada família conhecida e mais fáceis de monitorar. Um caso interessante é do imigrante italiano Vicente Bavoso, viajante comercial residente em Castro, que pediu a intervenção do delegado local – 1º Tenente João Maria Sobrinho – para que pudesse continuar viajando, visto que:

[...] é casado com mulher brasileira, pae [*sic*] de sete filhos todos menores, já está no Brasil há vinte e oito anos, sempre morando nesta cidade [...] de bons costumes. Acontece que o mesmo ganha a sua manutenção em comissão de vendas que faz, mas como não tem viajado devido a proibição de viajarem, o mesmo tem passado privações com a sua família, pelo que venho informar se mesmo

poderá viajar, o qual só faz o Norte do Estado e Sul do Estado de São Paulo."<sup>71</sup>

O delegado conhecia o cidadão e ao contrário do que poderíamos imaginar, nas delegacias menores algumas solicitações não eram negadas e enviadas a postos policiais maiores, nesse caso, não havia nos documentos um ofício que respondesse à solicitação do delegado, porém pudemos identificar no próprio ofício um despacho do delegado da DOPS proibindo que este viajasse.

Havia casos em que a mão-de-obra alemã era fundamental, logo, retirá-los do trabalho traria prejuízos para empresas brasileiras e não só para os mesmos; um caso que podemos citar é o do alemão Kurt (o relatório não faz menção ao seu nome completo), trabalhador do cais de inflamáveis no Porto Pedro II em Paranaguá. Através do Ofício nº 91 da 5ª RM o Gen. Pedro de Albuquerque, em 24/03/1942, solicita a retirada do referido alemão dos trabalhos que envolviam a construção do cais de inflamáveis, alegando que o mesmo estava envolvido em um acidente anterior que provocara um incêndio no cais. Entretanto, o delegado local, Capitão Pelmyro G. Oliveira, responde à 5ª RM e ao delegado da DOPS Valfrido Piloto argumentando que o relatório que recebera sobre o referido alemão não era verídico, acrescentando que:

O alemão Kurt [...] trabalha na construção do Cais de Inflamáveis sob responsabilidade do Dr. Rodolfo Reischel, Engenheiro da Cia. Christiani Nielsen, **tendo o mesmo engenheiro assinado um termo de responsabilidade, para manter esse alemão e mais três [sic] indivíduos da mesma nacionalidade, que são insubstituíveis nos serviços daquela construção**, até o seu término que se dará dentro de 15 dias, conforme entendimento desta Regional, D.O.P.S. e Dr. Raul Macedo. Nada consta que tenha esse alemão sido autor do incêndio no Cais, na madrugada de 31 de Dezembro de 1940 <sup>72</sup> (grifo nosso).

---

<sup>71</sup> Delegacia Regional de Castro – Pasta Temática nº 4 831

<sup>72</sup> Delegacia de Regional de Paranaguá – Pasta Temática 584A – Topografia 65.



Com os ataques sofridos pelos navios mercantes brasileiros, em 11 de março de 1942 foi divulgado o Decreto-Lei n. 4166, que dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Ficam responsabilizados os direitos e bens de súditos do eixo para darem conta dos gastos oriundos desses ataques.

Essa forma foi adotada pelo governo para que pudesse ter um controle maior sobre as ações violentas da população estava tomando em represália os ataques da marinha alemã, conscientizando-as de que, ao depredar patrimônio alemão, estavam diminuindo as possibilidades de receber de volta os prejuízos. Mais adiante discutiremos essas ações violentas que ocorreram também em Curitiba e em algumas cidades da região litorânea.

Ainda preocupada com questões financeiras, a Chefatura de Polícia do Estado do Paraná promulga, em 20/03/1942, a Portaria nº 90, que dispõe sobre as intervenções nos clubes e sociedades das comunidades italianas e alemãs. Em Curitiba, fica decidido que: (1) o Clube Concórdia passa a ser da Cruz Vermelha, filial do Paraná. (2) a sociedade Giuseppe Garibaldi fica à disposição da Liga de Defesa Nacional, do Centro de Cultura Feminino e da Academia Paranaense de Letras. (3) o prédio da Sociedade Rio Branco fica à disposição do 19º Tiro de Guerra. (4) as diretorias dessas associações apresentariam uma relação dos bens móveis e referidos pertences que existiam nesses clubes.<sup>73</sup>

Essa ação tomada em Curitiba feriu as comunidades alemãs e italianas; naquele momento, muito mais que o valor financeiro dos bens e móveis desses clubes, foram colocadas em xeque as questões culturais e as tradições que esses imigrantes vinham mantendo havia muitas gerações. Esses clubes foram repassados a instituições

---

<sup>73</sup> – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

nacionais de auxílio às questões da Mobilização Econômica, como a Cruz Vermelha, Centro Paranaense de Cultura Feminina, etc.

As portarias estaduais foram promulgadas antes mesmo da declaração oficial de guerra e realmente alteraram o cotidiano de muitas famílias alemãs, não só em Curitiba, mas em cidades menores também. Embora nosso recorte geográfico esteja fixado na capital paranaense, alguns exemplos que retiramos de delegacias de cidades menores auxilia-nos a entender as particularidades que envolviam o processo repressivo.

O delegado de Rolândia, em 12/06/1942, solicita ao interventor Manoel Ribas a permissão para conceder armamento de defesa para sitiados alemães que julgar fora de suspeita, pois a partir da proibição dos imigrantes de países do Eixo portar armas de fogo – Portaria n° 30 –, muitos sítios e fazendas ficaram vulneráveis a ataques e assaltos. Muitas propriedades de alemães haviam sido roubadas e alguns lavradores foram mortos por não terem como se defender. Julgando o efetivo muito diminuto para dar conta de tantas fazendas espalhadas por uma área potencialmente coberta por mata virgem, o delegado solicita a permissão de armar alguns fazendeiros, reiterando que a maioria dos alemães que vive em Rolândia são vítimas do hitlerismo, antinazistas, fiéis católicos ou de origem judaica.<sup>74</sup>

Essas situações dúbias permeiam uma série de questões que envolvem toda a comunidade de imigrantes, já que muitos sofreram com as intervenções, mas poucos tinham a ver com as denúncias populares e nada tinham a ver com o nazismo – que já estava legalmente extinto desde 1938. Muitos relatórios contemplam essas perspectivas diferenciadas, nas quais existem solicitações de imigrantes para viajar,

---

<sup>74</sup> Delegacia Regional de Rolândia – Pasta Temática n° 618A – Topografia 70.

para retornar à faixa litorânea, em suma, para dar continuidade aos seus trabalhos e ao sustento de suas famílias.

Marlene de Fáveri (2005) avança que para as famílias de imigrantes, um dos maiores receios era o de não poder dar sustento à própria família e que ser preso significava a desonra da família. Logo, contavam com pequenas solidariedades, como a de alguns funcionários importantes em delegacias e outros órgãos públicos, ou quando possuíam recursos financeiros recorriam a instâncias jurídicas maiores, como o TSN.

No caso do Paraná, foi possível observar que poucos relatórios fazem menção ao Tribunal Superior Nacional; dessa forma, optamos por não verificar a quantidade de documentos sobre o Estado disponíveis nos arquivos do referido órgão público. Fixamos a pesquisa nos documentos referentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná, sobretudo pelo tempo de pesquisa ser breve, e cruzar dados entre os dois acervos demandaria uma quantidade de tempo que não possuímos para concluir esta pesquisa. Reiteramos que o presente estudo não perde consistência sem esses arquivos, e que os mesmos serviriam de apoio para elucidar alguns processos individuais.

Como já referimos, essas medidas foram promulgadas antes do dia 31/08/1942, quando, mediante o Decreto-Lei n. 10.358, o Brasil declara o estado de guerra em todo o território nacional. A partir desse momento, temos uma situação real de beligerância com os países do Eixo – na verdade contra a Alemanha e a Itália, já que o Japão foi deixado para fora do confronto por não apresentar motivos para sua inclusão. no mesmo.

Logo após a declaração de guerra, surge a preocupação com o tráfego de informações entre os elementos do Eixo e seus respectivos países; sendo assim, em 01/09/1942 a Portaria nº 65 irá tratar sobre a entrega de aparelhos de rádio por parte

de estrangeiros pertencentes às nações do Eixo. A portaria determina: (1) Entrega de rádios receptores de súditos do Eixo às autoridades competentes no prazo de 10 dias após a publicação da portaria. (2) Preenchimento de um auto de apreensão em duas vias. (3) Os aparelhos entregues serão lacrados e ficarão depositados nas sedes das delegacias regionais. (4) Retenção de dados que possam identificar o aparelho e seu proprietário. (5) Os infratores poderão ser retidos e cumprirem pena. (6) Fica a DOPS responsável pela fiscalização.<sup>75</sup>

Em concordância com o Decreto-Lei Federal nº 4701 de 17.09.42, o comércio de rádios transmissores ou receptores obedeceu ao regime normal estabelecido pelas leis vigentes, com restrições aos súditos do eixo. Estes não poderiam comprar, receber doações ou permutar rádios. Os particulares também não poderiam comercializar com eles, ficando sujeitos à perda do aparelho e entre 5 a 10 meses de reclusão.<sup>76</sup>

Essas medidas atingiram também os brasileiros que viviam do comércio desses aparelhos e de seu conserto, muitos rádios foram recolhidos e após 1944, muitos pedidos de devolução eram destinados a DOPS e às delegacias regionais. Pelo que foi possível verificarmos, embora a DOPS tenha ficado responsável pela fiscalização, guarda e manutenção desses aparelhos, muitos foram devolvidos sem a mínima condição de uso, muitos foram perdidos e nunca foram devolvidos para seus proprietários.

As transmissões radiofônicas tornaram-se um tipo de denúncia constante em Curitiba; julgamos que a mais contraditória foi apontada por Boschilia (1995), quando um destacamento policial foi enviado ao Morro do Anhangava para autuar em flagrante uma transmissão de rádio para a Alemanha. Chegando ao local, os policiais

---

<sup>75</sup> – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

<sup>76</sup> Idem

perceberam o engano, já que estavam ali colegiais e freiras do Colégio Sion, prontos para retornar de um convescote dominical.

De Fáveri (2005) chama a atenção para o caráter cultural do rádio, alegando que ao ser retirado do âmbito familiar, alterou sobremaneira as práticas diárias e o cotidiano de muitas famílias foi modificado por não poderem contar com o único entretenimento e fonte de notícias de familiares que estavam na guerra.

Apreensão de armas, de rádios e de bens em geral; mais do que isso, era a legitimação de uma culpa não existente. Os decretos 4166 e 4766<sup>77</sup> justificavam qualquer apreensão, inclusive extorsões, chantagens envolvendo dinheiro e bens desses imigrantes. Essas ações não foram tomadas somente para reagrupar os investimentos perdidos pelo Lloyd Brasileiro, até porque a maioria das embarcações da empresa de navegação possuía seguro; a intenção real era conter as ações de populares contra residências e comércios de imigrantes do Eixo.

Diante desse amontoado de normas e leis, os brasileiros natos também tinham que se adaptar e incorporar as novas medidas. Um caso interessante que verificamos na Gazeta do Povo de 03/5/01493 foi uma justificação judicial de nome, na qual o brasileiro nato Gustavo Suckow declara publicamente que não possui ligação com nenhuma potência do Eixo e que embora usasse seu nome abreviado, seu nome verdadeiro era Evaldo Joaquim Gustavo Suckow, industrial, casado e residente em Curitiba na Alameda Augusto Stelfeld, 1296<sup>78</sup>. Esse tipo de notícia em jornais e em cartórios era comum naquele momento, era necessário se precaver dos manifestantes alvoroçados que não paravam para reconhecer as pessoas, bastava que estas

---

<sup>77</sup> Decreto-Lei n. 4766 – Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências. – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática n° 1747 – Topografia 209.

<sup>78</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 03.05.1943, p. 04.

tivessem um sobrenome um pouco mais diferenciado que já seriam alvo fácil das depredações e da violência da população.

Dada a necessidade de manter um controle absoluto sobre as populações de “súditos do Eixo”, em 12/11/1942 a Secretaria de Interior e Justiça e Segurança Pública divulgou a Portaria nº 147, estabelecendo a obrigatoriedade do salvo conduto para que elementos súditos do eixo e de países satélites pudessem locomover-se. Essa exigência já ocorria mediante a Portaria nº 30, tendo sido publicada em 03/02/1942 no Diário da Tarde com a chamada “A Exigência do Salvo-Conduto”, em que esclarecia as seguintes questões:

**I** – A obtenção de salvo-conduto só é necessária para os súbditos da Alemanha, Itália e Japão.

**II** – Os brasileiros e os súbditos de outras nações, para poderem viajar, dentro ou fora do Estado, terão que estar munidos, apenas, da carteira de identidade, título de eleitor ou carteira profissional e certificado de reservista.

**III** – A expedição de salvo-conduto será feita: Das 9 às 11, das 13 às 17 e das 19 às 21 horas, diariamente, junto a Seção de Estrangeiros da Delegacia de Ordem Política e Social, instalada no 2º pavimento do prédio n. 958, da rua Marechal Floriano Peixoto.

**IV** – Para nacionais ou naturalizados que não possuam nenhum dos documentos de identidade especificados no Item II, será mantida, em caráter precário, no saguão do pavimento térreo do aludido edifício, uma seção de expedição de salvo-condutos. Aconselha-se, a todos os nacionais ou naturalizados que não possuam outros documentos de identidade, a obterem, no Instituto de Identificação, a respectiva carteira.

**V** – Somente será fornecido salvo-conduto a quem a Delegacia de Ordem Política Social julgue identificada e isenta de suspeita, e que apresentar duas fotografias de 3x4 cms, e um selo de R2\$000, estadual e o de Educação e Saúde [sic]<sup>79</sup>.

As viagens realizadas como “excursões” deveriam inclusive passar pelo controle da DOPS, evitando a locomoção ou a fuga de elementos subversivos para dentro ou fora do Estado. Somente através de uma licença especial da DOPS que essas atividades poderiam ocorrer. Em parte, a Portaria nº 128, que pautaria e regulamentaria

---

<sup>79</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 03.02.1942, p. 03.

tais questões, já que dispunha sobre acesso ao litoral pelos “súditos do Eixo”. Essa portaria determina que: (1) O acesso às praias de banho e regiões balneárias paranaenses será concedido mediante pedido na DOPS. (2) Para obter a permissão, deverão se encaminhar à 5ª RM. (3) As populações residentes na faixa litorânea também estão sujeitas às exigências. (4) Fica a Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá responsável pelo controle e fiscalização do processo de viagem.<sup>80</sup>

A notícia gerou um grande alarde na população e foi tão detalhada que se fez divulgar nos grandes jornais paulistas, como o Diário de São Paulo, propagando que as viagens para praias paranaenses só seriam permitidas com o consentimento da DOPS. A medida ser estendida inclusive às pessoas que já residiam na faixa litorânea nos parece um tanto exagerada; afinal, o contingente policial das praias era diminuto em relação ao número de banhistas, e ainda que fosse suficiente, seria um tanto inusitado cercar as praias e exigir uma identificação para usá-las.

Para finalizar essas medidas coercitivas, frisamos a Portaria nº 3, de 11 de fevereiro de 1944, a qual, por sua vez, apresentava medidas de segurança pública durante o carnaval. Entre as principais, elencamos:

- (1) Os bailes públicos só serão realizados mediante licença expedida pelo DEIP, devendo terminar até as três da manhã.
- (2) Os estandartes deverão ser vistoriados e liberados pelo DEIP e DOPS.
- (3) Blocos, cordões ou agrupamentos carnavalescos deverão pedir licença a DSP para saírem às ruas.
- (4) É vetada a utilização de máscaras e disfarces que prejudiquem a identificação pessoal.
- (5) Os blocos não deverão exceder 30 pessoas e cada uma deverá recolher Cr\$ 2,00, exceto os menores de 14 anos.
- (6) Fantasias e canções consideradas imorais e grupos de indivíduos maltrapilhos são proibidos, bem como, todo gesto ou objeto que atente contra a moral.
- (7) Proíbe o uso de fantasias que se assemelhem com uniformes de corporações.
- (8) Será autuado em flagrante o proprietário de bar que vender bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, aqueles que já se encontrarem alcoolizados, pessoas com problemas mentais e pessoas que possuem proibição legal para frequentar locais onde se consomem bebidas

---

<sup>80</sup> Portaria 128 de 05/04/1943 - Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

alcoólicas. (9) não será permitida a presença de pessoas armadas em bailes públicos. (10) o uso do lança perfume será fiscalizado pela policia. (11) proibida a presença de menores de 18 anos. (12) as transgressões as determinações acima serão passíveis de pena. (13) fica proibido a circulação de qualquer meio de transporte na rua XV de Novembro. (14) nos dias de carnaval o transito da rua XV será impedido das 13 às 23 horas. (15) no interior do estado fica a cargo das respectivas delegacias monitorarem os festejos de carnaval e aplicar a referida portaria.<sup>81</sup>

Ainda existem outras medidas legais que recaíram sobre a população curitibana, ao contrário do que podemos imaginar, essas restrições não eram exclusivas aos “agentes subversivos do Eixo”, pois para que elas pudessem funcionar a população de origem brasileira e a população de imigrantes que nada tinha a ver com Hitler, Mussolini e Hiroito tiveram que pagar altos preços e reorganizar seu modo de vida a fim de atender às necessidades do Estado.

### **3.2 A rede de denúncias em Curitiba, a ação da DOPS e o silêncio como forma de oposição**

No jogo de poder entre o Estado e os imigrantes e descendentes de países do Eixo não havia espaço para explicações e justificações, bastava estar de um lado ou de outro, ou a favor das restrições impostas ou contra. É evidente que se posicionar contra o governo era assumir as responsabilidades de um criminoso, proteger imigrantes da polícia ou servir como intermediador entre ambos, naquele momento, se constituía uma tarefa penosa.

As práticas cotidianas foram alteradas e abriram um vasto campo para que revanchismos e intrigas fossem realizados. Muito aquém dos conflitos étnicos, do

---

<sup>81</sup> Portaria 3 – – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.



perigo alemão, estavam as vinganças pessoais, as quais iam desde o mais simples boato até a grave acusação de ser simpatizante da Alemanha nazista e discutido abertamente contra o Brasil e seus governantes.

Essa repentina tomada de consciência acerca da identidade nacional trouxe fez emergir um cidadão cada vez mais atento e crente da existência de um inimigo comum; o “perigo alemão”<sup>82</sup>. Essa vigilância demasiada gerava, por sua vez, uma série de denúncias contra alemães, descendentes e até mesmo pessoas próximas aos que eram considerados “eixistas”.

Antes de apresentar as ações repressivas, as denúncias clandestinas e os entreveros entre a população “nacional” contra os “estrangeiros súditos do Eixo”, discutiremos algumas ideias que nos auxiliarão a analisar esses antagonismos sociais.

O clima de guerra instaurado na sociedade curitibana trouxe uma realidade de interações sociais completamente novas, alterando as antigas relações cordiais entre a população luso-brasileira e os imigrantes diversificados que habitavam a capital paranaense. A guerra – próxima ou não – aflorou o sentimento de identidade nacional, tornando claras as alteridades existentes naquela sociedade.

Bronislaw Baczko adverte-nos para uma discussão de suma pertinência, ao questionar sobre os imaginários sociais:

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, nesse tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles tem de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? [...] Não será que o imaginário colectivo intervêm em

---

<sup>82</sup> Para maior entendimento conceitual do termo, consultar: GERTZ, RENÉ. O perigo alemão. Porto Alegre. Editora da UFPRS, 1991.

qualquer exercício do poder e, designadamente, do poder político? (BACZKO, 1995, p. 298).

Neste sentido, as situações conflituosas estão intrinsecamente ligadas às questões de identidade, como categoria de distinção e da proliferação de um imaginário social coletivo. Baczko (1995, p. 309) alega que “designar a identidade coletiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados”.

Ansart (1978, p. 6) entende que uma prática social, reunindo de modo ordenado comportamentos individuais voltados para finalidades comuns, supõe uma estrutura complexa de designação, de integração significativa, de valores; um código coletivo e interiorizado, que tem como principal força uma ideologia, seja ela religiosa, mítica ou política. Ainda complementa no sentido de que:

A ideologia política renova o empreendimento mítico e religioso da identificação dos indivíduos. Convocando um grupo particular (partido, classe, nação) para uma ação também particular, estabelece as fronteiras e recria os instrumentos de magnificação do grupo envolvido. Para que seja possível a ação, é necessário que a linguagem participe da manutenção das lealdades individuais em relação a coletividade e, para tal, entretenha o jogo da identificação do ego no grupo (ANSART, 1978, p. 40-41).

O estabelecimento de parâmetros para “amigos” e “inimigos” mediante as questões da identidade étnica é um dos fatos que permite nortear os fatos ocorridos em Curitiba no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Cuche enuncia que: “A identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos” (2002, p. 190).

A imposição das diferenças pode se prolongar em uma política de segregação dos grupos minoritários obrigados a ficar em seu lugar – ou ser submetido a questionamentos e regras que não são válidas para toda a sociedade. Fatos que foram evidenciados por toda comunidade de alemães durante o Projeto de Nacionalização e o período da Segunda Guerra Mundial, quando essa comunidade teve que se sujeitar a normas discriminatórias que de certa forma a diminuía socialmente, mesmo quando esta já se considerava integrada à sociedade paranaense.

Essas relações com o “outro” desenrolam-se de forma que fica visível a dissonância entre a identidade individual e a identidade coletiva. Se o “eu” tende a suprimir o “nós” na balança das prioridades, como ressalta Elias (1997), quando as questões são de ordem coletiva e tendem a prejudicar o grupo social ao qual o indivíduo pertence o sentimento de coletividade desperta, e “quando se trata dos outros, isto permite todas as generalizações abusivas. O artigo definido identificador permite reduzir um conjunto coletivo a uma personalidade cultural única, apresentada geralmente de forma depreciativa” (CUCHE, 2002, p. 189).

Para Ansart (1978, p. 13), o sujeito é constantemente convocado a autodefinição, a reconhecer-se na imagem que lhe é proposta, consolidando-a nas relações com o outro. Naquele momento de alteração do quadro político, o sujeito fora chamado a atender aos desígnios da nação e reconhecer sua condição de brasileiro combatente dos perigos oferecidos pelos “súditos do Eixo”, isto é, a mobilizar-se. Pierre Ansart é categórico ao afirmar que “ao obter a mobilização entusiasta dos cidadãos, o Estado suscita energias e as canaliza para seus objetivos, criando assim excedentes de energias, simultaneamente um acréscimo de poder (1978, p. 257).

As reflexões de Denys Cuche, Bronislaw Baczko e Pierre Ansart a que aludimos anteriormente são importantes para as discussões levantadas a seguir; portanto, procuraremos apresentá-las de forma a entender como a população curitibana atendeu

aos chamados da nação, participou das campanhas de arrecadação e de mobilização econômica e especialmente posicionou-se contra aqueles que eram considerados contrários à Nação Brasileira.

A proibição do idioma natal foi para os imigrantes a maior represália no período estudado; as escolas estrangeiras foram fechadas sem nenhuma perspectiva de mudanças ou de substituição por escolas de ensino em português. A língua foi a grande válvula de escape para as complicadas justificativas policiais de apreensão, prisões e violência contra imigrantes. Era necessário unificar o idioma e a todo custo emudecer as falas estrangeiras.

É evidente que a declaração de guerra desencadeou na população uma crescente insatisfação com a presença de imigrantes pertencentes ao eixo no país, principalmente os alemães. Iniciou-se uma grande onda de perseguição aos alemães e seus descendentes; muitos foram acusados de espionagem e envolvimento com a causa nazista. Inúmeras denúncias partiram dessa matriz, a língua.

Em Curitiba, a própria sociedade civil, “ameaçada” pelo “perigo alemão”, tomava por conta própria atitudes que visavam a coagir os imigrantes e descendentes de alemães. Ameaças à integridade física desses indivíduos, destruição de seus estabelecimentos comerciais e residências fizeram parte do cotidiano curitibano durante a Segunda Guerra.

Marlene de Fáveri (2005) reforça a presença de uma série de atores que compactuavam com a manutenção das leis proferidas pelo Estado Novo, que iam desde os policiais (aparato legal), inspetores de quarteirão e vizinhos, sempre prontos para colocar seu patriotismo em dia. Assinalamos, pautados nas ideias discutidas por Jameson (1992, p. 86), que se ocorreu a emergência dessas novas identidades na sociedade curitibana, ou seja, novos sujeitos históricos nessa dada coletividade, é

justamente porque a situação histórica (o estado de guerra) possibilitou seu aparecimento, uma espécie de resistência social perante a uma situação adversa.

Mediante o fato de grande parte dessas reclamações e denúncias ser destinadas ao próprio presidente, a institucionalização das denúncias políticas foi decretada, o que contribuiu para aumentar o número delas, que cada vez mais tratavam de vinganças pessoais e não de acusação verdadeira. Segundo Cancelli:

Um dos casos que mais trabalho deu aos agentes policiais foram as denúncias feitas por Luís Correia, ou Bengalinha, um conhecido escroque de Curitiba, que, usando o pseudônimo de Guaracy, enviou a Polícia do Distrito Federal seis boletins diferentes contendo uma infinidade de acusações, até ser desmascarado por uma investigação da polícia do Paraná (CANCELLI, 1993, p. 142).

De acordo com a autora, as denúncias populares serviam para evidenciar o grau da vigilância e da tolerância da população civil em relação a esses imigrantes. Na medida em que esses cidadãos se reconheciam como sujeitos capazes de interlocução pública, tinham o “poder” de desestabilizar/subverter determinadas situações, no caso apontado, legitimar a repressão aos alemães na capital paranaense. Paoli & Telles (2000) pontuam que em torno desses sujeitos coletivos abrem-se horizontes de possibilidades que não se deixam encapsular nas suas singularidades de classe, gênero, raça ou etnia.

Observamos essas denúncias como formas eficazes de controle social; naquele momento de tensão, qualquer problema – por mais simples que fosse – era passível de uma denúncia formal ou anônima. Como já postulamos, a questão étnica era importante, mas por inúmeras vezes foi suplantada por pequenas disputas de poderes, ciúmes entre vizinhos, inveja e antigos ressentimentos.

Essa rede de denúncias que se constituiu em todo o país não era restrita às classes inferiores, envolvia também os altos escalões políticos e os grandes

empresários. Nos relatórios da antiga DOPS, pudemos observar uma série de denúncias internas entre policiais, acusando uns aos outros de oferecer guarida a imigrantes ou a fazer corpo mole diante de situações que feriam a Nação.

Dentro da própria polícia havia denúncias, um exemplo que verificamos foi uma extensa denúncia formal realizada pelo aspirante à delegado da cidade de Assai, Benoit Santos Cidreira, indiciando o investigador Lafayette Vasco Toledo e o delegado da cidade de Paranaguá, Capitão Pelmyro G. de Oliveira, a serem coniventes com inúmeras situações de crime contra a pátria. No relatório encaminhado ao Delegado da DOPS, Sr. Valfrido Piloto, o aspirante relata que ao pernoitar na cidade, evidenciou inúmeras irregularidades, como reuniões de elementos do Eixo e que a proprietária da pensão onde pernoitou falava abertamente a favor de Hitler. As críticas foram prontamente rebatidas pelo delegado regional de Paranaguá e foram arquivadas, porém o subterfúgio da denúncia em troca de cargos e promoções parece ser uma prática comum naquele momento.

Algumas denúncias chamam a atenção pelo seu grau de particularidade, um exemplo pode ser obtido com a prisão do indivíduo Carlos Exfeling, detido em Antonina pelo delegado regional. Ao ser indagado pelo delegado da DOPS sobre os motivos da detenção, responde o seguinte:

[...] o mesmo é filho de alemães, casado com uma alemã, empregado da empresa Matarazzo, tem livre acesso aos navios, **é inteligente e se traja bem, recebendo cerca de CR\$ 800,00 ao mês, o que potencialmente o torna passível de suspeita e de necessária sindicância**<sup>83</sup> (grifo nosso).

Essas particularidades, atreladas ao contexto geral da repressão, auxiliam-nos a reforçar nossa hipótese de que a repressão no Paraná foi desmedida e que a ação da

---

<sup>83</sup> Delegacia Regional de Antonina – Pasta Temática nº 4791.

polícia política estava forçando situações visando a distrair a população com outras preocupações.

Outra fixação interessante das denúncias populares são as fotografias de lideranças políticas como Hitler, Mussolini e o ex-líder da AIB Plínio Salgado. Em 06/04/1942, após uma denúncia telefônica, foi realizada uma inspeção rigorosa na residência de Arcendino Neves, sito a XV de novembro, 1124, apreendendo material considerado subversivo – livros em idioma alemão e italiano, cadernos e livros com o Sigma -  $\Sigma$  - na capa, livros de autoria de Plínio Salgado, revistas de cunho integralista e fotos.

Quando indagado pelo investigador se possuía fotos do líder Plínio Salgado, o proprietário afirma que as teria queimado, sendo então fichado na DOPS, mas não há afirmação dele ter sido retido; no dia 07/04/1942 encontramos que foi lavrado um auto de apreensão dos itens encontrados assinado pelo investigado e pelas autoridades competentes.

Um caso que chamou nossa atenção foi o da Pensão Kreutz. Nessa pensão, localizada na Rua Candido Lopes, 261, na cidade de Curitiba, foram realizadas várias apreensões pela polícia local. No dia 03/04/1942, foi recebida pela polícia uma denúncia avisando que na rua supracitada existia uma reunião; na averiguação, foram encontrados quatro homens e duas mulheres, todos de nacionalidade alemã. Foram apreendidas algumas revistas e livros e todos foram intimados a comparecer na delegacia.<sup>84</sup> Foram apreendidos materiais considerados subversivos dos seguintes hóspedes: Jacob Kreutz (Proprietário da Pensão), Hoenig, Hortumut Decomain, Jacob Lamoen, Alfredo Holnig e Hans Martin Otto Schottge.

---

<sup>84</sup> Relatório 388 – Ação Integralista Brasileira – Pasta Temática 007 – Topografia 001.

Pelo que consta nos relatórios, todos foram liberados, porém foram colocados em suspeita, merecendo um cuidado especial dos investigadores.

No dia 12/07/1942, o inspetor Armando Ribas Brasil, ao jantar no Restaurante Bar Paraná, fez o seguinte relatório:

Hoje aproximadamente as 6,30 horas da tarde, encontrava-me jantando no Restaurante Bar Paraná, à rua 15 de novembro, quando entraram **JACOB DE TAL, proprietário de uma Pensão sita á Rua Candido Lopes** e mais GHILHERME BENECKI, tendo este ultimo ao se defrontar com o proprietário do aludido estabelecimento feito a saudação nazista em contrario a proibição de nossas leis, não tendo entretanto o proprietário do estabelecimento respondido a saudação<sup>85</sup> (grifo nosso).

Embora o proprietário da pensão Kreutz não tenha respondido à saudação, foi retido pra esclarecimentos. A fiscalização sobre o alemão e a pensão cresceu e no dia 15/07/1992, atendendo às ordens do delegado, foi realizada uma nova revista na pensão de Jacob Kreutz, sendo recolhidos vários livros e revistas em alemão e vários folhetos de propaganda antinazista e contrária ao quinto colonismo.

No dia 16/10/1942, um novo relatório do DOPS relativo à Pensão Kreutz foi emitido pelo delegado, alertando que a mesma poderia ser ponto de descanso de sujeitos em atividade de observação ou ligação com países eixistas. Levando em consideração que o referido proprietário já havia sido detido outras vezes, e que apesar da DOPS deixá-lo na impressão de que não suspeitava mais de sua pessoa, manteria uma investigação assídua em sua pensão.<sup>86</sup>

A dinâmica da suspeição era tamanha que no dia 27/09/1943 foi solicitada a presença de um agente da DOPS para averiguar um novo chamado na Pensão Kreutz, pois haviam desenhado, na primeira página de exemplar da Gazeta do Povo, a cruz

---

<sup>85</sup> Notamos que o inspetor não sabia o nome correto do alemão e preencheu o relatório completando com DE TAL. Pensão Kreutz – Pasta Temática nº 1555 - Topografia. 188.

<sup>86</sup> Ofício 283 do Quartel General da 5ª RM – Pensão Kreutz – Pasta Temática nº 1555 - Topografia. 188.



suástica<sup>87</sup>. O jornal foi recolhido – conforme figura anexa – e o proprietário foi à delegacia para dar esclarecimentos, argumentando que isso não passava de uma brincadeira de alguém mal intencionado, sem interesses políticos, só para prejudicá-lo.

Ao analisarmos a página de jornal, é quase impossível verificar o desenho da cruz suástica, somente ao fazer um recorte e ampliá-lo podemos perceber o desenho. Reiteramos que essa pensão suscitou inúmeras denúncias na DOPS, já que o local foi cenário em 1940 de um churrasco organizado por Alfred Andersen – chefe da propaganda nazista no Paraná –, evento que acarretou a detenção de todos os participantes para prestarem esclarecimentos na delegacia, já que o NSDAP estava proibido de se reunir em todo o país.

Uma última consideração acerca dessa pensão é que seu endereço era o mesmo da revista nacionalista “Idéia”, que se apresentava como um jornal de difusão litero-educacional, mas que publicava diversas matérias sobre o nacionalismo, sobre a guerra em curso e sobre o que consistia servir o país. Sob a direção de Glauco Sá Brito, mantinha números sem uma periodicidade definida e trazia no corpo do jornal, no canto superior direito, o endereço Rua Candido Lopes, 261, sendo este desde a década de 1930 o endereço da Pensão Kreutz. Infelizmente não conseguimos mais fontes que nos permitem realizar uma ligação entre o jornal e a pensão, os materiais antinazistas que foram recolhidos anteriormente devem possuir vínculo imediato com a revista, porém nem a polícia nem o proprietário fazem menção ao referido jornal em nenhum relatório.

---

<sup>87</sup> Relatório da DOPS 687 de 27 de setembro de 1943 - Pensão Kreutz – Pasta Temática nº 1555 - Topografia. 188

FIGURA 7 – Exemplar da Gazeta do Povo recolhido na Pensão Kreutz



Fonte Arquivo Público do Estado do Paraná – Pensão Kreutz – Dossiê 1555, Top.

Outras formas de denúncias faziam parte do cotidiano; entre os relatórios verificados, notamos que a maioria das chamadas abertas por antipatriotismo eram atendidas, como, por exemplo, quando o Sr. Álvaro Nunes, em 10/08/1943, foi denunciado formalmente sobre alegações que fizera durante seu expediente de trabalho, era acusado de ter dito que a campanha da borracha não era a campanha da vitória e sim "Vitória uma merda"<sup>88</sup>; dessa forma, estava contra os preceitos da nação brasileira. Foi ordenada sua detenção e imediato envio à capital para abertura de uma sindicância. Durante esse processo, o aspirante Almir Medeiros Crespo procurou levantar esclarecimentos sobre as alegações contrárias à pátria que Nunes fez enquanto trabalhava na firma Matarazzo, bem como investigou o fato deste aparentar tentativas de atrasar o serviço de embarque de navios no porto, sendo sua última tentativa realizada com um cargueiro carregado de gasolina. Nada tendo declarado, Nunes ficou detido em Curitiba durante alguns dias e foi solto, retornando para a cidade portuária de Antonina.

Muitas dessas denúncias acarretaram apenas tempo perdido para a DOPS, todavia demonstram a participação da população no jogo repressivo incitado pela polícia política e pelo governo estado novista. Passamos agora a tratar das ações violentas que essa mesma população realizou na capital paranaense e em algumas cidades da região litorânea.

---

<sup>88</sup> Delegacia Regional de Antonina – Pasta Temática 4791.

### **3.3 A população civil vai às ruas: protestos, quebra-quebras e violência contra “eixistas” em Curitiba e região durante a Segunda Guerra Mundial**

O Estado do Paraná estava, desde 1932, sob a égide da interventoria de Manoel Ferreira Ribas, político linha dura, aliado de Vargas e de sua extrema confiança. Durante a campanha de nacionalização, Ribas permaneceu firme ao executar todas as normas restritivas destinadas aos imigrantes, mesmo governando um Estado que teve seu crescimento social e principalmente econômico amplamente ligado à vinda desses imigrantes.

Como já postulamos anteriormente, em Curitiba a grande massa populacional era composta de imigrantes de diferentes etnias, que iam desde a vasta comunidade polonesa ucraniana às pequenas comunidades de asiáticos e árabes ali instaladas. Grandes bairros da cidade foram frutos de antigas comunidades de imigrantes, como Santa Felicidade, resquício do núcleo colonial italiano, ou da comunidade teuta, representada por bairros como Pilarzinho e Lamenha.

Outras cidades paranaenses foram formadas ou receberam contingentes de imigrantes, podemos exemplificar com Ponta Grossa, Rolândia, Lapa, Paranaguá, Irati etc. Muitas dessas foram núcleos de colonização ou receberam levas de re-imigração do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cresceram e se desenvolveram não à sombra desses imigrantes, mas junto com eles. A difícil tarefa de encontrarem meios de comunicação e de coexistência foi aos poucos sendo superada, e embora ocorressem ainda muitos reveses relativos ao idioma e às questões de pertencimento nacional, podemos asseverar que ocorreram trocas culturais e que a convivência entre culturas díspares já não era motivo de desentendimento entre vizinhos.

Realçamos que até mesmo a interventoria estadual estava satisfeita com a presença alemã no Paraná; em 1936, durante uma solenidade da passagem do

dirigível Hindenburg sobre a capital, Ribas parabenizou os tripulantes e passageiros da "da altiva Alemanha, cujos filhos laboriosos e honestos, aqui radicados, constroem conosco a grandeza sempre crescente do Paraná" [sic] (GAZETA DO POVO, 02/12/1936, p. 6). Da mesma forma, mostrou-se grato por fixarem seu retrato entre o de Vargas e Hitler no salão nobre da *Deustche Schule* na ocasião de sua inauguração (SOUZA, 2002, p.115)<sup>89</sup>.

Ribas também reconhecia a influência que esses imigrantes possuíam no comércio e na sociedade; sabia que detinham grande parte dos estabelecimentos comerciais da cidade e que dominavam alguns setores da prestação de serviço. Entretanto, nada disso foi motivo de dúvida durante a repressão aos imigrantes considerados perigosos pelo Estado Novo.

O aparato policial foi montado por meio de uma fundamentada rede de repressão; a ação conjunta das forças da Delegacia de Ordem Política e Social e da 5ª Região Militar e das Delegacias Regionais conseguiu criar meios de repressivos dignos do "controle total" fomentado pelo Estado Novo.

A situação dos imigrantes alemães no Brasil diante da campanha de nacionalização tornou-se uma preocupação constante da diplomacia alemã, porém essa mesma situação só se piorou com a eclosão do conflito bélico mundial, com a Alemanha figurando como uma das protagonistas. Os discursos inflamados de Hitler relativo ao povo alemão e sobre a busca de novos espaços e domínios para a Grande Alemanha deram ainda mais vazão à ideia do "perigo alemão" e gerou preocupações reais acerca da presença demasiada destes em terras tupiniquins.

---

<sup>89</sup> A Estrada do Poente: Escola Alemã/Colégio Progresso(Curitiba 1930 – 1942)

**FIGURA 8 – Dirigível alemão Hindenburg sobrevoando a capital paranaense**



**Fonte: LOSS, Marcelo Emilio. Imigração alemã. Pedra da Gazeta, Curitiba, 2005. Disponível em: [www.pedradagazeta.com.br](http://www.pedradagazeta.com.br) . Acesso em: 02 jan. 2010.**

Antes mesmo da declaração oficial de guerra ao Eixo, foram aproximadamente vinte ataques a navios brasileiros, que resultaram em centenas de mortes, incontáveis prejuízos financeiros e na revolta da população, que, indignada, via crescer impune as atividades dos submarinos alemães na costa brasileira. Até o final da guerra, foram torpedeados trinta e quatro embarcações brasileiras, contra onze submarinos alemães e um italiano afundados; oficialmente foram totalizados 1.081 mortos, cerca de 63% dos tripulantes embarcados nesses navios afundados (SANDER, 2007).

Os fatos supracitados compõem o pano de fundo para as situações que se desencadearam em várias cidades brasileiras; a população revoltada saiu às ruas para protestar contra os atos de violência, exigindo uma imediata tomada de posição do governo brasileiro. Passamos, doravante, a discutir como essas notícias repercutiram na sociedade curitibana através da imprensa local e como a população reagiu aos fatos. Buscamos também demonstrar a atuação das delegacias de polícia vinculadas a DOPS em Curitiba e na região, enfatizando os comícios/protestos em 1942 e os quebra-quebras e depredações realizadas em comércios e residências de "súditos do Eixo", que alteraram bruscamente as relações de convivência pré-existentes entre luso-brasileiros e imigrantes/descendentes de países do Eixo.

A navegação tinha um papel crucial não só para o comércio exterior, mas para a população brasileira, que em detrimento das péssimas condições rodoviárias e das limitações ferroviárias utilizavam os navios como eficaz meio de transporte. Embora as perdas financeiras tenham assustado o governo, as vidas ceifadas assustaram a população.

Os jornais paranaenses noticiavam os ataques, mas não aparentavam estar carregadas do patriotismo costumeiro. Destacamos entre os jornais de época uma

notícia veiculada – tardiamente – no Correio da Manhã de agosto de 1942<sup>90</sup>, quando já haviam sido afundados dez navios brasileiros, um prejuízo estimado superior a 10 milhões de dolares, vitimando fatalmente 123 pessoas.

A chamada tem um tom apenas informativo e parece não querer causar impactos na relação já conturbada do Brasil, relatando com detalhes os acontecimentos, solicitando auxílio imediato dos EUA na defesa do país. Até então o Brasil ainda mantinha a neutralidade, somente após a declaração de estado de beligerância, em 22 de agosto de 1942, que foi noticiada pelo Correio da Manhã, no dia 24 desse mesmo mês, com a seguinte chamada "Declarado ao Departamento de Estado norte-americano o estado de beligerancia do Brasil"<sup>91</sup>. No decorrer da notícia, ficam esclarecidos os motivos da não isenção do Japão do estado de beligerância; nas palavras do embaixador brasileiro Martins Pereira de Souza: "não fomos alvo de nenhuma agressão de sua parte"<sup>92</sup>.

Seria demasiado pueril propalar que apenas os ataques aos navios brasileiros fizeram com que a população civil se revoltasse contra os imigrantes e seus descendentes; é impossível isentar os sentimentos patrióticos exaltados por quatro anos de discurso nacionalista por parte do governo, imprensa e polícia. Acreditamos que essa demora em aderir a um dos lados na guerra não só serviu para angariar fundos de ambos os lados, mas também para preparar o cenário, preparar a população para que esta não fosse um entrave no posicionamento político brasileiro e mais para que esta não se perguntasse como um governo autoritário, pautado em uma ditadura, aderira a uma guerra contra os inimigos da democracia.

---

<sup>90</sup> Correio do Paraná, Curitiba, 02.08.1942 – "Torpedeamentos de navios brasileiros nas proximidades dos EE.UU"

<sup>91</sup> Correio do Paraná, Curitiba, 24.08.1942.

<sup>92</sup> Idem



Em Curitiba, logo após os primeiros atentados contra navios brasileiros, uma parte da população resolveu tomar para si as responsabilidades do Estado, embora as ações que esse grupo de pessoas tomaram realmente não fossem atribuição de ninguém; afinal, houve uma personificação dos fascismos europeus em pessoas que necessariamente não compactuavam com as ideias nacionais socialistas empreendidas na Europa.

No dia 18 de março de 1942, a população organizou um comício para protestar as vidas ceifadas pelos submarinos alemães, para exigir uma revanche imediata por parte do Brasil e em nome do civismo e do patriotismo – após o término dos discursos – saíram às ruas da capital paranaense depredando prédios que abrigavam residências e estabelecimentos comerciais dos denominados "quinta colunas" e "súditos do Eixo".

No tocante à depredação, foram contabilizados sessenta e oito (68) estabelecimentos comerciais depredados, sendo estes de propriedades de alemães, japoneses, italianos e outras nacionalidades – que mesmo não fazendo parte do confronto bélico, fizeram parte da empreitada por terem nomes que se julgava pertencer aos eixistas.

Mesmo os brasileiros descendentes pagaram o preço do "civismo curitibano", citamos o caso de Alfredo Weiss, nascido no Brasil e estabelecido em Curitiba desde 1893, em que seu estabelecimento – Foto Progresso – segundo foto apresentada pelo mesmo ao General Pedro de Albuquerque, da 5ª Região Militar, foi completamente depredado durante a manifestação da noite do dia 18.03.42.

**FIGURA 9 - Sala de espera do Foto Progresso – Curitiba**



**Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná – Pasta 802 - Comício de 18.03.1942**

Um fator interessante desse comício é que este começou pela manhã, com uma grande reunião de pessoas na Praça Osório, onde professores, jornalistas e líderes de comunidades discursaram em prol do nacionalismo e do sentimento de luta que estava se impondo sobre o país. Finda a "verborragia nacionalista", seguiu-se um desfile organizado por uma das grandes avenidas da cidade. De acordo com os relatos contidos nos jornais, tudo transcorreu na maior ordem possível e esses manifestantes chegaram à Praça Santos Andrade, onde começaram um novo comício, só que dessa vez com diversos oradores e entre eles o já conhecido delator do nazismo e de seus praticantes Rodrigo de Freitas, radialista da PRB<sup>2</sup> e cronista da Gazeta do Povo.<sup>93</sup>

Os jornais não relataram a presença de nenhuma autoridade local, mas informam que logo após o encerramento do comício, a multidão foi exercer seu "civismo patriótico" nas ruas da capital. Zucon (1997) enumera alguns atentados que compuseram esse cenário e que são retratados também em parte dos documentos que restaram da DOPS sobre o comício. Entre as dezenas de atos violentos, destacamos a situação do Foto Progresso (como demonstramos acima), o incêndio provocado na Casa Mascote, empresa que comercializava produtos usados e de segunda mão, a depredação da Casa Suíça, loja de materiais elétricos de propriedade de Alfredo Bollinger, o quebra-quebra geral da loja de meias Mousseline, entre outros.

Em relação ao incêndio da Casa Mascote, os laudos do Corpo de Bombeiros de Curitiba demonstram que não houve vítimas, mas que os prejuízos foram enormes, segundo o oficial responsável, 2º Ten. Joaquim de Souza Teixeira, no incidente foram utilizados três caminhões pipas da corporação que foram chamados aos 55 minutos do dia 19.03.1942 e que levaram cerca de cinquenta minutos para extinguir o fogo, visando, sobretudo, a proteger as casas e os estabelecimentos que rodeavam o prédio.

---

<sup>93</sup> Diário da Tarde, Curitiba, 19.03.1942

Zucon (1997, p. 112) descreve um detalhe que ajuda a compreender a motivação dessas pessoas; em meio ao quebra-quebra, cessaram o ataque à Casa Mascote quando localizaram em seu interior uma fotografia de Getúlio Vargas, e logo que a foto foi "salva", retornaram à pancadaria.

Outros dois incidentes têm como causa fatores comuns, primeiramente o fato da população não saber diferenciar os diversos sobrenomes dos imigrantes existentes na cidade e relativizar automaticamente para alemães, italianos e japoneses, e o segundo, comum durante manifestações, esquecerem a "causa da luta" e agirem instintivamente, destruindo e depredando bens, locais ou pessoas que nada possuíam ligação com o protesto. Zucon (1997, p. 112) afirma que esse tipo de manifestação tem como álibi a crença comunitária, que naquele momento estava incumbida de lutar pela nação brasileira, relativizando – muitas vezes erroneamente – todos os imigrantes como agentes subversivos e "súditos do Eixo".

A Casa Suíça de Alfredo Bollinger foi completamente destruída pelos manifestantes. No dia seguinte, este se dirigiu à delegacia para revelar que era de nacionalidade suíça e que esse país mantinha-se neutro diante do conflito mundial<sup>94</sup>, dessa forma, ele não poderia ser prejudicado pelo fato dos manifestantes não possuírem informações precisas sobre a guerra. Já a loja Mousseline, de propriedade de um brasileiro, foi devastada na noite anterior e seu proprietário foi até a redação do Diário da Tarde para que fosse esclarecido publicamente que "Mousseline" era uma palavra de origem francesa e que significava tecido leve, sendo este matéria-prima para fabricação de meias, e que o nome não possuía vínculo algum com o comandante supremo do fascismo italiano (ZUCON, 1997, p. 112).

---

<sup>94</sup> Diário da Tarde, Curitiba. 20.03.1942 e *Relação das Casas depredadas no comício realizado (sic) em 18.03.1942*. Fls. 3-5. – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática nº254 – Topografia 27.

Nem só os estrangeiros "não eixistas" se dirigiram até as delegacias para contestar; mais do que isso, um grupo de trabalhadores brasileiros da empresa Theodoro Schaitza e Cia – de propriedade de um alemão e de um brasileiro nato – foram no dia seguinte até a Chefatura de Polícia entregar um abaixo-assinado a Fausto Bittencourt, argumentando que a maioria dos trabalhadores eram brasileiros e que daquela fábrica dependiam muitos outros brasileiros, solicitando garantias de que a mesma não fosse atacada novamente.

São quase cinquenta assinaturas que seguem junto à solicitação. Esse tipo de atuação da população demonstra que ainda havia uma coexistência entre imigrantes e brasileiros, e que embora a grande maioria estivesse totalmente de acordo com as medidas nacionalistas adotadas pelo Estado Novo, alguns ainda não haviam absorvido o discurso da grande imprensa contra os imigrantes.

Sobre os acontecimentos do dia dezoito, o cronista da PRB2, Rodrigo de Freitas, publicou dois dias depois em sua coluna um texto enaltecendo a participação da população nos atos que "serviram de eles para demonstrar aos inimigos do Brasil que os brasileiros os conhecem e sabem onde eles se ocoitam [*sic*]" e ainda ressaltou que "[...] não houve, portanto, injustiças."<sup>95</sup> É certo que a população ficou em polvorosa com as palavras de Freitas e com os resultados das ações contra os "filhos de Hitler", mas para a polícia e em especial para a Secretaria de Justiça esse evento ocasionou muitos problemas, um dos mais destacados foi levantado pelo Comandante da 5ª Região Militar Pedro de Albuquerque, que repreendeu duramente o Chefe de Polícia do Paraná, pois o fato havia sido relatado ao Ministério da Guerra e de acordo com o Ofício 55 B/C de 10.04.1942:

---

<sup>95</sup> O Povo tem mil olhos e mil ouvidos para ver e para ouvir – Crônica da PRB2 – Lida no dia 20.03.1942 – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática nº254 – Topografia 27

[...] II - Os acontecimentos que se verificaram nessa cidade, no dia 18 do corrente, quando me achava ausente em viagem de inspeção, tiveram grande repercussão não como um ato de civismo mas como ato de depredatório ao qual está inteiramente alheia a culta sociedade de Curitiba. III – Tendo levado os fatos ao conhecimento do Sr. MINISTRO DA GUERRA, sua Excia, como este Cmdo. reprovou-os. IV – Solicito-vos providencias preventivas para que fatos dessa natureza não se reproduzam *[sic]* [...]" <sup>96</sup>

Nesse mesmo ofício é remetida ao Chefe de Polícia uma lista com dezesseis nomes para serem interrogados, entre eles o do cronista da PRB2. O Ten. Cel. Agenor Brayner, na breve descrição de cada "elemento", pontua que em sua maioria eram comunistas ou já estiveram envolvidos com causas comunistas, reforçando a ideia do Gen. Pedro de Albuquerque de que a "fina nata" da culta sociedade curitibana nada tinha a ver com o imbróglio.

É visível o caráter pessoal e a suspeição empregada nos relatórios, reiterando que algumas informações são de caráter no mínimo duvidoso, algumas palavras e terminologias servem para a construção da figura do elemento nocivo e para justificar sua retenção ou a necessidade de colocá-lo sobre suspeita. Notamos que há nessa lista um abuso da alcunha de "comunista", afinal, quando se trata de "brasileiros indesejáveis", a ideia de "quinta coluna" e "súdito do eixo" não se aplica, logo, aplica-se a lógica da suspeição, que também servia como controle das atividades comunistas.

Ao trabalhar com a lógica de suspeição e as imagens da subversão do DEOPS de São Paulo, Fernanda T. Magalhães expõe que:

O aparato repressivo acionado pelo governo de Getúlio Vargas – que difundia o medo às "ideias exóticas" e o terror pelo estrangeiro – mostrou-se como estratégia excepcionalmente eficaz de controle e vigilância da população. [...] O imaginário gerado sobre esses grupos – com vestígios ainda nos dias de hoje – criou personagens estereotipados, possíveis de serem identificados nos prontuários do DEOPS. Esses personagens identificados na sociedade refletiam a

---

<sup>96</sup> Ofício da 5ª Região Militar nº 55 B/C de 10.04.942 – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

ideia do que era considerado "perigo real" para a nação (2008, p. 25-27).

No Paraná, esse tipo de abordagem também foi amplamente utilizado; os relatórios da DOPS do período retratam a ojeriza aos comunistas e estrangeiros, expressões como "súditos do Eixo", "filhos de Hitler", "quinta colunas" são constantes nos relatórios das delegacias, na imprensa e até nos documentos e portarias oficiais.

De acordo com Benevides (1991, p. 32), ao ser informado dos acontecimentos e das ocorrências da noite do comício, Manoel Ribas não censurou os paranaenses e ainda elogiou a postura patriótica do povo diante do momento incisivo e belicoso que a pátria atravessava. Todavia, para não deixar o paternalismo costumeiro de lado, apressou a organização da Liga de Defesa Nacional no Estado, visando a coordenar as forças cívicas nacionais pelos caminhos corretos.

O diretório da LDN foi fundado logo a 19.03.1942; os jornais paranaenses fizeram grande alarde sobre a instituição patriótica que se instalara em Curitiba, a qual tinha propósitos variados que iam desde: a) Manter em todo estado a ideia de coesão e integridade nacional; b) Propagar a educação popular e profissional; c) Difundir a educação cívica; d) Velar pela prosperidade, segurança e dignidade nacionais; e) Combater o analfabetismo, alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes; f) Desenvolver o culto ao heroísmo; g) Aconselhar e facilitar a instrução militar; h) Avivar o amor e o estudo da história da pátria; etc.<sup>97</sup>

Entre tantas prioridades, uma ficava subentendida, controlar a população através da criação de um nacionalismo exacerbado. Com a criação de instituições em prol da guerra, o governo aproximava as pessoas das questões sociais e as afastava

---

<sup>97</sup> A LDN ficou em evidência por vários dias nos jornais curitibanos e manteve-se presente na imprensa durante toda guerra como órgão regulador do patriotismo e do civismo nacionalista. Para compormos os propósitos acima, utilizamos os seguintes jornais: Diário da Tarde, Curitiba, 24.03.1942 – Gazeta do Povo, Curitiba, 24.03.1942 – O dia, Curitiba, 28.03.1942.

das questões políticas, afinal, como sustentar uma guerra contra as tiranias autoritárias, pregar a manutenção da democracia no mundo e estar sobre a égide de um regime autoritarista.

A LDN foi o pontapé inicial, vieram a Cruz Vermelha, a Liga de Defesa Anti-Aérea, a Liga Brasileira de Assistência, a Comissão de Abastecimento, a Liga de Defesa Passiva, entre outros que ajudaram a criar em Curitiba um "*front interno*", auxiliando na mobilização das pessoas contra as tiranias fascistas e em prol do "verdadeiro Brasil brasileiro".<sup>98</sup>

Como acontecimentos esparsos, ocorreram na região litorânea movimentos parecidos com o comício de Curitiba. Discorreremos brevemente sobre alguns acontecimentos fora da capital de forma a ilustrar a insatisfação e a ação coletiva dos populares contra os "súditos do Eixo".

Encontramos, na pasta da Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, o Relatório nº 647, que descreve o ocorrido no comício realizado no dia 20/08/1942 em Antonina e a atuação eficaz do delegado local em reter a população apenas ao comício. Relata também que houve falta de competência do delegado suplente ao permitir que ocorresse na noite do dia 19 uma sorte exagerada de atos violentos contra residências e comércios de imigrantes supostamente eixistas.

Já no Relatório nº 156 da Delegacia de Polícia de Antonina encontramos a descrição do ocorrido no dia 19 anterior, quando o delegado esteve ausente da cidade, a fim de realizar exames médicos na capital, estando no comando José de Araujo e Silva. De acordo com o relatório, foi realizado pelas autoridades locais da cidade um comício contra os atos violentos a navios brasileiros ocasionados por submarinos alemães. O mesmo transcorreu ordenadamente, porém as pessoas que participaram

---

<sup>98</sup> Discurso de Manoel Ribas divulgado no Diário da Tarde, Curitiba, 25.10.1943.



não retornaram as suas residências e dirigiram-se ao mesmo tempo a vários pontos da cidade, praticando uma série de represálias a estabelecimentos comerciais e residências de alemães e japoneses.

Como haveria outro comício no dia posterior, foi solicitada a presença de reforços de Paranaguá. Às 18 horas na Praça Coronel Macedo a população iniciou um enterro simbólico de Hitler e tinha a intenção de seguir ao Antonina Hotel, de propriedade de um alemão, para dar continuidade às depredações do dia anterior, mas foi convencida pelo delegado a retornar ao local do comício e deixar nas mãos do governo as medidas cabíveis. Durante o processo de contenção da população irritada, chegou à cidade um pelotão do destacamento de Paranaguá, que ao evidenciar a situação sob controle retornou à origem, com exceção do Tenente Emilio S. Valle, que permaneceu na cidade por mais alguns dias.<sup>99</sup>

Em 02/09/1942, o delegado auxiliar de Paranaguá solicitou ao chefe da Secretaria de Segurança Fausto Bittencourt providências urgentes, pois na colônia de Serra Negra estava correndo um convite para que no dia 7 de setembro os brasileiros se reunissem para queimar e destruir todos os bens de alemães e seus descendentes. Alegavam que os prejudicados seriam brasileiros e que nada poderiam esperar do inspetor de polícia local, já que eram seus familiares que estavam organizando a baderna e faziam parte das premeditações.<sup>100</sup>

Várias ações compuseram esse cenário de ojeriza aos imigrantes alemães, italianos e japoneses no Paraná; as delegacias regionais e a própria DOPS tiveram muito trabalho para conter essas manifestações, sobretudo porque esse trabalho tornava-se paradoxal ao discurso proferido pela própria polícia política, que incentivava as delações, a vigilância e o comprometimento pessoal de cada um para com o país.

---

<sup>99</sup> Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584A, Topografia 65.

<sup>100</sup> Delegacia Regional de Paranaguá - Pasta Temática 584C, Topografia 65.

Esses comícios/quebra-quebras foram o início de uma fase diferente na vida dos paranaenses; a partir dali, uma intrincada rede de denúncias abasteceria as delegacias de polícia, que por sua vez atuaria de maneira veemente, efetuando prisões, realizando interrogatórios, preenchendo resmas e resmas de papéis usados para compor os relatórios, ofícios e portarias que dimensionariam o controle da população civil através da política do medo. Medo da guerra, medo dos agentes subversivos de Hitler, Mussolini e Hiroito, medo dos comunistas "comedores de criancinhas", medo de tudo aquilo que fosse contra a ordem e os costumes e do já tradicional conservadorismo paranaense.

É uma pena que boa parte desses relatórios se perdeu ou foram intencionalmente perdidos; infelizmente muitas perguntas ficam sem respostas ou ainda geram novas indagações. No que foi possível averiguar nos documentos disponíveis da extinta DOPS/PR no Arquivo Público do Estado de Curitiba, as delegacias paranaenses, sob o comando de Valfrido Piloto, agiram de forma extenuante e com o que Benevides (1991) chama de "eficácia invejável" levaram a sério as medidas repressoras e fizeram do DOPS um relógio bem regulado, atuando no máximo de frente possíveis, o que direta e indiretamente ocasionou mudanças relevantes no dia-a-dia dos cidadãos curitibanos.

De acordo com Sader (1988), os acontecimentos cruciais (pontos de tensão) produzem novas formas de identidade coletiva, e suas formas de expressão são as mais variadas, privilegiando as ações diretas, ou seja, as manifestações de suas vontades, grosso modo compatível com o modelo de atividade coletiva por nós evidenciado em Curitiba, pois diante de uma situação adversa (presença de alemães no meio social), as pessoas reuniam-se em pontos públicos no cair da noite para vandalizar e depredar estabelecimentos de propriedade de imigrantes ou descendentes de alemães ou que tivessem qualquer vínculo com o eixo.

Se um movimento social trata da ação conjunta de homens a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais em dada sociedade, preliminarmente acataríamos a tese de que em Curitiba, na década de 1940, havia a formação de um movimento social. Entretanto, seria demasiado caracterizar essa mobilização como um movimento social específico, porque não tinha qualquer espécie de hierarquia constituída, não possuía um projeto idealizado, bem como não tinha em mente nenhuma grande alteração do quadro social ali existente.

Alegar que essas ações populares estavam sendo articuladas por um movimento específico seria precipitado, já que se tratavam de atividades esparsas e sem uma liderança iminente – no caso uma figura messiânica ou um líder revolucionário. Todavia, concordamos com Neves (2000), o qual, estudando as multidões no Ceará, as descreve como um sujeito político coletivo, rejeitando as interpretações que caracterizam essas ações como meras irracionalidades da população. De acordo com Neves: "As ações da multidão estão, portanto, conectadas, mas nem sempre articuladas, com as disputas teóricas encetadas no âmbito – para ela inacessível – do mundo letrado onde se desenvolvem as políticas do Estado e as teorias econômicas" (2000, p. 154).

Podemos aceitar que a população curitibana tenha agido de maneira violenta ao acatar o discurso moralizante imprimido por Vargas acerca da necessidade da criação de um país mais brasileiro e que, imbuída pela necessidade de cumprir seu papel social, saiu às ruas depredando comércios, clubes recreativos e toda gama de locais que estivessem relacionados a imigrantes ou descendentes do Eixo.

É justo enunciar que ocorreram descontentamentos em relação à repressão efetiva contra imigrantes e descendentes, não só pelos mesmos, mas havia parte da população, embora minoritária, que enxergava outros meios para tratar do assunto,

mas como não possuíam força de imprensa e não podiam manifestar-se abertamente, procuravam de maneira sigilosa desacatar ordens, espalhar boatos e promover algazarras noturnas em bairros curitibanos.

Embora não possamos caracterizar essa mobilização em Curitiba como um movimento social organizado, apontamos o crescimento que a temática da participação popular vem desencadeando no campo da história política e dos movimentos sociais. Para Paoli & Telles (2000), essa presença de atores coletivos que não podem mais ser deixados de lado são elementos cruciais na atual redefinição das relações entre Estado e sociedade.

De acordo com Dominique Julia, uma das primeiras reorientações para se entender a ação das multidões é não se tratá-las como atividades espasmódicas, e sim considerá-las "[...] como uma expressão política própria os discursos e os gestos dos atores, que são animados pela convicção partilhada de defenderem os direitos tradicionais e os costumes [...]" (JULIA, 1998, p. 223). Logo, parte da sociedade curitibana reagiu violentamente em nome "da ordem" ou do restabelecimento da mesma. Julia ainda postula que "é possível distinguir comportamentos diferenciados, lógicos, organizados, adaptados aos lugares e às circunstâncias, sob a aparência de impulsividade" (1998, p. 225).

Por fim, acreditamos que em Curitiba essas ações populares podem não ter vínculo direto com o Estado e com políticos locais, mas estão articuladas com um propósito maior, que no momento era representado pela manutenção da nacionalidade brasileira. Essa população agiu em prol do que acreditava ser correto, pautada no discurso oficial que valorizava o nacional frente aos estrangeiros e suas "políticas subversivas", incitada pelas reportagens dos jornais e pelos discursos exaltados de figuras públicas, foi às ruas e protestou.

### **3.4 Fim da guerra, fim da repressão, tudo novo de novo?**

As tensões sociais em Curitiba começaram a diminuir a partir de 1944, quando foi publicada, em 07/11/1944, a Portaria nº 273, que suspende os efeitos da Portaria nº 147 aos súditos italianos, dando livre trânsito a estes desde que portem consigo a carteira de identidade modelo 19, bem como seria dado andamento aos processos de naturalização e aos que diziam respeito à entrada e saída de italianos.

A carga sobre os imigrantes começava a ficar mais branda; ao analisar os jornais de 1944, notamos que modestamente iniciavam-se alguns movimentos de protesto contra a política nacional, pequenas reportagens enalteciam a figura de Vargas e ao mesmo tempo questionava a veracidade da democracia tão defendida. Essa política de “bater e assoprar” estava ganhando força nos jornais e nas discussões políticas locais, até mesmo a figura do interventor do Estado estava sendo colocada em discussão.

Em 1945, quando a guerra já tinha definido os vencedores e os vencidos, ainda foi sancionada a Portaria nº 41, que deixa livre o trânsito em todo território nacional para os brasileiros e naturalizados, sendo que os últimos deveriam portar a Carteira Modelo 19, mantendo os alemães e japoneses obrigados a obter salvo-conduto para viajar. Ao manter a integridade das proibições aos alemães e japoneses, procuraram desatrelar a figura dos nacionais, com a Portaria nº 268, de 20/07/1945, o Estado resolve que os brasileiros natos e naturalizados poderão ter de volta o livre acesso à zona marítima paranaense, porém os estrangeiros – súditos alemães e japoneses – permanecem restritos à Portaria 41 de 02/02/1945, sujeitos à obtenção salvo-conduto, já aos nacionais reforça a necessidade de sempre portarem documentação que os identificassem.

Verificamos que a situação política no Paraná tomou novos rumos após a metade de 1945, quando os jornais abertamente questionavam a veracidade das eleições para presidente e quando Ribas declarou apoiar a candidatura de Dutra para o referido cargo. As elites conservadoras paranaenses voltaram à carga ferrenha ao período do Estado Novo e às ações políticas regionais de Manoel Ribas, muitas delas esquecendo-se que enriqueceram seus patrimônios durante esse período.

Para os “súditos do Eixo”, somente em outubro de 1945 que a Secretaria do Interior Justiça e Segurança Pública promulgou a Portaria nº 381, revogando, em detrimento do término do conflito bélico mundial, as providências restritivas aos súditos do eixo, sendo revogadas as portarias nº 30 [28/01/1942]; nº 65 [01/09/1942]; nº 147 [12/11/1942] e nº 31 [02/02/1945].

Se as relações sociais voltaram a ser iguais após o término da guerra é uma informação difícil de levantar; o que podemos ressaltar é que muitos alemães foram colocados em liberdade e tiveram tranquilidade para manter suas residências e comércios em funcionamento. Continuaram após um período tenebroso de perseguições e ojeriza aos “súditos do Eixo” a compor o cenário cosmopolita da capital paranaense, contribuindo com suas características e aprendendo a conviver com nossa cultura tão diferente.

## CONCLUSÃO

A imigração teuta no Paraná representou muito mais que a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado e especializado. Ao realizarmos esta pesquisa, nos indagamos quais seriam as atitudes tomadas pelo Governo Imperial se soubesse o número de questões negativas que a imigração europeia representaria durante sua instalação e permanência no país; mais ainda se soubesse os entevoros que seriam ocasionados no período Republicano em relação à presença desses imigrantes no Brasil.

Que alternativa os intelectuais brasileiros adotariam? E suas contribuições? Resquícios inegáveis desses imigrantes permanecem atrelados à sociedade atual, influenciando a arquitetura, o cultivo nos campos, as artes em geral, a gastronomia, salientando que introduziram as grandes máquinas no início da industrialização do Estado, repartiram com os paranaenses seus conhecimentos, alterando a formação do indivíduo nacional.

Esses quadros tão diversificados da imigração europeia no Brasil constituíram debates intermináveis e suscitavam inúmeras ideias acerca da nova cultura que emanaria dessa mistura prodigiosa entre o brasileiro e o imigrante branco europeu. Seria um verdadeiro choque entre a “barbárie” e a “civilização”? Muito foi teorizado sobre esses imigrantes, desde o melhor tipo físico, a melhor nacionalidade, a melhor índole para o trabalho, o tempo em que a miscigenação daria resultado, a qualidade do indivíduo que seria gerado, entre muitas outras projeções relativas ao tema.

Esqueceram-se apenas de pensar como essas ideias seriam transformadas em ações práticas, trouxeram os imigrantes em grande escala, mas não se preocuparam em ensinar-lhes o idioma, em ajudá-los a conhecer a nossa cultura; dessa forma, a

solidificação desses indivíduos europeus em solo brasileiro foi muito mais teórica do que prática, ocasionando inúmeras desistências na permanência no país ou ainda migrações internas para locais de trabalho assalariado, deixando o campo sem a mão-de-obra tão necessária.

Esses reveses não significaram, em nosso entendimento, que não ocorreram entrecruzamentos culturais; pelo contrário, podemos afirmar que houve aculturação, seja oriunda de esforços coletivos ou individuais, por motivos financeiros, de subsistência, seja pela capacidade humana de se relacionar. O que de fato não ocorreu – não da maneira imaginada pelos intelectuais brasileiros – foi a completa assimilação da cultura brasileira pelos imigrantes de origem germânica.

Essas relações culturais aconteceram, ora com mais carga étnica brasileira, ora com mais força germânica, resultando no entrecruzamento de culturas e em uma espécie de coexistência pacífica entre todos. Os alemães ocuparam locais privilegiados nas áreas comerciais e na indústria, auxiliaram de maneira amplamente visível no crescimento econômico e industrial do país, na região sul e no Paraná, especificamente, são evidentes suas contribuições. Ainda atuaram em vários grupos sociais e na política, obtendo como resultado um quadro social diversificado, garantindo seu espaço na sociedade brasileira.

Essa coexistência ocorreu até que o clima mundial sofresse alterações consideráveis, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, tendo no Brasil sido ainda mais marcado pelas medidas repressivas aos imigrantes no período da instalação do Estado Novo de Vargas.

Antes de destacarmos algumas ideias que podemos chamar de considerações finais nesta pesquisa, retomamos rapidamente os temas abordados neste estudo.

Em um primeiro momento, procuramos ressaltar as opiniões sobre a imigração teuta no Brasil, os debates intelectuais e políticos e suas possíveis implicações. Ainda



neste sentido, apresentamos brevemente os desdobramentos dessa imigração no Paraná, conceituando as questões de assimilação e aculturação. Não deixamos de discorrer sobre o pano de fundo que conduziria o Brasil à Segunda Guerra Mundial, a relação dos alemães paranaenses como nazismo e suas relações com o Estado Nacional.

Em outro momento, passamos a nos preocupar com o cotidiano da capital paranaense e a presença de imigrantes alemães nessa sociedade. As questões de pertença, da formação do verdadeiro elemento nacional e as ideias de alteridade com o outro foram discutidas visando a fazer com que o leitor pudesse entender o nível de atuação da sociedade curitibana contra esses imigrantes. Procuramos reconstruir a questão da mobilização econômica, da escassez de produtos de primeira necessidade e das campanhas de mobilização. Os órgãos de mobilização foram contextualizados nesse cenário de intolerância e desconfiança, bem como o papel da imprensa curitibana foi destacado para que pudéssemos ter uma ideia do tipo de abordagem midiática a que as pessoas eram submetidas.

Na parte final, lançamos mão de uma vasta documentação da polícia política e sobre os jornais de época para darmos conta de apresentar ao leitor o tipo de repressão e violência que foram submetidos os chamados “súditos do Eixo”. Analisamos a legislação repressiva, portarias, decretos-lei, ordens de comando do DOPS e correspondências entre as delegacias. Passamos pela análise das denúncias particulares e pela ação dos agentes do DOPS/PR em Curitiba e região, preocupando-nos ainda em reconstruir as ações coletivas que a sociedade curitibana realizou na “caça aos quinta colunas”.

Por fim, procuraremos, nesta parte, estabelecer algumas possibilidades para a compreensão do período de repressão a imigrantes alemães em Curitiba, processo que julgamos demasiado pelo fato do NSDAP/PR já estar extinto desde 1938 e ser – na análise da DOPS/PR – o principal motivo de prisões e investigações no Paraná entre 1942 a 1945.

Não podemos estabelecer aqui marcos irredutíveis, as questões levantadas em nossa pesquisa são inúmeras e acusar e/ou inocentar o Estado ou os imigrantes consiste em tarefa complicada para o historiador. Dessa forma, procuramos apresentar três ideias principais para justificar a ação da polícia política do Paraná contra os imigrantes considerados eixistas.

A primeira delas trata da manutenção da soberania nacional frente aos estrangeiros, haja vista que a partir de 1920 muitos intelectuais brasileiros, como Silvio Romero, Silva Costa e Lacerda creditaram aos imigrantes alemães a manutenção exacerbada de seus costumes e a não assimilação a cultura brasileira.

A tomada do poder por um regime de exceção e atuação da 5ª Região Militar no controle desses imigrantes considerados “inassimiláveis” resultou na maior afronta que imigrantes e descendentes sofreram em pouco mais de um século de imigração para o Brasil: o Plano de Nacionalização proposto pouco depois da instalação do Estado Novo.

Essas medidas restritivas obrigavam a utilização do idioma nacional, decretavam o fim das escolas particulares, extinguiram a ação do NSDAP no país e ainda consideravam criminoso aquele que simplesmente utilizasse o seu idioma natal em locais públicos. Baseadas na existência de um partido político alemão – NSDAP – e na propaganda germanofila que este realizava no Brasil através de seus jornais, de seus filiados e de desfiles patrióticos foram tomadas atitudes que fariam frente ao que podemos chamar de ameaça visível à soberania nacional.

É fato que um país deva estabelecer limites que conservem sua soberania, porém naquele momento foi esquecido que não houve, por parte dos governos anteriores, investimentos para assimilar esses imigrantes à cultura nacional, não foram construídas escolas que lhes ensinassem o português; ao contrário, permitiram que os imigrantes construíssem suas próprias escolas e quando estes foram à procura de livros e professores que ensinavam o idioma não tiveram sucesso, e as aulas foram ministradas em sua língua natal. A falta de estratégias para que essas relações culturais/sociais ocorressem levou ao enquistamento de colônias inteiras, na continuidade da transmissão de costumes e hábitos relacionados à pátria anterior e ainda a perpetuação de ideias completamente externas à política nacional, como o nazismo.

Uma segunda possibilidade interpretativa pode ser a idealização de um teatro político para desviar a atenção do regime ditatorial. Vargas precisava dar legalidade ao seu governo e sabemos que em um primeiro momento o que o garantia presidente era a força dos militares. Sabemos também que nenhum governo de exceção se instaura sem protestos e que mesmo no decorrer do governo existem indivíduos descontentes.

Embora os militares pregassem a ideia de um controle total sobre a população, seríamos ingênuos demais em aceitar essa ideia como verdade, pois não há poder que torne a humanidade homogênea, ainda mais em um país de culturas multifacetadas como o Brasil. Vargas procurou manter o país fora do teatro de operações da Segunda Guerra Mundial declarando-se neutro até 1942, contudo as ações da polícia política entre 1939 e 1942 levaram a diplomacia brasileira a resolver inúmeros problemas com os consulados da Itália, Alemanha e Japão.

Essa nossa interpretação parte do momento em que o Brasil não pode mais sustentar sua posição de neutralidade, colocando-se à disposição de lutar em nome das forças democráticas lideradas pelos EUA. Afinal, como lutar contra regimes

totalitários exercendo sobre o país que comanda um regime autoritário/ditatorial? Acreditamos que esse dilema conduziu algumas ações do regime de Vargas, primeiro resgatar – pautados na grande quantidade de elementos de nacionalidade alemã no sul do país – a figura do nazista.

Como já mencionamos, o partido fora extinto em 1938 e seus membros foram segregados. No Paraná, pouco mais de cento e oitenta filiados tiveram que deixar o NSDAP/PR, poucos deles agiram na clandestinidade, muitos continuaram a vida normalmente e entre 1938 a 1942 esqueceram-se completamente do mesmo. Essa retomada do elemento nazista, de índole cruel, eugenista e dominador tornava possível a ação da polícia política e da própria população, entregando a esta a tarefa de vigiar esses elementos. Vargas conseguia respaldo popular para enviar tropas a Itália e a criar órgãos para a fiscalização e mobilização de guerra.

Em Curitiba, podemos perceber essas ações através da atuação do interventor Manoel Ribas, que atuou firmemente na mobilização interna, na repressão aos eixistas e na manutenção de leis repressivas que visavam a mantê-los sobre vigilância acirrada e manter a população atenta para os perigos do conflito bélico.

Uma terceira possibilidade interpretativa, da qual não partilhamos, mas deve ser mencionada, parte de justificar toda a repressão apenas como desdobramentos do “clima bélico”, abonando a ação do Estado Novo, dos jornais e dos organismos de ordem nacionalista – como a LDN, CME, CDP, etc. – sem submetê-los a outros questionamentos.

Dadas as possibilidades, acreditamos ser justificável até certo ponto a ação do governo Vargas, estendida ao Paraná por Manoel Ribas, quando este procura proteger a população do conflito bélico, devido ao clima apreensivo que os torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães geraram em 1942. Entretanto, não conseguimos evidenciar nos documentos pesquisados motivos suficientes para que a

ação repressora fosse liberada abertamente no Paraná; em nosso caso de estudo, mais especificamente em Curitiba. Não encontramos justificativas plausíveis para o número elevado de prisões e para que a imprensa atuasse de forma tão ofensiva, procurando incitar a população a praticar atos de violência contra esses imigrantes e descendentes.

Por fim, esperamos ter abordado minimamente as questões que norteiam esta pesquisa, embora não tenhamos elegido “bandidos” e “mocinhos”, procuramos avançar na historiografia desse período tão fértil da História do Paraná e que ainda é pouco investigado pelos historiadores. Sabemos que ainda há muito por fazer e que essa nossa pequena colaboração tem muito mais vocação para instigar novas perguntas do que gerar soluções incontestes.

## FONTES

### Arquivo Público do Estado do Paraná

Dossiês temáticos da Delegacia de Ordem Política e Social

<b>Nome do Dossiê Temático</b>	<b>Número</b>	<b>Topografia</b>
Ação Integralista Brasileira	007	001
Aero Club do Paraná	0018	2
Arcebispado de Curitiba	0037	6
Associação dos Ex-Combatentes da FEB	0072	10
Associação dos Profissionais Motoristas	0097	12
Atividades Nazistas no País	124	15
Atividades Nazistas no sul do Brasil e Alfred Andersen	125	15
Censura Postal	183	21
Centro Carnavalesco de Curitiba	193	22
Centro Cívico Major Sucupira	194	22
Centro cultura Brasil EUA	197	22
Centro Curitibano Repórter	199	23
Centro Paranaense Feminino de Cultura	210	24
Clube Concórdia	236	25
Colégio Alemão	239	2
Comício de 18-03-1942	254	27
Companhia Força e Luz do Paraná	299	32
Companhia Telecomunicações do Paraná	298	32
Consulado Alemão	353	41
Consulado Americano	354	41
Consulado da Itália	358	41
Coordenação Mobilização Econômica	385	44
Cruz Vermelha	396	45
Delegacia Regional de Antonina	4791	
Delegacia Regional de Castro	4831	

Delegacia Regional de Paranaguá	584A	65
Delegacia Regional de Paranaguá	584C	65
Delegacia Regional de Rolândia	618A	70
DOPS - documentos antigos	0780a	89
DOPS - documentos antigos	0780b	89
DOPS - móveis e utensílios	806	96
Empresas sob intervenção	913	112
Estrangeiros expulsos do país	948a	115
Exercito de Salvação	955	117
Hospitais	1097	132
Incêndio no cais de Paranaguá	1032	135
Investigações do Meio Esportivo	1174	140
Jornal Correio do Paraná	1197	142
Jornal Diário da Tarde	1205	143
Liga de defesa nacional	1284	150
Liga dos Jovens Patriotas	1285	150
Ministério da Justiça	1344b	159
Ministério da Saúde (Trabalho)	1352	160
Ministério do Exercito	1334	156
Ministério do Exército (Antigo)	1333	156
Movimento dos Anti Nazistas Alemães no Brasil	1379	163
Nazismo – informes da delegacia e fotografia	1428	168
OAB	1440b	170
Penitenciaria Central do Estado	1554	188
Pensão Kreutz	1555	188
Propaganda Nazista	1609	195
Rede Ferroviária	1692a	202
Revista Idéia	1712	206
Secretária de Segurança Publica (Antiga Chefatura de Polícia)	1747	209
Secretaria do Interior e Justiça	1743	209
Serviço de Rádio Telegráfico	1774	212
Sindicato das Indústrias da Panificação e Confeitarias de Curitiba	1871	221

Sociedade Civil Tiro ao Alvo	2174	239
Sociedade Cooperativa dos Fornecedoros de Leite de Curitiba	2176	239
Sociedade Cultural Física Jahn	2178	239
Telepar	2252	249
União beneficente educativa alemã	2292	257
União Cultural Brasileira	2294	257
União Nacional dos Estudantes	2310	259

## **Biblioteca Pública do Paraná**

### **Jornais**

Gazeta do Povo – Curitiba

Jan a Julho/ Out a Dez 1942 – Mai a Set 1943 – Fev a Jun 1945

Diário da Tarde – Curitiba

Jan a Out 1942 – Jan a Mar 1943 – Fev a Ago 1944 – Jan a Jun 1945

Correio do Paraná – Curitiba

Jul a Dez 1942 – Ago 1944

### **Arquivo Público Municipal de Curitiba**

Decretos Lei Municipais de 1932 a 1945.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABECK, Helmuth. *A colaboração germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1929 – 1979)*. Curitiba: Casa Romário Martins, 1980.

ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo – A comunidade alemã sob a vigilância do DEOPS (1930 – 1945)*. São Paulo: FAPESP, 2006.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflito e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

AQUINO, Maria Aparecida. *A América vai à guerra*. In: COGGIOLA, Oswaldo Segunda Guerra Mundial: Um balanço histórico. São Paulo: Xamã – FFLCH, 1995.

ATHAIDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do Círculo Paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá.



- AULICH, Werner. *Alemães no Paraná: estudo histórico e caracterológico*. Curitiba: Comissão de festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória do Paraná*. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 87, jan/abr 1996. (p. 39-50)
- \_\_\_\_\_ & WESTPHALEN, C. M. *Colônias Estrangeiras no Paraná*. In: Dicionário histórico-biográfico do Paraná. Curitiba: Editora do Chain/Banco do Estado do Paraná, 1991.
- \_\_\_\_\_ & PINHEIRO MACHADO, Brasil & WESTPHALEN, Cecília. *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização*. In: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1967.
- BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. *Terra sem Passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. 1991. 237 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BERTONHA, João Fabio. *A segunda guerra mundial*. Col. Que História é esta? São Paulo: Saraiva, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação)
- BOSCHILIA, Roseli. *O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. In: BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins (1995). Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 23 (107).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAGUETO, Claudio R. *O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970*. Geografia. Volume 8. Número 2. Julho/Dezembro 1999. EDUEL. (149-160)
- BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. 1993. 320 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- \_\_\_\_\_, *Arrendantes e arrendatários no contexto da soja – Região de Cascavel Paraná (1960-1980)*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência - A Polícia na era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CARNEIRO, Maria Luiza. Tucci. *O Estado Novo e o DOPS e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2, morar,cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

- CORREA, Amelia Siegel. *Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX*. 230 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Geração Editorial/Edusp, 2000.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- D´ALESSIO, Márcia M. & JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A esfera do político na produção acadêmica dos programas de Pós-Graduação (1985-1994)*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17. p. 123-149. 1996.
- DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas. O partido nazista em São Paulo sobre a mira da polícia política*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (Outra) Guerra: Cotidiano e Medo Durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2005.
- FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis y buenos vecinos. La campaña de EE UU contra los alemanes de América Latina durante la II Guerra Mundial*. Madrid: A. Machado Libros, 2008.
- FUGMANN, Wilhelm. *Os alemães no Paraná – Livro do Centenário*. Trad. Francisco L. Paulo Lange. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.
- GERTZ, René E. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- \_\_\_\_\_, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História científica, história contemporânea e história do cotidiano*. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n°48, 2004. p. 13 – 38.
- HELLER, Agnes. *Cotidiano e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JAMESON, Frederic. *Periodizando os anos 60*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque.(org.) *Pós Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JULIA, Dominique. *A violência das multidões: É possível elucidar o desumano?*. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- JUNIOR, Deusdedith. *O território do cotidiano*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:o3jBFMui7qAJ:www.homemdocerrado.com/PDF/territoriocotidiano.pdf+deusdedith+junior&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso em: 27 jun. 2008.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional – Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LOSS, Marcelo Emilio. *Imigração alemã*. Pedra da Gazeta, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.pedradagazeta.com.br/?system=news&action=read&id=673&eid=295> . Acesso em: 02 jan. 2010.
- MAGALHÃES, Fernanda Torres, *O Suspeito através das lentes: O DEOPS e a Imagem da Subversão (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2008.
- MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcelos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999. (Coleção Brasil Diferente)

- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.
- MOTA, Lucio Tadeu. *História do Paraná: Ocupação humana e relações interculturais*. Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção Formação de Professores EAD)
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História – Saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Relume Dumará Editora, 2000.
- NICOLAS, Maria. *Páginas Curitibanas*. Curitiba, 1973.
- OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná – Textos introdutórios)
- PAOLI, Maria & TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo*. In: ALVARES, Sônia et al. *Cultura e política dos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- PERAZZO, Priscila. *Prisioneiros de Guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. 2002. 454 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo
- PILOTTO, Osvaldo. *A criação do Estado do Paraná*. Curitiba: I.H.G.E.P. 1986.
- PIMPÃO, Altair Carlos. *Vieram em busca de liberdade: Os 150 anos da imigração alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Olimpica, 1974.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PRIORE, Mary Del. *História do cotidiano e da vida privada*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- RAMOS, Jair de Souza. *Dos Males que vêm com o sangue: As representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920*. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.
- REIS, Cacilda Estevão dos. *Os caminhos para a civilidade: ideais da imigração europeia nos discursos da elite política brasileira (1846 – 1888)*. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) UEM – UEL, Maringá.
- RÉMOND, Rene. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- RENK, Valquiria Elita. *Educação de imigrantes alemães em Curitiba*. Curitiba: Champagnat, 2004.
- REZENDE, Darcilene Sena. *A imprensa periódica como fonte documental*. In: MORELI, Ailton José (Org). *Introdução ao estudo da história*. Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção Formação de Professores EAD, n. 27)
- ROCHA NETO, Bento Munhoz. *O Paraná, ensaios*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SALAMONI, Giancarla. *A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de pelotas*. História em Revista, Pelotas, v. 7, n.1, p. 25-42, 2001.
- SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SAINT´HILAIRE, Auguste de. *Viagem a comarca de Curitiba*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Minha guerra: lembranças de um soldado*. In: COGGIOLA, Oswaldo Segunda Guerra Mundial: Um balanço histórico. São Paulo: Xamã – FFLCH, 1995.
- SEITENFUS, Ricardo A. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Manole 2003.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- \_\_\_\_\_, *Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização*. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.
- \_\_\_\_\_, *A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito*. In: FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_, *A Etnicidade e cultura: A constituição da identidade teuto-brasileira*. IACD, Washington, 2002. Disponível em: [http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45\\_Seyf.htm](http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45html/Zar45_Seyf.htm). Acesso em: 14 jul 2006.
- \_\_\_\_\_, *A assimilação do imigrante como questão nacional*. Revista Mana, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000100004&script=sci_arttext). Acesso em 01 ago 2007.
- SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SOUZA, Regina M.S. *A Estrada do Poente: Escola Alemã/Colégio Progresso (Curitiba 1930 – 1942)*. 152 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História, Cultura e Poder) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- STECA, Lucinéia Cunha & FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: Do século XVI à década de 1950*. Londrina: EDUEL, 2002.
- WACHOWICZ, Rui, Chhristovan. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1995.
- WILLENS, Emilio. *A aculturação de alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- ZUCON, Otávio. *Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra*. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, nº 9, 1997. p. 103-114.